



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO
CONTEMPORÂNEO

A RESPONSABILIDADE FISCAL, O EQUILÍBRIO
ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO DO ESTADO E A LUTA
PELA HEGEMONIA NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA

JOSUÉ MARTINS

Florianópolis, Setembro de 2003

Josué Martins

**A RESPONSABILIDADE FISCAL, O EQUILÍBRIO
ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO DO ESTADO E A LUTA
PELA HEGEMONIA NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Economia, Área de Concentração: Transformações do Capitalismo Contemporâneo.

Orientador: Prof. Nildo Domingos Ouriques, Dr.

Florianópolis, Setembro de 2003.

**A RESPONSABILIDADE FISCAL, O EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO-
FINANCEIRO DO ESTADO E A LUTA PELA HEGEMONIA NA ECONOMIA-
MUNDO CAPITALISTA**

Josué Martins

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Economia (Área de Concentração: Transformações do Capitalismo Contemporâneo) e aprovada em sua forma pelo programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

**Prof. Sílvio Antônio Ferraz Cario, Dr.
Coordenador do Curso**

Apresentada à Comissão Examinadora integrada pelos professores:

**Prof. Nildo Domingos Ouriques, Dr.
Orientador**

**Prof. Pedro Antônio Vieira, Dr.
Membro da Banca**

**Prof. Carlos Eduardo Martins, Dr.
Membro da Banca**

DEDICATÓRIA

Esta dissertação é dedicada a uma pessoa muito especial para mim:

Gabriel Levasseur Rocha Martins, meu filho... Já se vão oito anos de amor e carinho...

AGRADECIMENTOS

Esta talvez seja uma das piores partes da dissertação, pois sempre se corre o risco de deixar de fora pessoas e instituições que contribuíram para que este trabalho fosse realizado.

Inicialmente preciso expressar minha gratidão às presidências do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul nos exercícios de 2001/2002, nas pessoas dos Conselheiros Hélio Saul Mileski e Gleno Ricardo Scherer, que investindo na qualificação do quadro de Auditores Públicos Externos permitiram meu licenciamento para cursar a pós-graduação cujo resultado final está presentemente materializado.

Agradeço igualmente aos professores membros da área de concentração Transformações do Capitalismo Contemporâneo, cuja luta por uma interpretação crítica da realidade que nos cerca e as discussões profícuas travadas nos seminários da área em muito contribuíram para o desfecho desta dissertação. Em especial ao Professor e amigo Nildo D. Ouriques, pela orientação e incentivo prestados.

Não poderia deixar de mencionar o Professor Idaleto M. Aued, pelas discussões nas aulas de Economia Política, um grande incentivador e amigo. Uma pessoa que admiro pela persistência em defender uma visão de mundo como poucos... Um grande marxista. Agradeço também as suas colocações, feitas mesmo na condição de membro-suplente da banca, durante minha defesa.

O Professor Marcos Alves Valente, colega dos tempos de graduação, não poderia deixar de ser mencionado, pela leitura de parte da dissertação e a camaradagem de sempre.

Agradeço à minha ex-mulher, Gismara Rocha, que mesmo diante das adversidades finais em torno da relação contribuiu, da maneira que pôde, para que esta dissertação fosse levada a termo.

Os meus pais, José Carlos Martins e Osnilda Paulina Martins, assim como minha irmã, Joyce Martins, não poderiam ser esquecidos pelo incentivo de sempre.

Por fim, aos colegas do mestrado em economia da UFSC que lutaram por tornar o curso mais plural.

RESUMO

O objetivo central da presente dissertação é fazer um apanhado da interpretação conhecida como teoria dos sistemas mundiais a respeito de como se conformam as estruturas de poder na economia-mundo capitalista que vão se expressar num determinado sistema de relações interestatais. Isto permitirá indicar, de uma certa forma, quais os elementos de análise a serem considerados na discussão sobre as possibilidades do Brasil se inserir em posição melhor no interior deste sistema e qual o papel do chamado equilíbrio econômico-financeiro do estado neste processo. Neste contexto os estados assumem posições de acordo com as atividades pertencentes às cadeias mercantis que se apresentam em seu interior. Tendo em mente que as atividades econômicas são deslocadas através dos sistemas de estados, este sistema acaba contemplando a ascensão e o descenso de posições na hierarquia. O trabalho foi dividido em quatro capítulos, cujo conteúdo pode ser assim traduzido. O capítulo 2 oferece um panorama histórico da conformação da hegemonia estadunidense, desde a crise da hegemonia britânica até a transição para a norte-americana e sua possível crise, com o possível surgimento de um novo *locus* de poder e acumulação mundial centrado no Leste Asiático. No contexto desta conformação histórica ressalta-se a importância do papel do estado. O capítulo 3 trata da discussão sobre o papel do estado na economia-mundo capitalista, desta feita lançando elementos que contribuam para as formulações em torno dos estados semiperiféricos e periféricos. O capítulo 4 apresenta algumas considerações a respeito das possibilidades de ascensão do Brasil na hierarquia do sistema interestatal da economia-mundo capitalista indicando então que, diferentemente do que ocorre no centro, o equilíbrio econômico-financeiro do estado na semi e na periferia funcionam como uma forma de manter estes estados nestas posições.

ABSTRACT

The main objective of this paper is to summarize the interpretation known as theory of the world systems regarding to how the power structures in the capitalist world-economy that will express themselves in a determined interstate relation system are conformed. This will permit to indicate, in a certain way, the elements of analysis to be considered in a discussion about the possibilities of Brazil being inserted in a better position in the interior of these systems. In this context, the states assume positions related to the activities belonging to the commercial chains that are presented inside of them. Having in mind that the economic activities are displaced through the states systems, this system finishes contemplating the ascension and the descent of positions in the hierarchy. The paper was divided in four chapters of which the contents can be translated as following. The first one is the introduction. The second chapter offers a historical panorama of the United States hegemony conformation, since the British hegemony crisis until the transition to the North American and its possible crisis, with the possible appearing of a new power and world accumulation *locus* centered in the East Asia. In this historical conformation context, the state role importance is emphasized. The third chapter refers to the discussion about the state role in the capitalist world-economy, pointing out elements that contribute to the formulations around the semiperipheric and peripheric states. The fourth chapter, as a conclusion, presents some reflections regarding to the possibilities of Brazil's ascension in the hierarchy of the capitalist world-economy interstate system.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 A HEGEMONIA NORTE-AMERICANA NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA.....	15
2.1 FIM DA HEGEMONIA BRITÂNICA E EMERGÊNCIA DA NORTE-AMERICANA	15
2.1.1 <i>Primeira fase da transição para a hegemonia norte-americana</i>	<i>20</i>
2.1.2 <i>Segunda fase da transição para a hegemonia norte-americana.....</i>	<i>25</i>
2.1.3 <i>Terceira fase da transição para a hegemonia norte-americana.....</i>	<i>32</i>
2.2 A CONSOLIDAÇÃO DA HEGEMONIA NORTE-AMERICANA.....	35
2.3 A CRISE DA HEGEMONIA NORTE-AMERICANA.....	43
2.3.1 <i>Crise do regime de acumulação estadunidense</i>	<i>45</i>
2.3.2 <i>Surgimento de um sistema empresarial mais dinâmico no leste asiático</i>	<i>58</i>
3 O ESTADO E O MODERNO SISTEMA MUNDIAL: UMA APROXIMAÇÃO INICIAL (ASPECTOS HISTÓRICOS E METODOLÓGICOS).....	76
3.1 O ESTADO E A ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA	77
3.2 ALTERAÇÃO NA POSIÇÃO OCUPADA PELO ESTADO NA HIERARQUIA DA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA	90
3.3 O ESTADO NA PERIFERIA	99
4 A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E A LUTA PELA HEGEMONIA NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA.....	111
4.1 O NEOLIBERALISMO E AS INSTITUIÇÕES DE BRETTON WOODS.....	112
4.2 SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	123
4.3 SOBRE AS POSSIBILIDADES DE UMA DEMOCRACIA AMPLA NA PERIFERIA	127
5 À GUIA DE CONCLUSÃO.....	134
REFERÊNCIAS.....	141

1 INTRODUÇÃO

A produção de um trabalho teórico sempre coloca o autor diante da necessidade de obter, a partir de uma sólida formulação, uma explicação coerente para o objeto de análise. Coerente no sentido de dar uma conexão a dados e acontecimentos aparentemente desordenados, soltos.

A opção adotada aqui procura se inserir na linha da construção de um entendimento fundado naquilo que Wallerstein vem chamando de uma teoria social histórica. A qual pretende apreender as mudanças e as permanências verificáveis nos lentos movimentos das estruturas que conformam o moderno sistema mundial.

Este processo se estabelece num tempo e espaço definidos, ocupa um dado tempo-espaço próprio que o cientista social tem que precisar.

Tendo como objeto de estudo o processo de mudança social no mundo moderno Wallerstein concluiu pelo abandono dos tradicionais marcos do estado-nação e da sociedade nacional, uma vez que entendeu que nenhum dos dois conceitos abarcaria a noção de sistema social. Este seria o único marco teórico a partir do qual se poderia entender a mudança social. Neste sentido o sistema social significativo, que lhe interessa, é o moderno sistema mundial.

O autor define o sistema social como sendo (WALLERSTEIN, 1999: 489):

[U]m sistema que possui limites, estruturas, grupos, membros, regras de legitimação e coerência. Sua vida resulta das forças conflitivas que o mantém unido por tensão e o desprendem na medida em que cada um dos grupos busca eternamente remodelá-lo para seu benefício. Tem as características de um organismo, já que tem um tempo de vida durante o qual suas características cambiam em alguns aspectos e permanecem estáveis em outros. Pode-se definir suas estruturas como fortes ou débeis em momentos diferentes em termos da lógica interna de seu funcionamento.

Ao estudar um sistema social as linhas divisórias clássicas entre as ciências sociais carecem de sentido. Wallerstein faz então um chamado à conformação de um estudo unidisciplinar, em que as dimensões econômica, política e social sejam refundidas e contribuam para uma interpretação do *todo* não como uma mera soma das partes (destas três dimensões de interpretar o mundo), mas como uma interpretação do sistema social moderno no qual vive a humanidade. Vejamos as palavras do autor (WALLERSTEIN, 1999: 17-18):

A antropologia, a economia, as ciências políticas, a sociologia – e a história - são divisões da disciplina em questão, ancoradas em uma certa concepção liberal do Estado e sua relação com setores funcionais e geográficos da ordem social. Tem um certo sentido se o centro de nosso estudo são as organizações. Não tem absolutamente sentido algum se o objeto é o sistema social. Não pretendo que se aborde o estudo dos sistemas sociais de um ponto de vista multidisciplinar, mas que se o faça de uma forma unidisciplinar.

É nesta concepção que se pretende esteja inserida a presente dissertação.

A teoria dos sistemas mundiais pretende entender a reprodução social da existência humana a partir da sua organização em sistemas que são auto-incluídos, ou seja, que se estruturam de maneira a suprir a vida em seu interior de forma auto-sustentada. Isto não significa que não possam se relacionar com outros sistemas, mas esta relação não é essencial e não afeta organicamente sua existência. Ou seja, é uma relação dispensável para a existência mesma do sistema¹.

Tal como formulado por Wallerstein em sua trilogia, estes sistemas podem ser minúsculos, como uma tribo indígena não contatada, ou cujo contato ainda não alterou seu *modus operandi*, ou organizações estruturadas de maneira mais ampla, denominadas economias-mundo e impérios-mundo. Estas formas dos sistemas mundiais tiveram uma convivência temporal, embora não se possa dizer o mesmo em termos espaciais.

Assim como todo sistema social, a economia-mundo capitalista é perene. É um sistema histórico. A comparação é irresistível: como num sistema biológico, ela nasce, se desenvolve e, finalmente, definha.

Eis que o moderno sistema mundial, a economia-mundo capitalista, centrou-se em três eixos articuladores iniciais (WALLERSTEIN, 1999): um dado sistema de relações interestatais, uma forma específica de controle sobre a força de trabalho e uma divisão espacial desta força de trabalho e da produção mundiais hierarquizadas em posições identificáveis como de centro, semiperiferia e periferia. À medida que este sistema foi se consolidando incorporaram-se com maior evidência mais três elementos estruturantes (HOPKINS e WALLERSTEIN, 1996): os padrões de bem-estar mundial, as estruturas de coesão social dos estados e as estruturas de conhecimento. Diga-se que os últimos, de alguma maneira, se entrelaçaram desde a formação da economia-mundo capitalista, mas adquiriram contornos mais nítidos a partir da consolidação e ampliação do sistema.

A interpretação esposada por Wallerstein (1999) é de que a economia-mundo capitalista emergiu a partir de uma combinação de tendências seculares desestruturantes do Império Romano, onde as camadas dominantes, diante de restrições cada vez maiores sobre suas riquezas e domínio político decorrentes de contestações internas por parte das classes inferiores, se viram na contingência de trabalhar na gestão de um sistema que reestruturasse

¹ Se esta relação vier a ser essencial para os sistemas em questão é sinal de que está havendo uma articulação, que está sendo composto um sistema mais amplo espacialmente, que significa a extinção de um em prol do outro, ou a incorporação de um por outro.

os pedaços do sistema em ruína. E este processo não ocorreu sem traumas nem sem perdas, várias cabeças foram sacrificadas no setor dominante e um número maior ainda do lado dominado.

Mas a consolidação da economia-mundo capitalista, segundo esta interpretação, teria se dado no séc. XVII, sob a égide da hegemonia holandesa. Isto corresponde à afirmação de que as então Províncias Unidas eram o centro hegemônico do sistema, era a cabeça política, econômica e militar, que se alçou a esta posição após uma disputa com a França pela ocupação da posição antes detida pelo Império Habsburgo, centrado no poderio militar Espanhol e no capital de circulação genovês.

A disputa entre as Províncias Unidas e a França pela ocupação da posição central é uma constante da relação interestatal do sistema em todas as suas pontas, ou seja, todos os membros se enfrentam, algumas vezes abertamente, outras nem tanto, buscando ascender na hierarquia de poder e riqueza. Mas a história tem demonstrado que há uma relativa estabilidade em termos das posições ocupadas na hierarquia e a poucos é dada a possibilidade de ascensão².

O objetivo central da presente dissertação é então fazer um apanhado da interpretação conhecida como teoria dos sistemas mundiais a respeito de como se conformam as estruturas de poder na economia-mundo capitalista que vão se expressar num determinado sistema de relações interestatais, cujo centro do poder está calcado numa nação hegemônica. Isto permitirá indicar, de uma certa forma, quais os elementos de análise a serem considerados na discussão sobre as possibilidades do Brasil se posicionar melhor no interior deste sistema. Mas o que se pretende, finalmente, é traçar uma discussão, tendo presente este contexto mais amplo, em torno de como influi neste processo a edição de uma legislação que estabelece como obrigação do estado a obtenção do equilíbrio orçamentário.

No âmbito da economia-mundo capitalista os estados assumem posições de acordo, fundamentalmente mas não só, com as atividades pertencentes às cadeias mercantis que se apresentam em seu interior. Tendo presente que as atividades econômicas são deslocadas através dos sistemas de estados, este sistema acaba contemplando a ascensão e o descenso de posições na hierarquia.

² Arrighi e Drangel (1997: 137-206), em artigo publicado pela primeira vez em 1986, analisando a posição ocupada pelos países segundo o controle que exerciam sobre o excedente da riqueza mundialmente produzida (avaliada pelo PNB per capita), demonstraram que, no período de 1938 a 1983, a tendência foi os estados permanecerem na zona na qual eles já se encontravam. Estas zonas seriam as de núcleo orgânico ou central, semiperiférica e periférica.

Se por um lado este sistema interestatal veio sendo reforçado nestes últimos 500 anos, por outro veio sofrendo contestações recentes, em especial a partir da crise de 1968/73, culminando com a retórica do estado mínimo e com a ascensão neoliberal da década de 1980.

Procura-se então, no capítulo 2, discutir a conformação da hegemonia estadunidense, desde a crise de hegemonia da Grã-Bretanha sobre a economia-mundo até a possível crise norte-americana e conseqüente emergência de um novo *locus* de poder e acumulação mundial centrado no Leste Asiático.

No contexto desta conformação histórica ressalta-se a importância da ação do estado, entretanto se lembra que parece estar operando um deslocamento do *locus* de poder das unidades nacionais para as supranacionais e/ou regionais/locais.

Este deslocamento da autoridade para cima (o FMI atuando enquanto ministério das finanças mundiais, a ONU enquanto ministério do policiamento mundial e o G-7 enquanto alto comitê de administração dos assuntos comuns da burguesia mundial), decorreria da atual escalada da tendência de caos sistêmico, para a qual os EUA não teriam contribuído de maneira consciente, mas cujo rumo já não pode ser detido isoladamente por um único estado.

Com isso não se está a dizer que o estado nacional seja insignificante para a existência do moderno sistema mundo. Pelo contrário, um dos eixos estruturantes do mesmo é o próprio sistema interestatal.

É exatamente esta questão que é objeto de abordagem mais específica no capítulo 3, centrado que foi no exame do papel do estado na economia-mundo capitalista, desta feita lançando elementos que contribuam para as formulações em torno dos estados semiperiféricos e periféricos.

Procura-se então ressaltar o que há de comum e as diferenças entre os estados conforme a posição ocupada na hierarquia do sistema mundial.

Wallerstein (1999: 279) situa o nascimento do estado moderno em conjunto com o da economia-mundo capitalista na Europa do século XVI, ressaltando que se trata de:

[U]ma economia-mundo capitalista na qual os Estados do centro estariam entrelaçados numa situação de constante tensão econômica e militar, competindo pelo privilégio de explorar as áreas periféricas (e debilitar seus aparatos de Estado), e permitindo a certas entidades jogar um papel intermediário especializado como potências semiperiféricas.

No que tange ao estado periférico, mais especificamente, adotou-se uma abordagem, fundada na obra de Evers (1989) em que se destacam duas características mais amplas: a reprodução capitalista periférica é dependente em relação ao mercado mundial e a

formação social na periferia é estruturalmente heterogênea. Entretanto, tomou-se estas duas condições constitutivas básicas do estado na periferia enquanto características não exclusivas desta região, mas que perpassam todo o sistema interestatal da economia-mundo capitalista e se exacerbam à medida que se vai do centro para a periferia. E este entendimento é contemplado pela teoria dos sistemas mundiais, quase que como um tributo ao veio marxista da teoria da dependência formulada para interpretar a condição latino-americana.

No último capítulo se traça uma discussão em torno da capitulação dos estados latino-americanos operada pelo mecanismo da dívida externa, tema já tão batido durante a década de 1980, mas que parece esquecido diante da mudança na pauta operada pelo Consenso de Washington nos anos 1990.

Destaca-se o papel das instituições FMI/BIRD enquanto organismos supranacionais que fazem parte do arcabouço mundial da hegemonia norte-americana. Neste sentido as condicionalidades impostas aos devedores objetivam o cumprimento das obrigações quanto ao pagamento da dívida externa. A religiosidade dos pagamentos, como se sabe, exige a geração de superávits comerciais que permitam o acúmulo de moedas fortes. Para tanto, as políticas adotadas têm levado, invariavelmente, à recessão nos países latino-americanos. Tanto é assim que na última meia década observou-se na região um decréscimo de 0,3% a.a. no PIB per capita (CEPAL, 2002: 09).

Isto tem resultado numa deterioração das condições materiais de existência da maioria da população, podendo inclusive se transformar num óbice à manutenção das democracias recentemente instaladas.

No conjunto das condicionalidades está a obrigação da manutenção de orçamentos equilibrados, situação que tem conduzido à adoção de leis neste sentido por toda a América Latina, a exemplo da denominada “lei de responsabilidade fiscal” no Brasil. Discute-se então o caráter desta lei no bojo das relações que se travam no sistema interestatal e como ela é mais um instrumento da construção do centro hegemônico da economia-mundo capitalista ao entrar na sua fase de acumulação predominantemente financeira.

HINKELAMMERT (1989: 58) faz uma colocação a respeito da relação entre a dívida externa e a democracia na América Latina que vale reproduzir:

A dívida impagável corrói a sociedade completamente e a subverte. Com ela nenhuma estabilidade social é possível e nenhuma autodeterminação pode ocorrer. Os governos são transformados em executores de uma vontade externa; o fato de serem eleitos ou não é quase irrelevante. Não pode surgir nenhuma democracia. Assim como a dívida impagável subverteu a democracia alemã dos anos 20, a dívida impagável da América Latina subverte hoje a democracia na América Latina. A dívida impagável não conscientiza automaticamente, mas sim paralisa. Parece não haver nenhuma saída e a submissão parece ser a única atitude possível. No entanto,

tal paralisação pode ser o caldo de cultivo dos estouros mais irracionais e imprevisíveis ao mesmo tempo. A passividade mais completa se transforma na atividade mais irresponsável. Por isso hoje é tão importante criar consciência sobre o que significa esta dívida impagável e sobre as possibilidades de agir frente a ela.

É assim que se busca, nesta dissertação, conformar um fio condutor na análise que explicita a construção da hegemonia norte-americana, em que o estado teve um papel fundamental, assim como os seus capitalistas. Discute-se as funções assumidas pelo estado diante do sistema interestatal da economia-mundo capitalista e que estabelecem as condições para a alteração na posição ocupada. Por último, se trata de entender como a situação periférica ao operar sob determinadas políticas de condicionalidade, uma delas o equilíbrio orçamentário, aprofunda as dificuldades mesmas em sair desta condição periférica.

2 A HEGEMONIA NORTE-AMERICANA NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA

No presente capítulo trata-se de evidenciar como se conformou a hegemonia do Estado Norte-Americano sobre o que se tem denominado de moderno sistema mundial, ou sobre a economia-mundo capitalista. Procura-se também indicar a ascensão de outro possível centro de poder, o qual emergiu a partir dos interstícios da própria estrutura dominante, tendo se apresentado como uma contestação real ao predomínio estadunidense absoluto. Uma avaliação mais segura do que vem acontecendo presentemente não pode prescindir de uma sólida exposição de como se conformou historicamente esta hegemonia e de como vêm aparecendo os sinais de sua decomposição. Isto vai conferir uma visão mais apurada das conseqüências desta suposta decadência sobre o Brasil.

O momento histórico escolhido para iniciar a análise é o da grande depressão da década de 1870, que marca, na formulação esposada pela teoria dos sistemas mundiais, o começo do fim da proeminência britânica sobre a ordem mundial capitalista então estabelecida. Esta opção vai permitir também caracterizar dois momentos históricos semelhantes ao fim dos ciclos hegemônicos britânico e estadunidense, em que se verifica uma fase de expansão financeira³.

É a partir da crise do regime britânico de acumulação, das limitações postas por este regime, que emergiram as estratégias e estruturas de acumulação que permitiram a sua superação e moldaram a nossa época.

2.1 FIM DA HEGEMONIA BRITÂNICA E EMERGÊNCIA DA NORTE-AMERICANA

³ A expansão financeira aqui toma sentido a partir da observação de Braudel ao examinar a história do capitalismo na sua fase denominada mercantil (séc. XV até o séc. XVIII). Em Braudel a expansão financeira é o anúncio de um outono, o início do fim de um ciclo. Ressaltando a caracterização do período mercantil Braudel (1996: 200) diz que: “Até a Revolução do século XIX, momento em que se apropriará da produção industrial promovida à categoria do grande lucro, é na circulação que o capitalismo se sente mais em casa.” E, mais adiante, Braudel (1996: 215) assenta a opção pela órbita da circulação nas dificuldades de valorização na órbita produtiva, tendo um papel importante nesta questão a fragilidade do capital fixo até então. Arrighi (1996: 08) vai afirmar que em sua formulação, tributária da de Braudel, “(...) as expansões financeiras são tomadas como sintomáticas de uma situação em que o investimento da moeda na expansão do comércio e da produção não mais atende, com tanta eficiência quanto as negociações puramente financeiras, ao objetivo de aumentar o fluxo

A década de 1870 assiste à grande depressão de fins do século que marca uma bifurcação nas estruturas de acumulação das três nações em disputa no sistema interestatal do cenário da economia-mundo capitalista de então: a Grã-Bretanha, a Alemanha e os Estados Unidos da América do Norte. Neste momento o que se verifica é uma perda relativa de poder da Grã-Bretanha que havia emergido como a nação central da economia-mundo capitalista a partir do fim das Guerras Napoleônicas. Com o Tratado de Viena, em 1815, quando se consolidou em sua posição hegemônica Grã-Bretanha inaugurou uma era de cem anos de paz no centro do sistema (permeada apenas por três anos de guerras, incluída aí a da Criméia). A condição dessa paz foi a transferência do conflito para as disputas coloniais durante todo o século XIX, em especial na Ásia e África.

A Grã-Bretanha, com seu “imperialismo de livre comércio” reforçou sua centralidade no sistema ao se transformar numa fonte única de insumos e num escoadouro lucrativo para o restante da produção mundial. Além disso, se transformou na oficina do mundo - processo que transcorreu durante o século XVIII e se aprofundou com o esforço exigido pelas Guerras Napoleônicas, o qual acabou gerando uma capacidade produtiva ociosa que podia atender o mundo, em especial na siderurgia.

No século XIX as ferrovias e navios à vapor revolucionaram o transporte, ampliando mais ainda o volume do comércio. Dados de Hobsbawn (1979, citados por ARRIGHI, HUI, RAY e REIFER, 2001: 71) dão bem a medida da transformação sentida nos transportes:

De meados da década de 1840 a meados da de 1870, o volume de mercadorias transportadas em navios entre as grandes nações européias mais do que quadruplicou, enquanto o valor do comércio entre a Grã-Bretanha e o Império Otomano, a América Latina, a Índia e a Australásia teve um aumento de cerca de seis vezes. Essa expansão do comércio mundial acabou aguçando a concorrência e a rivalidade entre as nações. Mas, nas décadas intermediárias do século, as vantagens de manter uma ligação com o entreposto britânico, de modo a tirar proveito de seu equipamento e seus recursos, eram grandes demais para que qualquer nação européia se dispusesse a abrir mão delas.

A configuração posta pela Grã-Bretanha no século XIX deixa pouco espaço para a auto-suficiência nacional a partir da disseminação deste sistema mundial integrado de transporte e produção mecanizados. E o sistema comercial britânico confere uma pujança reforçadora ao conjunto. Na verdade, a Grã-Bretanha é a organizadora e beneficiária central

monetário que vai para a camada capitalista. Nesta situação, o capital investido no comércio e na produção tende a retornar a sua forma monetária e a se acumular mais diretamente, como na fórmula marxista abreviada (DD’).”

deste sistema de interdependência universal, constituindo-se no banco central de compensação e principal regulador do mesmo.

Esta política de livre comércio combinou-se com a expansão territorial ultramarina e com a expansão interna da indústria de bens de capital para conformar um poderoso instrumento de governo da economia mundial. O resultado desse controle da economia mundial, associado a um equilíbrio global de poder e a um relacionamento privilegiado com as altas finanças, permitiu que a Grã-Bretanha governasse eficazmente o sistema interestatal a um grau que resultou naqueles cem anos de paz na Europa.

Mas havia um sustentáculo colonial ao sistema britânico: o domínio sobre a Índia. Na verdade esta colônia dotou a Grã-Bretanha dos recursos humanos e financeiros que lhe permitiram reforçar as bases industriais e imperiais que dotaram sua hegemonia de estruturas muito mais amplas⁴.

Assim, o Império mundial britânico foi conquistado lançando-se mão do exército colonial formado com força de trabalho indiana e treinamento no estilo europeu, tendo sido financiado com , nos dizeres de Arrighi, Hui, Ray e Reifer (2001: 73), a:

(...) imposição dos Encargos Metropolitanos – mediante os quais a Índia foi obrigada a pagar pelo privilégio de ser saqueada e explorada pela Grã-Bretanha – e o controle exercido pelo Banco da Inglaterra sobre as reservas de divisas da Índia transformaram esse país no pivô da supremacia financeira e comercial da Grã-Bretanha. O déficit do balanço de pagamentos que a Índia tinha com a Grã-Bretanha e seu superávit com o resto do mundo permitiram que esta última liquidasse seu déficit em conta corrente com todas as outras nações.

Cabe então verificar como a hegemonia britânica gestou as condições para a própria superação, para a emergência de um novo poder central na economia-mundo capitalista. Uma transição que percorreu o período de 1873 até 1950 aproximadamente.

Esta transição para a hegemonia estadunidense teria ocorrido em três fases (ARRIGHI, HUI, RAY e REIFER, 2001):

(i) A crise da hegemonia britânica ocorreu sob o impacto da Grande Depressão de 1873-96.

Aumentaram as rivalidades entre as grandes potências, desorganizando o anterior

⁴ No bojo da discussão da Lei Bancária Inglesa de 1844 e sua influência sobre o movimento dos metais preciosos e sobre a taxa de câmbio naquele país, Marx (1985: 667-8) já havia assinalado a importância da Índia para o Império Britânico. Diz textualmente: “[O] excedente das exportações inglesas para a Índia sobre as importações dela oriundas só se efetiva por receber a Inglaterra da Índia importação pela qual não dá equivalente em troca.” Acrescenta que essa diferença na balança comercial com a Índia seria um tributo cobrado à colônia, que estaria, na verdade, comprando um serviço: estaria importando bom governo (sic). Uma vez mais textualmente: “A Inglaterra usa muito *esse modo* de exportar, dispondo do item *bom governo* e dos investimentos nos países estrangeiros – o que lhe permite obter importações de todo independentes da marcha normal do comércio, colher tributos seja pelo *bom governo* exportado, seja como rendimento do capital empregado nas colônias ou alhures, sem ter de pagar o equivalente a esses tributos” (grifos do autor).

equilíbrio, tendo surgido complexos industriais-militares mais amplos e uma expansão financeira centrada na Grã-Bretanha. O capitalismo de corporações estadunidense e alemão começa a fazer frente ao sistema britânico centrado nas empresas familiares.

- (ii) A intensificação das rivalidades resultou na I Guerra (1914), que derrubou os padrões oitocentistas, os quais não mais puderam ser recompostos. O sistema empresarial britânico sofre reestruturações, mas perde terreno para o norte-americano. Segue-se um lapso na hegemonia.
- (iii) A qual só é assumida pelos estadunidenses na última fase, durante a II Guerra, com a consolidação da URSS e a conformação da Guerra Fria. Por volta de 1950 está concluída a transição.

O equilíbrio de poder entre Grã-Bretanha, Alemanha e EUA levou a que a fase de tentativa de incorporar o território da nação dominante não fosse sequer tentada⁵. Os EUA apresentaram a mais completa simbiose entre as práticas territorialistas e capitalistas, uma vez que avançaram em direção a um territorialismo interno, que se caracterizava por custos de proteção substancialmente menores que os do amplo império ultramarino britânico.

A Alemanha iniciou um territorialismo tardio, que se traduziu num desafio à supremacia britânica buscando estabelecer colônias além-mar. Este processo levou a I Guerra Mundial. Com a derrota passou então a tentar a via trilhada pelos EUA.

Com o decorrer do século XIX, embora o comércio e as finanças ainda fossem importantes, o tamanho e potencial comparativo de crescimento do mercado interno tornaram-se decisivos na luta pelo poder mundial; nisto os EUA levavam nítida vantagem. Sobre esta questão Arrighi (1996: 61) destaca que:

Suas dimensões continentais, sua insularidade e sua dotação extremamente favorável de recursos naturais, bem como a política sistematicamente seguida por seu governo, de manter as portas do mercado interno fechadas aos produtos estrangeiros, mas abertas ao capital, à mão-de-obra e à iniciativa do exterior, haviam transformado o país no maior beneficiário do imperialismo britânico de livre comércio.

⁵ Na passagem da hegemonia holandesa para a britânica houve um período de disputa direta no sentido de tentar conquistar o território das Províncias Unidas, da qual também participou a França (a outra nação ascendente), datada de fins do século XVII. Wallerstein (1998a, cap. 3) o identifica como a primeira fase da luta no centro da economia-mundo capitalista que corresponde ao período entre 1651/1689, dentro do qual aparecem as três Guerras Anglo-Holandesas (1652/1678). Fracassadas as tentativas de conquista do território hegemônico partiu-se para as conquistas das fontes de riqueza e poder da Holanda. No caso da transição britânica, sob exame, a disputa começou logo desta segunda fase.

À Alemanha que não tinha condições de competir por esse caminho, restou a criação de um complexo industrial-militar, que iniciou na década de 1840 e possibilitou a ela ascender à condição de potência mundial já na segunda metade do século XIX. Mas donde provinha a necessidade dessa expansão territorial? Arrighi (1996: 62) indica que:

A crescente obsessão dos governantes alemães com o *Lebensraum* (literalmente, espaço vital, ou seja, o território julgado vital para a existência da nação) teve suas origens sistêmicas nessa situação de impossibilidade de efetuar uma rápida transformação das aptidões militares-industriais, cada vez maiores, num aumento equiparável de seu domínio sobre os recursos econômicos mundiais.

Estas tentativas alemãs fizeram acirrar a escalada dos conflitos mundiais, que minaram o poderio inglês, mas também rebateram negativamente sobre a própria Alemanha. Os maiores beneficiários foram os EUA. Mas nesta transição, tanto quanto nas anteriores, aumentou o requerimento em termos de escala territorial e de recursos para a nova nação hegemônica. Só que nesta transição o caos sistêmico se instalou imediatamente ao acirramento das disputas entre as potências, ou seja, mesmo antes da deflagração do conflito aberto.

Na avaliação de Arrighi (1996: 63) as raízes dos movimentos sociais, os quais também espocaram antes das Guerras, estavam na tentativa de reverter uma dupla exclusão na qual estava centrado o imperialismo de livre comércio do século XIX: por um lado a dos povos não ocidentais, por outro a das massas ocidentais não proprietárias⁶.

Importante nessa escalada das lutas anti-sistêmicas foram as novas técnicas de gestão do Estado e da guerra. Os esforços de guerra e da industrialização nacional conferiram às classes não proprietárias em geral, e ao proletariado em particular, um maior peso na estrutura econômica e social emergente, cujo acirramento da competição intercapitalista permitiu a abertura de brechas para maior contestação do sistema.

A Revolução Russa de 1917 passou a ser o ponto focal dessa onda de rebeliões. Calcada na autodeterminação (o antiimperialismo) e na proeminência dos direitos à vida sobre os direitos dos governantes e proprietários (o internacionalismo proletário), esta Revolução ameaçou complicar a operação do sistema interestatal num grau nunca antes visto.

⁶ Lembrando Polanyi e McIver, Arrighi (1996:64) destaca que a hegemonia britânica representou uma regressão em relação a um direito que precedia ao capitalismo, o direito à vida: “(...) o direito dos cidadãos proprietários de buscar a riqueza foi elevado, não apenas acima dos direitos absolutos de governo dos governantes, mas também acima dos ancestrais direitos à vida das massas não proprietárias (POLANYI, 1957). Tal como a democracia ateniense na Antiguidade, a democracia liberal do século XIX foi uma *oligarquia igualitária*, na qual uma classe dominante de cidadãos partilhava os direitos e os espólios do controle político (McIver, 1932)” – grifos do autor.

De uma situação de caos sistêmico, em que as nações reacionárias (Alemanha, Itália e Japão) atiraram-se em novos conflitos contra o campo conservador (liderado por Inglaterra e França), ruiu o “imperialismo de livre comércio” da Inglaterra e emergiram os EUA hegemônicos.

Vejamos inicialmente como a industrialização da guerra, a retomada das altas finanças (a nova fase de expansão financeira⁷) e o desafio posto ao sistema empresarial britânico pela integração vertical contribuíram para conformar a primeira fase da transição da hegemonia britânica para a norte-americana.

2.1.1 Primeira fase da transição para a hegemonia norte-americana

Nesta fase observa-se uma intensificação das disputas entre as nações-potência devido a uma equiparação econômica e militar relativas e uma expansão financeira sistêmica centrada na potência ainda hegemônica. A grande deflação de preços de 1873-96 é o resultado da avalanche de produtos que se abateu sobre a Europa decorrente da revolução anterior nos transportes. Os preços só se recuperam no fim do século XIX, mas diante do período depressivo anterior, mesmo com o roncar das armas, há uma euforia geral e o período que vai até a I Guerra Mundial passou a ser visto como uma época extraordinária.

O matraquear das armas exprimia a ampliação das rivalidades entre as potências, o que minava a *Pax Britannica*, pois incapacitava o exercício pleno do poder hegemônico sobre um sistema interestatal cujo equilíbrio havia se modificado ou estava em transformação.

Este conflito potencial foi construído a partir da disseminação do industrialismo e do imperialismo dentre as demais potências como forma de buscar uma saída à Grande Depressão de 1873-96. Com a contestação de seu poderio a Grã-Bretanha viu ampliado o custo de proteção de seu império ultramarino.

Houve um recrudescimento do protecionismo como forma das demais potências garantirem sua industrialização, então vista como uma das maneiras de se construir uma forte economia nacional frente a um contexto de disputa mundial cada vez mais acirrada. Apenas a

⁷ Na passagem da hegemonia holandesa para a britânica, cuja transição teria percorrido 160 anos (vide citação 16, mais adiante), houve uma fase de expansão financeira em que a Holanda também teria centralizado parte dos excedentes financeiros da economia-mundo capitalista. Braudel (1984, citado por ARRIGHI, HUI, RAY E REIFER, 2001: 65) identificou meados da década de 1770 como o momento em que os agiotas holandeses (com a concorrência dos genoveses e genebrinos) passaram a fazer fila para atender prontamente aos clamores dos príncipes por empréstimos.

Grã-Bretanha manteria sua política de livre comércio, a qual só seria abandonada definitivamente após a crise de 1929-31, tendo como consequência o fechamento de seu imenso Império como reserva exclusiva.

Mesmo com sua supremacia industrial e imperial ameaçada, até a I Guerra Mundial a Inglaterra ainda era a câmara de compensação central do capitalismo, momento em que ela mais se beneficiou de ser o centro nervoso do comércio e das finanças mundiais.

Arrighi, Hui, Ray e Reifer (2001: 77) traçam um paralelo interessante entre o fim do ciclo hegemônico holandês e o britânico:

(...) a posição da Grã-Bretanha no meio do século que precedeu a Primeira Guerra Mundial assemelhava-se à da Holanda na fase final de sua hegemonia. Tal como a Holanda no século XVII, a Grã-Bretanha havia se transformado em um imenso continente de capital excedente – capital que se acumulava muito além do que podia ser investido com lucro na expansão da produção e do comércio. Esse excedente encontrou uma saída na agiotagem e na especulação, tanto internamente quanto no exterior, e pôde ser usado para firmar direitos sobre receita futura de governos e empresas estrangeiras. Mas, para que estes direitos efetivamente se estabelecessem, era preciso obter condições adequadas de demanda. E, mais uma vez, uma escalada repentina da luta pelo poder entre as nações cuidou disso. O que a escalada de meados do século XVIII fizera pelo capital holandês, a escalada do fim do século XIX e início do XX fez pelo capital britânico.

Como será demonstrado mais adiante, se poderia acrescentar que este padrão vai se repetir a partir da segunda metade da década de 1970, onde a economia-mundo capitalista centrada nos EUA apresenta sinais de dificuldades de valorização na órbita produtiva e o excedente financeiro, após fluir para o Terceiro Mundo, é recentralizado na nação hegemônica e financia a escalada da Segunda Guerra Fria da era Reagan.

A partir de 1840 a industrialização da guerra transformou a industrialização no aspecto mais importante da rivalidade interestatal. E a industrialização alemã no meio século que antecedeu os conflitos, por estar no palco europeu, foi um fenômeno político central, já que desta forma o embate com a Grã-Bretanha era muito mais direto.

Vejamos como se deu este processo, cuja ampliação no pós-depressão sustentou a expansão financeira britânica à medida que se ia equilibrando a disputa na órbita produtiva.

No auge da hegemonia britânica observou-se uma corrida armamentista, capitaneada pela França, que entre 1845 até a década de 1860 adotou navios blindados à vapor e equipados com canhões de grosso calibre, forçando a Inglaterra a fazer o mesmo. Outras nações entraram nessa corrida e, logo no início, os encouraçados russos, em 1853, destruíram rapidamente a marinha turca. A derrota do Império Otomano, que beneficiaria a Rússia, levou a Inglaterra e a França a intervirem no conflito fazendo a Rússia recuar. Mas os

Aliados decidiram desembarcar na Criméia e destruir as instalações navais de Sebastopol, como garantia para a contenção do avanço russo, resultando na Guerra da Criméia (1854-56).

Este foi o conflito que, segundo Arrighi, Hui, Ray e Reifer (2001: 78), destruiu por dentro a ordem mundial britânica, pois teria levado a uma revolução nas atividades bélicas e na gestão do Estado. Três aspectos foram importantes no contexto dessa guerra: (i) Houve a introdução de técnicas de produção em massa de armamentos, em que se destacou na Grande Exposição de Londres de 1851 o sistema de fabricação norte-americano de produção de armamento pesado. As fresas automáticas e semi-automáticas norte-americanas foram importadas pelo governo britânico durante a Guerra da Criméia. Mas em 1870, Áustria, França, Prússia, Rússia, Espanha, Dinamarca, Suécia, Turquia e inclusive o Egito também o fizeram. As armas de pequeno porte também se viram liberadas da produção artesanal. Tudo isso permitiu um encurtamento considerável no tempo de reequipamento das forças militares. (ii) A iniciativa privada foi introduzida na produção de armamentos. No bojo do cerco à Sebastopol se descobriu o sistema Bessemer de fabricação de aço na Inglaterra, o qual engendrou as possibilidades técnicas para produção de armas com carregamento pela culatra. Em 1890 os arsenais do Estado haviam sido ultrapassados pela concorrência da iniciativa privada na produção de armas pesadas, tendo como líderes as empresas britânicas (Armstrong e Whitworth). (iii) A Guerra da Criméia levou as potências continentais a tentarem reduzir a vantagem das potências marítimas com seus encouraçados à vapor mediante a construção de ferrovias, ou seja, industrializando seu sistema de transportes terrestres e ampliando sua própria industrialização como uma questão de segurança nacional. Assim, a ampliação da malha ferroviária passou a ser vista como parte das atividades bélicas, em especial na Prússia/Alemanha e no Piemonte/Itália.

O resultado do foco na construção ferroviária é ressaltado pelos autores (ARRIGHI, HUI, RAY e REIFER, 2001: 81) a partir de dados de Landes:

Entre 1850 e 1870, mais de 80 mil km de novos trilhos foram assentados na Europa, em contraste com os 24 mil km de todos os anos anteriores. Por sua vez, essa aceleração das construções ferroviárias européias teve grandes efeitos de encadeamento na cadeia produtiva, para frente e para trás. Eles se tornaram o fator isolado mais importante na redução da defasagem da industrialização entre a Grã-Bretanha e as nações européias continentais (LANDES, 1969).

Essa re-conformação produtiva teve conseqüências distintas dentre as três comunidades empresariais dos principais países industrializados à época: Grã-Bretanha, Estados Unidos da América do Norte e Alemanha. Enquanto o padrão alemão caminhou para

a integração horizontal, sob a tutela do Estado e de um grupo reduzido de grandes bancos, os ingleses aprofundaram a via que os tinha trazido ao sucesso e os norte-americanos caminharam no sentido da integração vertical. Na verdade as fusões eram um recurso para tentar conter a queda da lucratividade nos mercados cada vez mais lotados, cuja produção havia ultrapassado a demanda efetiva. Esta operação de centralização permitia uma gestão mais eficaz dos recursos obtidos e garantia assim uma vantagem competitiva importante naquele contexto.

Os efeitos desestruturadores da grande depressão (1873-96) sobre a economia-mundo levaram ao abandono do livre comércio pelas nações da Europa, exceção feita à Grã-Bretanha, sendo o centro deste movimento o recém-criado Estado alemão. Segundo Arrighi (1996: 273) Bismark teria percebido que:

(...) o veredicto do mercado sobre a viabilidade do Estado alemão e da sociedade alemã era duro demais, e que, além disso, a depressão havia criado oportunidades singulares para a continuação de seus esforços de gestão estatal por outros meios.

Havia um clamor por protecionismo governamental advindo dos interesses agrários e industriais e a necessidade de o Estado Central se impor sobre os Estados Confederados. Estes interesses industriais centravam-se na industrialização da guerra e eram apoiados por seis grandes bancos, os denominados *Grossbanken*. Estes bancos emergiram na década de 1850 financiando atividades e indústrias ligadas à construção ferroviária. Com a depressão dos anos 1870 ampliaram seu domínio integrando e reorganizando a indústria alemã em conluio com um pequeno número de empresas poderosas, o que daria origem ao capital financeiro de Hilferding. Nos últimos anos do século XIX a estrutura empresarial alemã já estaria extremamente centralizada, em especial através da integração horizontal, relegando a um segundo plano o capitalismo familiar.

No padrão britânico o controle familiar ainda continuava dominante na maioria das indústrias até a I Guerra Mundial. Ocorreram algumas grandes fusões, mas os vendedores continuavam exercendo a administração. Entretanto, isto não era o fundamental na explicação da diferenciação com o caso alemão. Para Arrighi, Barr e Hisaeda (2001:135) a questão central consistia no seguinte:

Todo o sistema britânico de empresas comerciais estava aprisionado em determinada via de desenvolvimento, a qual não conseguia abandonar, a não ser a um custo que ultrapassava em muito os benefícios calculáveis (cf. Ingham, 1995). Tratava-se da via de um sistema econômico voltado para fora, que trazia suas matérias-primas do mundo inteiro e dependia crucialmente de pontos de venda externos para escoar lucrativamente sua produção industrial. (...) [O] papel de oficina do mundo da Grã-Bretanha aumentou ainda mais sua capacidade de funcionar como entreposto comercial e financeiro da economia mundial. Essa maior

capacidade, por sua vez, deu às firmas britânicas nichos de mercado relativamente bem protegidos, nos quais elas puderam especializar-se quando sua competitividade na produção industrial começou a diminuir (Rubinstein, 1977; Ingham, 1984). É muito duvidoso que tivesse sido mais vantajoso para a Grã-Bretanha competir com as nações industriais ascendentes, mediante uma reestruturação fundamental de suas indústrias, do que se especializar mais plenamente, como fez, em seu papel de intermediária comercial e financeira do mundo.

Na verdade o sistema não engendrou as condições internas necessárias a adoção do regime de acumulação mais dinâmico centrado na integração vertical dos processos de produção e intercâmbio que viria a ser a característica dominante no século XX. Mas o aprofundamento do sistema de empresas familiares não foi a única estratégia do empresariado britânico. Arrighi, Barr e Hisaeda (2001:137) vão ressaltar que:

O redirecionamento dos fluxos de caixa – da produção voltada para a agiotagem e a especulação e do investimento interno para o externo – foi muito mais importante para determinar o eventual desfecho da crise incipiente do sistema britânico de empresas comerciais.

Quanto ao padrão norte-americano se pode dizer que foi onde a tendência de integração vertical se desenvolveu de maneira mais plena e com mais sucesso. A partir das décadas de 1880 e 1890, enquanto os EUA se distanciaram da fusão horizontal e caminharam para a integração vertical, a Alemanha aprofundou a fusão horizontal com a interveniência do capital bancário. Entretanto, nos EUA os bancos nunca chegaram a ultrapassar dos investimentos nas companhias ferroviárias e empresas correlatas (Arrighi, Barr e Hisaeda, 2001: 138, citando Chandler, 1977). E, como será visto adiante, esta contenção do papel do setor privado financeiro - pelos interesses do setor produtivo e pela razão de Estado que os acompanhava - foi fundamental para o alcance da hegemonia estadunidense.

Citando Wilkins (1970), Arrighi, Barr e Hisaeda (2001:139) trazem dados indicando que a expansão transnacional das corporações norte-americanas ocorreu já em princípios do século XX:

Em 1902, os europeus já falavam de uma invasão norte-americana e, em 1914 os investimentos diretos norte-americanos no exterior corresponderam a 7% do PIB dos EUA, a mesma percentagem de 1966, quando os europeus novamente se sentiram ameaçados pelo desafio norte-americano.

2.1.2 Segunda fase da transição para a hegemonia norte-americana

Aqui se trata de entender como a I Guerra acelerou a industrialização militar, obrigou a Grã-Bretanha a estender seu Império territorial aumentando o custo financeiro da contenção da Alemanha⁸ e permitindo a ascensão estadunidense.

Os elevados custos da Guerra destruíram as bases da supremacia britânica nas altas finanças. Enquanto isso os recursos externos da América duplicaram durante a Guerra e dispararam em meados da década de 1920.

Arrighi, Hui, Ray e Reifer (2001: 82-83) sintetizam muito bem a trajetória que culminou com o abandono do padrão ouro pela Inglaterra em 21/09/1931, no que foi seguida por mais 21 países no mundo após a quebra de dois grandes bancos europeus: o Credit-Anstalt, de Viena e o Donatbank, da Alemanha (ambos em 1931). Dizem os autores:

Já em 1910, os Estados Unidos controlavam 31% das reservas oficiais de ouro mundiais, enquanto o Banco da Inglaterra regulava todo o sistema monetário mundial com reservas de ouro muito menores (DE CECCO, 1984). Enquanto os Estados Unidos tiveram uma dívida maciça com a Grã-Bretanha – como aconteceu até 1914 -, essa situação não interferiu na posição dominante da City londrina nas altas finanças, porque os créditos britânicos aos Estados Unidos constituíam um direito às reservas de ouro norte-americanas e, portanto, tinham a solidez do ouro. Todavia, assim que os Estados Unidos liquidaram sua dívida com os britânicos – o que fizeram durante a I Guerra Mundial, ao suprirem a Grã-Bretanha de armas, equipamentos, alimentos e matérias-primas que ultrapassaram em muito o que os britânicos podiam pagar com sua receita corrente -, as reservas norte-americanas deixaram de complementar as reservas coloniais em libras, como uma escora oculta do sistema monetário britânico mundial. Como ressaltou R. S. Sayers (1990), ‘entre 1918 e 1925, dizia-se com muita frequência que a força financeira de Londres antes de 1914 tinha-se devido ao padrão ouro. A verdade, ao contrário, era que a força do padrão ouro devia-se à posição financeira internacional de Londres.

A liquidação britânica de seus recursos norte-americanos, durante a guerra, debilitou irremediavelmente a situação financeira de Londres e deixou o Banco da Inglaterra encarregado de regular o sistema monetário mundial com reservas muito insuficientes. Ao

⁸ Hobson (1981) em seu clássico “Estudios del Imperialismo”, cuja primeira edição é de 1902, além de ressaltar o conteúdo de parasitismo dos interesses da aristocracia financeira envolvidos na política imperialista das nações européias em expansão pela África e Ásia e a corrida armamentista que isto vinha provocando, vislumbrava já naquele momento os limites que tal política externa poderia trazer à hegemonia britânica e a uma espécie de internacionalismo de mútuo respeito, fundado numa visão romântica da necessidade natural em respeitar as diversas nacionalidades. Uma espécie de prevalescência da razão sobre os impulsos primitivos próprios do imperialismo, os da luta animal pela sobrevivência decorrentes do incremento das disputas entre as nações. O autor, se referindo ao último quartel do século XIX, resalta que (HOBSON, 1981: 300): “Ao longo dos anos em que se tem dedicado ativamente a ampliar o império e levá-lo a terras que não pode colonizar e que não pode manter senão que pela força, [Grã-Bretanha] tem perdido sua ascendência ‘imperial’ sobre suas colônias brancas.”

mesmo tempo, a liquidez norte-americana ficou livre para conceder empréstimos domésticos e no exterior em escala maciça. Em menos de uma década, ficou claro que o enfraquecido sistema monetário mundial que tinha Londres como centro não podia suportar a tensão das altas e baixas do capital norte-americano. Entre 1924 e 1929, os Estados Unidos concederam quase o dobro de empréstimos no exterior do que a Grã-Bretanha (KINDLEBERGER, 1973). Já em 1927, porém, a explosão crescente de Wall Street começou a desviar o capital norte-americano dos investimentos externos para os internos, funcionando ‘como uma poderosa bomba de sucção’. A concessão de empréstimos externos pelos Estados Unidos caiu de mais de 1 bilhão de dólares em 1927 para 700 milhões em 1928 e, em 1929 – quando se deu o vencimento de 800 milhões de dólares de pagamento do serviço da dívida em dólares -, passou a ser negativa (EICHENGREEN E PORTES, 1990).

Eis o percurso até o abandono do padrão ouro. Mas, além da repercussão sobre as altas finanças, a transição hegemônica implicou em superação das estruturas de Estado que jogavam papel real na cena interestatal. Primeiro foram superados os Estados protonacionais (na transição do ciclo hegemônico das Províncias Unidas), desta feita se tratava de suplantar os próprios Estados nacionais que não possuísem complexos industriais-militares de escala continental.

Com a revolução nos transportes e a industrialização da guerra a insularidade britânica conferida pelo Canal da Mancha deixou de existir. O avanço marítimo da Alemanha pós-1902 obrigou a Grã-Bretanha a concentrar seus esforços nas águas domésticas do Mar do Norte, diminuindo sua capacidade de policiar seu imenso império ultramarino. A Alemanha representava também um desafio terrestre, que ao invadir a Bélgica e a França, obrigou a Inglaterra a intervir militarmente com homens e dinheiro. Mas isso não foi suficiente para retomar a balança do poder europeu a seu favor. E quanto mais intervinha, mais aumentava seu déficit com os EUA, os quais só entraram na luta quando a Grã-Bretanha estava próxima do esgotamento, de forma a garantir a solvência de seus devedores. A partir daí a Grã-Bretanha passou a ser um participante a mais nos mecanismos do equilíbrio do poder europeu.

Quando o Pacífico passou a ser uma região importante de comércio, rivalizando com o Atlântico, a posição insular real, conferida pelo encurtamento espaço-temporal advindo da revolução nos transportes, passou a ser exercida pelos EUA, então uma ilha de dimensões continentais. À medida que se foi moldando essa economia nacional (consolidada depois da Guerra Civil de 1860-1865), em que prevaleceram os interesses industriais nortistas, tendo sido eliminado do território nacional as barreiras espaciais pela construção de

ferrovias (quase todas financiadas com capitais ingleses), operou-se uma complementação integral das capacidades produtivas e militares que distanciaram as nações européias de qualquer aventura no Novo Continente.

Na verdade, a I Guerra transformou uma potência regional em uma quase-potência hegemônica, à medida que drenou os excedentes da nação antes hegemônica mediante o fornecimento dos suprimentos de guerra. Entretanto a nova nação ainda não era capaz de garantir a segurança mundial e o investimento lucrativo de seus recursos recém-adquiridos. Ainda se precisava da Grã-Bretanha. Enquanto os EUA ficaram com o policiamento marítimo, a Grã-Bretanha ficou com o policiamento terrestre, inclusive com incentivo dos EUA à ampliação de seu Império colonial não-europeu, desde que mantivessem as portas abertas às empresas norte-americanas. Com a crise de 1929-31 a Grã-Bretanha encerrou sua política de livre comércio e fechou seu imenso Império como uma reserva de uso exclusivo.

O observador poderia se perguntar porque a Inglaterra, já que foi uma via importante para a contestação da hegemonia, não teria industrializado suficientemente a guerra de forma a diminuir a dependência em relação aos norte-americanos. O fato é que este não era o único meio de disputa. Seu poderio financeiro parecia lhe conferir as condições necessárias a continuar usufruindo a posição proeminente na economia-mundo sem ter que ocupar diretamente todas as posições centrais. O equilíbrio tornara-se mais frágil, mas a história parecia impor as condições sistêmicas que acabou beneficiando os EUA.

Diante do que se argumentou até aqui resta pendente a questão de a Inglaterra não ter também trilhado o caminho estadunidense da industrialização da guerra. Uma hipótese a se trabalhar pode ser a da excessiva confiança na manutenção da posição então ocupada na economia-mundo tendo, portanto, garantidos os suprimentos necessários à guerra em condições suficientemente vantajosas para manter-se hegemônica sem ter necessariamente que produzi-los. O certo é que esta posição vinha sendo contestada a partir da depressão de 1870 e que seria impossível a uma única nação abrir tantas frentes de disputa sem deixar vários flancos abertos. Por outro lado, a expansão financeira renovou o confiança inglesa em manter seu papel proeminente.

Cabe agora tentar explicitar como, pela via financeira, a Grã-Bretanha seguiu com alguma dinâmica significativa de acumulação, ao mesmo tempo em que os EUA incrementavam a acumulação produtiva e serviam, por um período, pela via financeira mesma, de sustentação importante para a manutenção da acumulação britânica, muito embora

as empresas familiares já se mostrassem ultrapassadas em relação às corporações transnacionais estadunidenses.

A I Guerra Mundial foi central na quebra desse circuito, mas outra grande depressão e guerra mundial foram necessárias para que o sistema norte-americano de empresas passasse a dominar.

Polemizando com Sabel e Zeitlin (1985), que concluíram (focando os estudos nos paradigmas tecnológicos), que as origens das variações industriais nacionais não restaram claras, Arrighi, Barr e Hisaeda (2001: 139) indicam que se se percorre o exame focando nos sistemas de iniciativa empresarial estas questões nacionais resultam importantes. Afirmam então:

A ramificação do capitalismo familiar oitocentista em três direções distintas, durante a Grande Depressão de 1873-96, pode ser vista como originária das diferentes reações das comunidades empresariais britânica, alemã e norte-americana aos desafios criados pela intensificação das pressões competitivas que foi típica dessa época. As diferenças de resposta, por sua vez, corresponderam basicamente a diferença de situações nacionais em que operaram essas três comunidades de empresas.

Os autores vão sustentar também que até a I Guerra o capitalismo familiar apoiado pela intermediação comercial-financeira e pelo imperialismo de livre comércio ainda se mantinha dominante mundialmente. E isso porque a Grã-Bretanha ainda tinha capacidade competir e vencer na luta já acirrada devido a que: (i) as novas tecnologias podiam ser adquiridas mediante a compra do maquinário; (ii) as funções de entreposto mundial ainda conferiam à Grã-Bretanha a possibilidade de se especializar em atividades mais lucrativas; (iii) a concessão de empréstimos e os investimentos externos permitiam-lhe obter parte do valor agregado gerado em outros países.

E esta capacidade de se manter no topo é explicitada em uma comparação com o esforço alemão por se industrializar, onde com uma expansão da produção industrial quase três vezes superior à britânica entre 1870 e 1913, mesmo assim a Alemanha obteve um aumento pequeno na sua renda per capita - se comparado ao seu esforço despendido e ao desempenho obtido pela Grã-Bretanha à mesma época (ARRIGHI, BARR e HISAEDA 2001: 141).

Quanto aos EUA há indicações de que seu capitalismo de corporações já havia suplantado o capitalismo familiar britânico tanto em termos de produção industrial como de renda global e per capita. Mas boa parte desse desempenho estava hipotecada aos ingleses

pelo mecanismo financeiro. Sobre a dívida, Arrighi, Barr e Hisaeda (2001: 141-2) ressaltam que:

(...) entre 1870 e 1914, os investimentos externos e os empréstimos a longo prazo aos Estados Unidos somaram 3 bilhões de dólares. No mesmo período, contudo, os Estados Unidos fizeram pagamentos líquidos de juros e dividendos, sobretudo à Grã-Bretanha, no valor de 5,8 bilhões de dólares. A consequência foi um aumento da dívida externa norte-americana de 200 milhões de dólares em 1843 para 3,7 bilhões em 1914 (KNAPP, 1957). A Grã-Bretanha, ao contrário, no início da I Guerra Mundial, tinha quase metade de seu patrimônio em regiões de além-mar e recebia cerca de 10% de sua renda nacional sob a forma de juros de investimentos externos (CAIRNCROSS, 1953).

Com isso se pretende demonstrar que o controle exercido sobre a liquidez mundial pelos britânicos lhes permitia manter a proeminência no sistema capitalista mundial. A concorrência não foi capaz de desbancá-los, foi preciso as Guerras e a Depressão de 1930. Na verdade estes fatos e suas consequências desempenharam um papel central no ocaso do sistema de empresas comerciais familiares britânico, cuja contrapartida foi a ascensão do sistema norte-americano de corporações.

A disputa militar no centro da economia-mundo capitalista é uma das formas assumidas pelo conflito entre os Estados centrais pela hegemonia do sistema. E ela só tem se generalizado quando o antigo Estado hegemônico já não mais reúne as condições de comando proeminente do sistema em função da emergência de outros Estados com idêntica força e que são levados ao conflito ou vislumbram possibilidades reais de vencê-lo. E isto ocorreu na economia-mundo capitalista desde a ascensão holandesa até a norte-americana (WALLERSTEIN, 1999: cap. 4; WALLERSTEIN, 1998a: cap. 3 e 6; WALLERSTEIN, 1998b: cap. 2 e WALLERSTEIN, 2001: 51-52).

Nesta disputa a ação de um Estado frente aos demais na economia-mundo capitalista visa afetar a capacidade competitiva dos outros Estados mediante o uso de seu poderio militar. Assim, a eficácia do Estado Moderno na defesa dos interesses de seus proprietários-produtores depende também da força militar que pode mobilizar.

Na formulação de Wallerstein (1998a: 156-7) apenas os Estados do centro são fortes, o que não decorre exatamente de seus regimes políticos, mas, primariamente, de sua pujança econômica.

Em uma economia-mundo capitalista, os produtores-proprietários desejam que o Estado cumpra duas funções essenciais em benefício deles. Pretendem que os ajude a conseguir ou manter uma vantagem no mercado limitando ou ampliando a *liberdade* deste mercado a um custo menor que o incremento no lucro, independentemente de que a intervenção do Estado seja positiva ou negativa. Este é o interesse de um proprietário frente ao de outros proprietários. Por outro lado, os proprietários-produtores desejam que o Estado os ajude a extrair uma proporção

maior do excedente que aquela que poderiam conseguir de outro modo, uma vez mais a um custo menor que o incremento do lucro resultante e independente, também neste caso, de que o Estado seja ativo ou passivo. Aqui, para o produtor-proprietário, o Estado forte não é necessariamente o que tem um aparato de Estado mais amplo, nem o que utiliza um processo mais arbitrário para tomar decisões. Muito freqüentemente ocorre exatamente o contrário. Nem se precisa dizer que a força de um Estado está relacionada com o papel econômico dos produtores-proprietários desse Estado na economia-mundo; (...). (grifo do autor)

Tratando da disputa entre Inglaterra e França por superar a hegemonia holandesa Wallerstein (1998a: 158) sempre relativiza a importância do regime absolutista (Luís XIV e Napoleão). Lembra que uma burguesia consciente de seu papel tende a aceitar os ajustes coletivos sem necessidade de alguém que os imponha (o monarca) e sem os riscos de que esse alguém queira implantar uma monarquia universal⁹.

Neste contexto as guerras mundiais do século XX também se encerram numa nova disputa pela hegemonia da economia-mundo capitalista. Keynes, que participou da Conferência de Paz de Paris como representante oficial do governo Britânico, tinha bem claro o âmbito da disputa que se travava e bradava contra os termos opressivos do Tratado resultante. Sabia que seu resultado seria um novo conflito, em especial porque a Alemanha jamais se recuperaria economicamente dadas as indenizações impostas. Reclamava da necessidade de se unificar a Europa para o bem da reconstrução de uma civilização agonizante. Na verdade o que estava agonizando era uma dada hegemonia na economia-mundo capitalista. O autor resume assim suas preocupações (KEYNES, 1978: 08):

(...) traçam seus planos de modo semelhante todas as classes: o rico, para gastar mais e poupar menos, e o pobre, para gastar mais e trabalhar menos. (...) O problema não é de extravagâncias ou turbulências do trabalho, é uma questão de vida ou morte, de esgotamento ou de existência: *trata-se das pavorosas convulsões de uma civilização agonizante.* (grifei)

Passaram-se cinco meses de discussões que foram concluídas sem que a Alemanha fosse ouvida e que terminaram desrespeitando as condições iniciais estabelecidas para a deposição das armas. O Tratado resultante da Conferência levava à destruição dos três principais fatores do sistema econômico alemão (o comércio marítimo e suas relações coloniais; as indústrias baseadas na exploração do carvão e do ferro; o sistema de transportes e aduaneiro) (KEYNES, 1978: 50, 53-61).

⁹ Os regimes absolutistas (além de terem sido um resultado dos conflitos e disputas internas por que passava a França, decorrentes das transformações econômicas sofridas nos limites de seus territórios no contexto da perda da luta pela hegemonia mundial), dadas as exigências em termos dos custos de manutenção de um aparato de Estado mais pesado, configuraram um elemento a mais de desvantagem em relação ao Estado Inglês (WALLERSTEIN, 1998a: 161-163).

Keynes (1978: 199-200) deixa bem claro sua avaliação a respeito do Tratado de Paz firmado. Na Conferência todos estavam interessados em submeter a Alemanha e os outros derrotados e recuperarem-se a si próprios. Ninguém teve a clareza de perceber que se precisava de uma solução de conjunto. Destaca a atuação do representante francês, Clemenceau, o qual estava mais interessado em aprofundar as dificuldades econômicas de seu inimigo; quanto ao presidente norte-americano, Wilson, apresentou-se totalmente incapaz para a grandeza da tarefa que lhe era exigida, se preocupava fundamentalmente em nada fazer que não fosse justo e direito, sem saber muito bem do que se tratava. O problema fundamental de uma Europa esfomeada a ninguém parecia dizer respeito.

Aliás, a descrição de Keynes (1978: 41) sobre a participação norte-americana nas discussões pode ser tomada como uma ilustração da incapacidade dos EUA em exercer a hegemonia na economia-mundo de então. Além de excessivamente tardios e vacilantes nas discussões da Conferência, Wilson e seus assessores deixaram transparecer, em vários momentos, uma total ignorância em relação à realidade européia. A expectativa era de que tivessem traçado um novo plano de vida para as nações, quando, na verdade, nada haviam esboçado a não ser um conjunto de idéias nebulosas e incompletas.

Keynes (1978: 207) vislumbrava o germe da convulsão social caso a questão das dificuldades econômicas não fossem enfrentadas em conjunto. Lembra da necessidade de recompor o poder aquisitivo das moedas corroído pela ruína econômica da guerra e das políticas inflacionárias, chegando a citar a frase de Lênin, segundo o qual impor sérias dificuldades à circulação era um bom caminho para o fim do capitalismo. A questão que se colocava era a da reconstrução da Europa como um todo e nisso se incluía também a Rússia. Mas no bojo da I Guerra Lênin indicara que o Imperialismo teria que levar inevitavelmente ao conflito. Uma vez efetuada a partilha do mundo entre as nações imperialistas, desenvolvidos os monopólios e o capital financeiro, instigada a indústria militar, estava posto o cenário para a luta aberta. O autor chega a colocar (LÊNIN, 1977: 649):

(...) no terreno do capitalismo, que outro meio poderia haver, a não ser a guerra, para eliminar a desproporção existente entre o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação de capital, por um lado, e, por outro, a partilha das colônias e das esferas de influência do capital financeiro?

Ou seja, o mundo caminhava para a guerra já desde o início do século XX. E, para Keynes, caminharia novamente em função dos termos do Tratado de Paz de Paris.

2.1.3 Terceira fase da transição para a hegemonia norte-americana

Aqui se trata de evidenciar dois aspectos importantes da fase final da transição. O primeiro diz respeito ao fato da impossibilidade de qualquer nação da economia-mundo capitalista conter o rumo da história e restaurar a ordem mundial oitocentista, então centrada na Grã-Bretanha. O segundo se refere às dificuldades apresentadas pelo capitalismo de corporações norte-americano quando foi chamado a se sustentar sobre as próprias pernas, tendo se mostrado despreparado para tal tarefa.

Importa ainda lembrar que até 1919 os EUA já haviam quase completado a substituição das estruturas familiares de capitalismo em sua economia interna. Novamente, conforme Arrighi, Barr e Hisaeda (2001: 143; citando CHANDLER, 1978): “das 38 indústrias-chave, apenas quatro não eram dominadas pelas cem maiores empresas”.

O colapso da ordem oitocentista foi marcado pelo abandono do padrão ouro (1931) e pela Lei de Tarifas Smoot-Hawley (1932), esta última uma lei protecionista dos EUA que levou a retaliações mundo afora. Então, num movimento contrário ao que prevalecia anteriormente, desta feita o mundo tendia à autarquização.

As dificuldades econômicas que se seguiram à I Guerra não amenizaram as disputas, tendo recrudescido o conflito bélico entre as potências. Mas os EUA só entraram diretamente no conflito a partir de seu fim, em 1944, fazendo a balança pender para o lado dos Aliados, já num momento em que não restaria qualquer nação isolada com capacidade de disputar a hegemonia com os próprios EUA.

Vejamos as principais diferenças entre a inserção britânica e a norte-americana na ordem mundial vigente no momento das respectivas ascensões cíclicas de hegemonia:

- (i) Cada qual tinha uma relação específica com a economia-mundo. Durante e logo depois da II Guerra os EUA, por ser muito maior e sua economia interna tendo se integrado num sistema continental de produção e intercâmbio, cresceu nos interstícios do comércio mundial centrado no Reino Unido e estava muito mais voltado para dentro, mantendo uma relação de auto-suficiência em relação ao resto do mundo. A Grã-Bretanha, ao contrário, mantinha uma relação que era mais de complementaridade, tendo sido desde meados do século XVIII até princípios do XX o entreposto e a câmara central de compensação do mundo.

- (ii) A configuração espacial de ambos era muito distinta, o que permitiu que os EUA, além de maior produtor industrial, se transformasse em maior produtor agrícola do mundo (cf. ELLIOT, 1955; citado por ARRIGHI, HUI, RAY E REIFER, 2001: 92). Os domínios britânicos, apesar de espalhados pelo mundo, nunca constituíram um território integrado como o dos EUA, chegando a transformar-se de ingrediente da ordem mundial oitocentista em um peso cujo custo de manutenção/proteção estava se tornando insuportável no quadro final do ciclo hegemônico inglês¹⁰.
- (iii) Havia uma peculiar relação com a indústria da guerra perpassada pelos EUA, que a Grã-Bretanha não chegou a estabelecer. Os EUA, junto com a França e, mais adiante, com a Alemanha (depois da II Guerra sozinhos, até o lançamento do Sputnik em 1957 pela URSS), sempre tiveram especial interesse na chamada ‘indústria assassina’. Por outro lado, seu isolamento continental conferia certa proteção natural, o que minimizava os custos de proteção.

Este conjunto de situações confere caráter explicativo ao fato de os EUA não terem se esforçado por manter uma ordem mundial mais integrada e menos autárquica, procurando evitar a desintegração do mercado mundial. Mesmo que isso estivesse ao seu alcance os rumos da história pareciam favorecer sua posição.

A causa primária da crise pareceu ser, nos dizeres de Arrighi, Hui, Ray e Reifer (2001: 94):

(...) a crescente dependência em que estavam as grandes potências da Europa, desde o fim do século XIX, de um sistema de mercado mundial cada vez menos digno de confiança. A tensão política que decorreu disso havia explodido em 1914.

Londres que era o centro comercial e financeiro do mundo havia perdido seu ouro e os EUA não a substituiu nesta função. Por outro lado, a posição insular e os interesses da indústria armamentista dos EUA o colocava em situação de lucrar com a escalada bélica. Tanto que mesmo com o colapso sofrido pela economia interna dos EUA decorrente da crise mundial (embora mais sentido ali que na Grã-Bretanha), ela pôde se erguer reestruturada pelo *New Deal* de Roosevelt.

¹⁰ Vide nota nº 6, em que aparece o entendimento de Hobson, já em 1902, a respeito das conseqüências do expansionismo da Grã-Bretanha sobre a manutenção do Império.

No que respeita a debilidade do capitalismo de corporações dos EUA, o Estado teve que intervir de maneira a sustentar a demanda interna através dos gastos públicos (*New Deal*) e a externa com a criação de mercados e também com mais gastos públicos (Plano Marshall e o rearmamento da Europa e dos próprios EUA).

Na luta por ‘sustentar-se sobre as próprias pernas’ as empresas estadunidenses passaram por um processo de reestruturação, transformando-se em estruturas multidivisionais, com um escritório central coordenador, que iam buscando novos mercados e novos produtos, com níveis cada vez mais ampliados de complexidade organizacional à medida que os antigos mercados iam se saturando e os novos precisavam ser descobertos ou criados.

Neste sentido as estratégias que levaram ao consumismo foram também importantes. Mas estavam restritas pela capacidade de consumo da população, que na década de 1920 não foi suficiente para absorver a expansão da produção. Arrighi, Barr e Hisaeda (2001: 145) vão salientar que:

Tendo por pano de fundo um poder aquisitivo insuficiente, as novas necessidades criadas pela propaganda não se traduziram em um aumento suficientemente grande da demanda efetiva para sustentar a expansão lucrativa da produção em massa. Depois de 1921, a expansão da produção em massa nos EUA ocorreu em condições de lucratividade inferiores às de 1900-1920 (DUMÉNIL, GLICK E RANGEL, 1987). E quando os mercados externos das empresas norte-americanas entraram em colapso, na esteira do craque de 1929 e da guerra de tarifas desencadeada pela Lei Tarifária Smoot-Hawley, a produção em massa passou pela crise mais grave de sua história. O sistema emergente de empresas norte-americanas passara a ter que se sustentar nos próprios pés ou cair sozinho, e não passou no teste.

Na verdade, a Depressão de 1930 só aprofundara as dificuldades das empresas induzindo-as a tentar ampliar sua flexibilidade mediante a subcontratação de fornecedores externos (cf. HOUNSHELL, 1984). Mas isso não foi suficiente. Assim (ARRIGHI, BARR e HISAEDA 2001: 146):

O que acabou tirando as grandes empresas norte-americanas do abismo da Grande Depressão da década de 1930 não foram suas próprias estratégias de sobrevivência, mas os gastos governamentais maciços durante e depois da II Guerra Mundial.

Eis o lugar da Guerra, e portanto do Estado, na recuperação da economia norte-americana, uma economia, como se argumentou até aqui, desde sempre fundada na ‘indústria assassina’. O *New Deal*, como frisou a escola da regulação, não foi suficiente para resolver o problema de demanda efetiva, como revelou mais adiante a crise de 1937-38. Os gastos maciços em armamentos parecem ter sido providenciais (cf. BRENNER e GLICK, 1991; citados por ARRIGHI, BARR e HISAEDA 2001: 146).

Após a guerra a institucionalização destes gastos foi caracterizada por James O'Connor (1973; citado por ARRIGHI, BARR e HISAEDA 2001: 146) como o 'Estado de guerra/bem-estar' norte-americano, os quais, juntamente com a Lei do Emprego de 1946 (que firmava o compromisso do governo federal em manter o máximo de emprego e demanda global possível), permitiram que amadurecessem as inovações estratégicas e estruturais introduzidas pelas empresas norte-americanas nas décadas de 1920 e 1930. Se por um lado estas estratégias não conseguiram resgatar as empresas da Grande Depressão, por outro, no momento seguinte, foram importantes para atender à demanda militar e científica do governo federal dos EUA. Isto, na verdade, permitiu que se criasse um mercado regular e crescente para linhas de produção em massa e suas estruturas burocráticas. Daí adveio uma nova onda de expansão multinacional nos anos 1950 e 1960. A primeira tinha ocorrido quando se completou a ocupação do espaço interno (em 1902-14).

A linha do argumento, que será mais bem trabalhado a seguir, é que a expansão material ocorrida nos anos 50 e 60 foi, apesar da dimensão do mercado interno estadunidense, uma expansão fundada na demanda efetiva provida pelo Estado keynesiano-militar da nação hegemônica. Para alcançar a hegemonia essa expansão tinha que ser da economia-mundo capitalista como um todo, seja pela necessidade de transformar os interesses estadunidenses num interesse geral, seja pela própria exigência posta pela ocupação do mercado interno estadunidense expressa na crise de 1937/38. A forma dominante da expansão para o exterior foi o investimento externo direto das corporações transnacionais dos EUA.

2.2 A CONSOLIDAÇÃO DA HEGEMONIA NORTE-AMERICANA

Após o período dos 30 anos das guerras mundiais do início do século XX¹¹, com seu largo histórico de violações em relação ao sistema interestatal, os EUA promoveram, assim como a Grã-Bretanha a sua época, uma restauração dos princípios do Sistema de

¹¹ Segundo a formulação de Wallerstein (2001a: 51), as duas guerras mundiais do século XX podem ser vistas como um período único de conflito de 30 anos e que teriam tido uma contribuição importante na mudança da hegemonia no moderno sistema mundial, muito embora a causa fundante desta fosse mais econômica que político-militar (WALLERSTEIN, 2001a: 52). Outros dois momentos de 30 anos de guerras mundiais, que abarcaram a economia-mundo capitalista como um todo e também marcaram o fim das transições hegemônicas anteriores, foram a Guerra dos Trinta Anos (1618/1648) e as Guerras Napoleônicas (1792/1815), donde emergiram em posição proeminente as Províncias Unidas e a Grã-Bretanha respectivamente.

Vestfália (1648)¹², depois passaram a governá-lo e reformulá-lo. Mas isso só foi possível por incorporarem, em alguma medida, os interesses gerais do sistema. Interesses estes que ultrapassavam o restrito mundo europeu e, agora, abarcavam o mundo como um todo, o não ocidental e o não proprietário. Na verdade, constituiu uma resposta reformista forçada pelos ideais defendidos pela Revolução Russa.

O fim da II Guerra levou ao reconhecimento à autodeterminação dos povos, os quais uma vez constituídos em Estados seriam aceitos como membros plenos do sistema interestatal. Ao mesmo tempo se reconheceu o direito à subsistência a todos os cidadãos, uma idéia obtida a partir da ideologia estadunidense que indicava como promessa o bem-estar a todos os cidadãos, isto é, o consumo de massa em alto grau, para além dos direitos de propriedade e dos direitos absolutos de governo.

Entretanto, a nova ordem advinda da hegemonia estadunidense foi muito mais restritiva ao sistema interestatal. Nos dizeres de Arrighi (1996, 67):

Em comparação com o imperialismo de livre comércio, as instituições da hegemonia norte-americana restringiram consideravelmente os direitos e poderes de as nações soberanas organizarem relações com outros Estados e com seus próprios cidadãos como lhes aprouvesse. Os governos nacionais têm estado menos livres do que nunca para perseguir seus objetivos por meio da guerra, da expansão territorial e, em grau menor, mas ainda assim significativo, das violações dos direitos civis e humanos de seus cidadãos.

A última assertiva da citação merece relativização, em especial para quem viveu na América Latina nos anos 60 em diante, sob os regimes militares.

A ONU, com sua apelação universal de paz e de igualdade entre as nações ricas e pobres, se enquadraria neste contexto com um elemento sancionador da promessa liberal do alcance da terra prometida pelo desenvolvimento proporcionado com a industrialização. À medida que o “unimundismo” de Roosevelt (que incluía a URSS dentre as nações pobres e como possível beneficiária da extensão do *New Deal* norte-americano ao resto do mundo) foi

¹² Em 1648 é firmado o Tratado de Paz de Vestfália, o qual põe fim ao conflito entre Espanha e as Províncias Unidas e sacramenta a posição hegemônica desta última na economia-mundo capitalista. Este Tratado demarca o estabelecimento do moderno sistema interestatal. A partir dele não se conformou nenhuma autoridade acima dos Estados (o Império dos Habsburgo, centrado na Espanha, havia sido derrotado), tendo sido fundado num direito internacional e num equilíbrio de poder entre os Estados Europeus. Arrighi (1996: 43) acrescenta que neste tratado: “(...) estabeleceu-se o princípio de que os civis não estavam comprometidos com as disputas entre os soberanos. A aplicação mais importante deste princípio foi no campo do comércio. (...) Acordos subseqüentes introduziram normas para proteger a propriedade e o comércio dos não-combatentes. (...) Portanto, estabeleceu-se um regime interestatal em que foram minimizados os impactos que a guerra entre os soberanos causava na vida cotidiana dos súditos (...)” Isto sempre foi rompido quando se acirrava a concorrência interempresarial e interestatal na economia-mundo e eram deflagrados conflitos abertos mundiais, mas seu restabelecimento no momento seguinte se dava sobre um novo equilíbrio de poderes com uma nação governando o sistema em proveito próprio, mas que em grande medida abarcava os interesses das demais nações, uma vez que se apresentava como contentora do caos e da desordem precedentes.

substituído pelo “livre-mundismo” de Truman (um reformismo pragmático que visava conter a URSS), o controle sobre o dinheiro mundial e o poderio militar se transformaram em formas de os EUA exercerem seu poder sobre o mundo e relegarem as organizações de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) e a ONU a meros instrumentos complementares. Só a partir da crise da hegemonia norte-americana da década de 1970 e, mais ainda, na de 1980, é que estas instituições passaram a ter alguma importância.

De qualquer forma, vale lembrar que o crescente conflito EUA-URSS a partir da década de 1940 acelerou o atendimento de uma série de requerimentos dos povos não ocidentais e colocou em pauta outra série de requerimentos dos povos não proprietários. Houve uma descolonização formal e ampla do mundo¹³. Na forma passou a predominar o controle econômico a partir dos investimentos externos diretos (IED).

A posição privilegiada dos EUA no pós-guerra pode ser assim expressa (ARRIGHI, HUI, RAY e REIFER, 2001:95):

A hegemonia britânica fora constituída de baixo para cima pelo domínio do equilíbrio de poder europeu e pelo fortalecimento das funções de entreposto mundial da Grã-Bretanha. A hegemonia norte-americana, ao contrário, foi construída de cima para baixo, como um ato consciente de formação de um governo mundial cujo objetivo era, de um lado, impedir os efeitos desestabilizadores decorrentes da destruição do equilíbrio de poder europeu e, de outro, os da relação estruturalmente competitiva que ligava a economia interna dos EUA à economia global. Tal como concebida por Roosevelt durante a Guerra, a ordem mundial norte-americana do após-guerra estaria imbuída da mesma ideologia de segurança que havia impregnado o *New Deal* interno de Roosevelt.

Assim como o caos interno dos EUA foi contido com uma série de gastos públicos, o caos externo do pós-guerra também deveria ser, mas nos marcos de uma reestruturação adequada aos interesses das empresas norte-americanas. Era preciso convencer os congressistas norte-americanos da necessidade de tais gastos: neste sentido a Guerra Fria

¹³ Mandel (1985, Cap. 11) trata desta questão sob a forma do que denominou de neocolonialismo ou neo-imperialismo. Refere uma situação de existência de nações capitalistas formalmente independentes, mas tidas como países coloniais da fase do capitalismo tardio (o capitalismo do pós-guerra), cujas economias continuavam dominadas pelo capital neo-imperialista mundial. Para o autor, na fase anterior a relação das metrópoles com as colônias implicava numa barreira mais poderosa à acumulação de capital no chamado Terceiro Mundo. Entretanto, para efeito do que interessa aqui, a restrição que opera uma hierarquização da economia-mundo capitalista continua a existir, só que sob novas formas, abrindo inclusive espaço para um aumento do grau de industrialização no Terceiro Mundo. O autor chega a salientar que (MANDEL, 1985: 259): “(...), em última instância, a transferência de valor não está vinculada a nenhum tipo específico de produção material, nem a nenhum grau específico de industrialização, mas à diferença entre os respectivos graus de acumulação de capital, de produtividade do trabalho e de taxa de mais-valia. Só se houvesse uma *homogeneização geral* da produção capitalista em escala mundial é que as fontes de superlucros secariam. Sem essa homogeneização, tudo o que muda é a *forma* do subdesenvolvimento, não o seu *conteúdo*”. (grifos do autor)

foi a “criação genial”¹⁴. A necessidade de conter a ameaça comunista global garantiu o fluxo de capital excedente dos EUA para o resto do mundo, liquidez essa necessária a incentivar as próprias empresas estadunidenses ao expansionismo global. Vale lembrar com Arrighi, Hui, Ray e Reifer (2001:97) que:

O talento de Truman e de seus assessores consistiu em atribuir o desfecho de circunstâncias sistêmicas, que nenhuma ação particular havia criado ou controlado, às inclinações supostamente subversivas da outra superpotência militar, a URSS.

A superação do caos e a construção do novo governo mundial sob os EUA fundou-se no controle pelas autoridades públicas sobre o capital financeiro, contendo momentaneamente o poder das altas finanças. O assento da hegemonia norte-americana que resultou de Bretton Woods foi a substituição da regulação privada pela regulação pública nas altas finanças (não era baseado no padrão ouro nem nas instituições monetárias internacionais criadas).

Tratava-se de deslocar o controle sobre o capital de circulação de Londres e Wall Street para Washington, como afirmou Henry Morgenthau. Mas isso não era tudo, Arrighi, Hui, Ray e Reifer (2001:96-7) vão destacar que:

(...) deslocar o capital monetário do mundo para Washington não bastava para ocasionar o tipo de redistribuição maciça da liquidez e de outros recursos dos EUA para o mundo em geral que era necessária para superar o caos criado pela Guerra. (...) A baixa liquidez externa impedia os governos estrangeiros de eliminar os controles cambiais; os controles cambiais tiravam do capital norte-americano o estímulo para ir para o exterior; e os pequenos fluxos de investimentos estrangeiros privados dos EUA mantinham baixa a liquidez no exterior (cf. BLOCK, 1977).

Vejamos mais de perto como se aprofundou o controle sobre as altas finanças. O sistema monetário mundial criado em Bretton Woods, sob a reconstituição do padrão ouro lastreando, desta feita, o dólar, trazia uma nova ordem de gestão monetária no mundo pós-guerras: o dinheiro mundial, antes controlado por financistas privados, era agora submetido ao Estado, sob considerações de bem-estar, segurança e poder.

¹⁴ Para Wallerstein (1996: 216-7), a Guerra Fria e Ialta eram componentes da estratégia EUA/URSS de autoconstrangimento em termos de suas relações internacionais. Mas esta construção política, além de permitir que cada potência militar exercesse sua autoridade no interior dos respectivos blocos, levou os Estados Unidos a trabalhar para criar alianças político-militares com os maiores países industriais da economia-mundo capitalista. Isto requereu inicialmente uma assistência significativa para a reconstrução e a renovação de investimentos que resultou em ganhos políticos (o bloco do “mundo livre” no sistema interestatal), em vantagens em termos de segurança (OTAN, o Pacto de Defesa EUA-Japão, e o ANZUS) e em termos de oportunidade econômica (o IED das transnacionais estadunidenses).

O governo de Roosevelt golpeou as altas finanças, reformando o sistema bancário (1933), rompendo a paridade dólar-ouro, liberando a política econômica da tirania da moeda forte defendida por Londres e Nova York. É inventado o *New Deal*.

Mesmo com o restabelecimento do padrão ouro pelo sistema de Bretton Woods as instituições criadas acabaram se revelando incapazes de reciclar a liquidez mundial, então concentrada nos EUA. O Congresso Norte-Americano, por sua vez, se mostrava suscetível apenas de incentivar os investimentos privados no exterior mediante a concessão de subsídios (isenções fiscais), planos de seguro, garantias cambiais, etc. Nada que fizesse as corporações confiarem que haveria demanda efetiva suficiente para justificar seus investimentos. Arrighi (1996: 289, citando BLOCK, 1977), destaca que:

Tal como acontecera com a liberalização do comércio, os investimentos externos privados norte-americanos mais fizeram acompanhar do que liderar a expansão econômica mundial nas décadas de 1950 e 1960.

Então, é possível dizer que uma aliança do Estado com o capital industrial estadunidense foi o agente da superação do sistema de mercado mundial britânico. O capital financeiro centrado nos Estados Unidos precisou ser mantido sobre controle.

As razões do impasse em que estava metido o capitalismo de corporações estadunidense após a II Guerra são situadas por Arrighi (1996: 304) no seu próprio sucesso em romper com o protecionismo alheio através do IED, mantendo o protecionismo em casa, operando uma centralização da liquidez e da capacidade produtiva mundiais em seus domínios, enquanto o mundo saía em frangalhos dos conflitos. E, por isso mesmo, não havia incentivos fiscais que fizessem este capital ser carregado para o exterior.

As dificuldades decorrentes da contínua escassez de dólares não foram resolvidas mesmo com o Plano Marshall. Seria necessária uma reciclagem muito mais abrangente da liquidez mundial do que a ali prevista, o que só foi possível pelo esforço de rearmamento europeu e norte-americano (ARRIGHI, 1996: 306). Mas mesmo este esforço precisava de algo mais concreto para ser aprovado pelo Congresso Norte-Americano, foi quando então, como disse o subsecretário de Estado Acheson, “veio a Guerra da Coréia e nos salvou” (ARRIGHI, 1996: 307; citando MCCORMICK, 1989).

É aí que a Guerra Fria opera o “milagre”. A reconstrução da Europa e os EUA já reestruturados pelo *New Deal* levam a uma nova expansão da produção e do comércio mundiais nas décadas de 1950 e 1960, tidas como uma “era dourada”, em especial para as corporações transnacionais estadunidenses. Como já se disse se tratava de uma segunda rodada de expansão transnacional, mas desta feita calcada na abertura do Mercado Europeu.

Vejamos como o Estado norte-americano conformou esta operação (ARRIGHI, BARR e HISAEDA, 2001: 148-9):

O governo dos EUA desempenhou um papel tão decisivo no fomento da expansão transnacional do capital das corporações norte-americanas quanto o fizera para sua consolidação nacional. Ofereceu incentivos fiscais e planos de seguros às firmas norte-americanas que operavam no exterior, além de proteção militar e política (cf. Comissão de Comércio e Investimento Internacionais, 1971). E, o que é mais importante, contribuiu de maneira decisiva para transformar a Europa Ocidental na área primordial de investimentos externos diretos dos Estados Unidos. (...) Tinha que se organizar um mercado suficientemente grande para justificar os métodos modernos de produção barata para consumo de massa. (...). O governo dos EUA não poupou dinheiro nem energia para criar na Europa um espaço político-econômico suficientemente grande para permitir que o capital de corporações norte-americanas remocasse em uma segunda juventude do outro lado do Atlântico. Mediante o uso habilidoso de incentivos econômicos (muito especialmente o Plano Marshall), ele estimulou a cooperação européia e a redução das barreiras econômicas intra-européias. Através do rearmamento dos EUA e da Europa, nos termos da OTAN, deu outros incentivos à integração econômica européia e aos investimentos externos diretos norte-americanos. Dessas e de outras maneiras, o governo deu um respaldo essencial à criação da União Européia de Pagamentos e da Comunidade Européia do Carvão e do Aço, com isso iniciando o processo que culminou na formação da Comunidade Econômica Européia em 1957.

Internamente aos Estados Unidos todo esse processo de reconstrução da Europa precisou ser tratado como vital para a contenção da URSS, mas na própria Europa ocorreu sob condição de se conceder o reconhecimento de igualdade de direitos entre as subsidiárias norte-americanas e as empresas locais. Isto tornou possível que a economia-mundo capitalista vivesse seus 25 anos dourados pós-1950. Mas o mundo já havia vivido algo parecido entre 1848-1875, a chamada “era do capital” de Hobsbawn. Na perspectiva trabalhada por Arrighi (1996: 308) as décadas de 1850/60 e de 1950/60 são períodos de expansão material em que:

(...) se criam as condições de uma cooperação e uma divisão do trabalho renovadas, dentro e entre as distintas organizações governamentais e empresariais da economia mundial capitalista.

Entretanto, à medida que as empresas européias começaram a se apropriar do esquema organizacional das empresas norte-americanas, trilharam a mesma via e passaram a aumentar a concorrência, inclusive em solo estadunidense (cf. CHANDLER, 1990; citado por ARRIGHI, BARR e HISAEDA, 2001: 149). Estava montado o cenário para a crise dos anos 1970 e para a emergência de um novo caminho de sistema dominante empresarial.

A seqüência desse processo tem como resultado, tanto quanto se verificou na transição da hegemonia inglesa, o acirramento das pressões competitivas, queda na lucratividade e uma retirada do capital de circulação das esferas produtiva e comercial. Enfim, uma reversão para uma fase de expansão financeira. Esta reversão é situada entre 1968-73, em

que se ampliam os depósitos no mercado de eurodólares ou de eurodivisas, seguidos por uma alta repentina nos preços, com 20 anos de crescimento financeiro explosivo. A massa de liquidez no mercado mundial, cuja escassez do pós-guerra era um problema para a expansão da economia norte-americana, passou a estar presente em excesso e a ser um novo foco de dificuldades, pelos efeitos destrutivos sobre a economia. Efeitos que reforçavam aqueles decorrentes da ampliação da concorrência, ambos advindos da fase anterior da expansão material.

Arrighi (1996: 309) traz dados a respeito da expansão financeira mundial a partir de meados da década de 1970:

Segundo uma estimativa, em 1979 o comércio de divisas atingiu a cifra de US\$ 17,5 trilhões, ou mais de onze vezes o valor total do comércio mundial (US\$ 1,5 trilhão); cinco anos depois, o comércio de divisas dera um salto para US\$ 35 trilhões, ou quase vinte vezes o valor total do comércio mundial, que também tivera um aumento, mas de apenas 20% (GILPIN, 1987). Segundo outra estimativa, as simples transações anuais no mercado de eurodólares de Londres foram seis vezes maiores que o valor do comércio mundial em 1979, porém umas 25 vezes maiores sete anos depois (WALTER, 1991).

Um indicativo do movimento especulativo que se firmou dentro da própria nação hegemônica, trazido por Magdoff e Sweezy (1988: 23, 125), são os dados que apontam o aumento do volume de transações no mercado de contratos futuros. Enquanto em 1960 estes contratos eram fundamentalmente de mercadorias e alcançaram o número de 3,9 milhões, em 1970 foram de 11,2 milhões de unidades. Mas até aí era um crescimento que acompanhava a expansão produtiva. Durante os anos 70 os contratos passaram a incorporar apostas sobre o preço dos metais preciosos, de moedas estrangeiras e outros instrumentos financeiros. Em 1980 foram comercializados mais de 92 milhões de contratos e em 1985 este número alcançou quase 160 milhões nos EUA. Acrescentam que desde 1977 até 1985 a produção cresceu 25% enquanto os contratos se expandiram em 370%.

Outro dado então citado, ressaltando a crescente especulação, foi o próprio número médio de ações comercializadas diariamente na Bolsa de Nova Iorque, que saltou de 19 milhões em 1975 para 109 milhões em 1985.

Os autores apresentam citações de autoridades e pessoas ligadas ao mercado financeiro, as quais em 1986 já vinham fazendo alertas quanto a crescente fragilidade do mercado, onde se havia criado uma série de instrumentos financeiros que não estavam sujeitos ao controle de qualquer autoridade¹⁵.

¹⁵ Eis o terceiro andar da formulação braudeliana. Tanto o primeiro andar, constituído por aquilo que denominou de “vida ou civilização material”, quanto o último andar, classificado como a casa do capitalismo, constituem

Sobre a onda de especulação e a autonomia relativa do setor financeiro nos EUA os autores vão dizer o seguinte (MAGDOFF e SWEEZY, 1988: 23):

(...), à medida que o sistema financeiro tem se afastado de seu papel como facilitador da produção e distribuição de bens e serviços, *mais vida própria tem adquirido*, fato que pode ser observado mais marcadamente pela multiplicidade da atividade especulativa, a qual está estreitamente vinculada com a explosão da dívida nos últimos 10 anos e com as operações diárias das firmas financeiras. (grifei).

Por fim, importa lembrar, com os autores (Magdoff e Sweezy, 1988: 18), que no período 1965/85 se verifica um crescente endividamento de governos, consumidores, empresas não financeiras e mesmo de empresas financeiras nos EUA: a confiança na dívida teria passado a permear todas as áreas da economia. Um dado interessante é que ao final do período a participação do governo no total da dívida teria se reduzido em prol da do setor privado: a dívida do governo, de 34% em 1965 passou a abranger 27% do total em 1985. A crescente dependência da dívida pode ser interpretada como uma forma de o setor privado buscar compensar o seu debilitamento.

Arrighi (1996: 325, citando PHILLIPS, 1993) lembra que:

A preocupação excessiva com as finanças e a tolerância para com as dívidas parecem ser típicas das grandes potências econômicas em seus estágios finais. Elas prenunciam o seu declínio econômico.

Não decorre daí que a expansão financeira tenha algum mecanismo intrínseco que leve inexoravelmente ao declínio econômico absoluto. O movimento de causação parece ser o contrário. Magdoff e Sweezy (1988) dão uma pista importante do que pode estar acontecendo nos EUA, algo que talvez possa inclusive ser estendido para a economia-mundo como um todo, ao perceberem uma coincidência entre a diminuição no ritmo do crescimento econômico e a expansão financeira.

Indicam que a expansão financeira tem sido de fato uma força contratendente a um maior estancamento. Sem a expansão financeira a situação econômica teria sido pior, pois

zonas de opacidade comparadas ao andar intermediário, o mercado. O terceiro andar foi definido, dentre tantas passagens, da seguinte maneira (BRAUDEL, 1997: 12-13): "(...) acima e não abaixo da vasta superfície dos mercados, ergueram-se hierarquias sociais ativas: falseiam a troca em proveito próprio, fazem vacilar a ordem estabelecida; voluntária e até involuntariamente, criam anomalias, turbulências, e têm maneiras muito suas de tratar de seus assuntos. Nesse nível elevado, alguns grandes mercadores de Amsterdã, no século XVIII, ou de Gênova, no século XVI, podem abalar, à distância, setores inteiros da economia européia ou mesmo mundial (que dizer então desta época atual herdada do neoliberalismo? - JM). Foi assim que grupos de atores privilegiados entraram em circuitos e em cálculos que a maioria das pessoas ignora. O câmbio, por exemplo, ligado aos comércios longínquos e aos jogos de crédito complicados, é uma arte requintada, aberta, quando muito, a alguns privilegiados. Esta segunda zona de opacidade, que, acima da clareza da economia de mercado, é de certo modo o seu limite superior, representa para mim, como veremos, o domínio por excelência do capitalismo. Sem ela este é impensável; aí se aloja, aí prospera."

se abriu assim oportunidade significativa para inversões rentáveis em escritórios, equipamentos de transporte e comunicações, máquinas comerciais, etc. O próprio aumento das rendas financeiras e das ações tem estimulado o consumo de bens de luxo. Os autores chegam a afirmar que (MAGDOFF e SWEEZY, 1988: 161-2):

O crescimento que experimentou a economia nos anos recentes (sua referência é 1983/85) tem se devido, quase inteiramente, à explosão financeira.” E acrescentam que por este motivo nada vinha sendo feito para controlá-la. Entretanto, “(...) o sistema financeiro está mais dependente do que nunca das autoridades governamentais para impedir um desastre.

2.3 A CRISE DA HEGEMONIA NORTE-AMERICANA

Sob a hegemonia norte-americana o livre comércio unilateral praticado pela Grã-Bretanha não chegou sequer a ser cogitado, tratava-se muito mais de substituí-lo pela idéia da livre iniciativa. Arrighi (1996:71) afirma a esse respeito que:

A verdade é que o governo norte-americano nunca chegou sequer a considerar a adoção do tipo de livre comércio unilateral que a Grã-Bretanha praticou desde a década de 1840 até 1931. O livre comércio ideologizado e praticado pelo governo dos EUA, em todo o período de seu predomínio hegemônico, tem sido, antes, uma estratégia de negociação intergovernamental – bilateral e multilateral – sobre a liberalização do comércio, visando basicamente abrir as portas das outras nações aos produtos e às empresas norte-americanos. As crenças do século XIX no mercado auto-regulador – no sentido de Polanyi (1957) – só se converteram na ideologia oficial do governo norte-americano na década de 1980, nas administrações de Reagan e Bush, em resposta à crise hegemônica da década de 1970. Mesmo nessa época, entretanto, foram muito limitadas as medidas unilaterais de liberalização do comércio efetivamente adotadas pelo governo dos Estados Unidos.

O Estado norte-americano, no auge de sua hegemonia (1950/60), desfrutou de um poder regulador que a Grã-Bretanha jamais obteve em sua época, uma vez que as redes cosmopolitas das altas finanças estiveram submetidas, pelo controle sobre o dinheiro mundial, aos ditames do Estado. Ao mesmo tempo em que isto poderia operar uma restrição ao livre comércio verificou-se uma ampliação sem precedentes no comércio mundial, em função exatamente do controle exercido sobre a liquidez mundial e, conseqüentemente, a estabilidade sistêmica daí decorrente.

O principal instrumento da formação do mercado mundial sob os EUA foi o GATT (Acordo Geral sobre Tarifas de Comércio), que conformou um regime muito menos

generoso para com o resto do mundo do que foi o Britânico. Mas, com a Guerra Fria os EUA abriram uma série de concessões, em especial nas décadas de 1950/60.

Sob os EUA os investimentos externos diretos (IED) passaram a ocupar um papel preponderante em relação ao comércio, em que se tem verificado uma (ARRIGHI, 1996: 73):

(...) [T]endência de internalização de uma parcela expressiva e crescente do comércio mundial em empresas transnacionais de grandes dimensões e de hierarquização vertical, parcela esta que é administrada por elas. Não é fácil obter dados sobre este comércio internacional, que em verdade consiste em transações intrafirmas. Mas várias estimativas indicam que a proporção do comércio mundial composto por transações intrafirmas elevou-se de algo da ordem de 20% a 30%, na década de 1960, para algo da ordem de 40% a 50% no fim da década de 1980 e início da de 1990. Segundo Robert Reich (1992), 'em 1990, mais da metade das importações e exportações da América, em valor, foram simplesmente transferências desses produtos e dos serviços correlatos dentro de corporações globais'.

Arrighi (1996: 309) ressalta que a expansão financeira verificada nos anos 1970/80 se trata de um fenômeno recorrente, que já acontecera antes nas fases finais das hegemonias genovesa, holandesa e britânica na economia-mundo capitalista. Diz textualmente:

Expansões financeiras deste tipo repetiram-se desde o século XIV, como a reação característica do capital à intensificação das pressões competitivas que decorreram, invariavelmente, de todas as grandes expansões do comércio e produção mundiais. A escala, o âmbito e a sofisticação técnica da atual expansão financeira são, é claro, muito maiores que os das expansões anteriores.

A expansão financeira revela então uma crise sinalizadora do esgotamento de um regime de acumulação, desta feita, o norte-americano. Como todas as outras, foi seguida de uma *belle époque*, com direito à queda do bloco centrado na URSS, que mais aprofundou do que resolveu as contradições subjacentes à crise da expansão financeira. Esta, na verdade, decorreu do aumento da concorrência intercapitalista, que resultou em dificuldades de acumulação na órbita comercial e produtiva.

Três pontos são considerados como manifestação mais importante do esgotamento do regime de acumulação norte-americano e se deram entre 1968/1973: militarmente, os problemas decorrentes da Guerra do Vietnã; financeiramente, a impossibilidade de manter a forma de regulação do dinheiro mundial advinda de Bretton Woods; ideologicamente, a perda de legitimidade (interna e externa) da cruzada anticomunista¹⁶. Nos anos 1970, como um reconhecimento da impossibilidade de pleno

¹⁶ Wallerstein (1996) situa este mesmo momento como um triplo ponto de inflexão da economia-mundo capitalista. Além do alcance do pico do ciclo hegemônico norte-americano, também é o início de uma Fase-B de um ciclo de Kondratieff (a qual, nos anos 1990, ainda parecia não concluída) e, esta uma formulação mais polêmica, um momento de ampliações de tendências multisseculares desintegradoras da economia-mundo

governo do mundo, os EUA se recolheram e obtiveram, como resultado da desestabilização que abdicaram de tentar conter, um declínio acentuado de seu poder e prestígio¹⁷, o que foi revelado, dentre outros acontecimentos, com a Revolução Iraniana, a Crise dos Reféns de início dos anos 80, a Guerra do Golfo de princípio dos anos 90, culminando com o ataque às torres gêmeas do World Trade Center em 11 de setembro de 2001.

2.3.1 Crise do regime de acumulação estadunidense

Vejamos onde e quando começou a atual fase de expansão financeira centrada nos EUA. Ela data de 1968, quando o mercado de eurodólares, centrado em Londres, teve um aumento súbito e explosivo. Em 1971 caiu o padrão cambial dólar-ouro. Em 1973 a Reserva Federal estadunidense e os bancos centrais comprometidos com o regime de taxas de câmbio fixas reconheceram a derrota e permitiram que as taxas de câmbio e o ouro passem a ser regulados pelo mercado – essencialmente pelo mercado de eurodólares.

O euromercado primeiro fortaleceu, depois prejudicou os interesses norte-americanos. Ele foi resultado da expansão do regime de acumulação norte-americano, tendo, inicialmente, reforçado seus interesses e, posteriormente, os prejudicado. Em seu embrião foi um mercado de depósitos de recursos em dólares de países comunistas, surgido em 1950, em função do receio de terem seus valores bloqueados caso os depósitos fossem efetuados nos EUA. Fizeram então os depósitos em Londres em sua maioria e em bancos europeus, os quais logo perceberam as vantagens de manter estes fundos na Europa, dando origem ao mercado de eurodivisas (ARRIGHI, 1996: 311).

A migração das corporações norte-americanas foi que agigantou estes depósitos em fins dos anos 1950 e início dos 1960, levando os bancos norte-americanos a se instalarem no euromercado em busca de seus clientes das matrizes, pelas facilidades de custos (mais baixos) e maior liberdade de ação proporcionada pela atividade bancária *offshore*. Assim,

capitalista, para as quais os ritmos cíclicos não mais conseguem dar respostas reequilibradoras sistêmicas, marcando o início do fim deste sistema social tal como o conhecemos.

¹⁷ Wallerstein (2002) chega a indicar que os EUA se encontram atualmente na seguinte situação: são “uma potência solitária, que carece de verdadeiro poder, um líder mundial que ninguém segue e poucos respeitam e um país que flutua perigosamente em meio ao caos global que não pode controlar.” Mas o autor também assinala que ele permanece sendo o maior poder militar do mundo e, provavelmente, continuará a sê-lo pelos próximos 25 anos, entretanto, cada vez mais questionado (WALLERSTEIN, 2001b).

evitaram grandes perdas de depósitos e controlavam já em 1961 50% das divisas do euromercado (ARRIGHI, 1996: 311; citando DE CECCO, 1982).

Enquanto o euromercado foi escorado pelas reservas estadunidenses de ouro e por um considerável superávit corrente no balanço de pagamentos norte-americano ele fortaleceu o papel do dólar como moeda mundial, facilitou a expansão global do capital das corporações norte-americanas, tornando esta expansão auto-suficiente financeiramente pela disponibilização de empréstimos na Europa.

Mas a expansão do euromercado e das corporações estadunidenses estava em linha de colisão com as bases nacionais do poder dos Estados Unidos, que se ergueram a partir do controle interno sobre as altas finanças: o conflito começa já em 1963, quando o governo Kennedy impôs restrições aos empréstimos e investimentos externos do país, dada a pressão que as dívidas norte-americanas exerciam sobre as então decrescentes reservas. O total das dívidas com o exterior já ultrapassava as reservas em ouro no fim da década de 1950. Por volta de 1963 as reservas em ouro sequer cobriam as dívidas com outras autoridades monetárias e governos (ARRIGHI, 1996: 312).

Como reação a esta tentativa de controle ocorreu um maior acúmulo de fundos líquidos em eurodólares. Isto explodiu em 1968 e se transformou na razão isolada mais importante da desestruturação da ordem monetária mundial do pós-guerra. E as empresas transnacionais norte-americanas deveriam ser os maiores depositantes deste mercado de eurodivisas (cf. ARRIGHI, 1996: 313-314), sendo então o caso de explicar o que houve nas condições de auto-expansão destas empresas que as teria levado a este procedimento.

A partir dos anos 1950 houve um crescimento explosivo do IED dos países desenvolvidos. Japão e Austrália constituíam exceção à época. Ao mesmo tempo em que isso expressa a abertura das fronteiras (pela reconstrução da Europa e descolonização da Ásia e África) para as corporações transnacionais estadunidenses, o desenrolar do processo - uma vez que também a Europa Ocidental colocou suas transnacionais nesta disputa, à medida que superou o capitalismo familiar típico do século XIX, congestionando o mercado pelo aumento da concorrência, teve como consequência uma queda na lucratividade. Entre 1967/74 a participação dos EUA no total do IED declinou acentuadamente, em prol do aumento da européia.

Não é demais relembrar, a esta altura, o autor europeu (SERVAN-SHREIBER, 1968, citado por ARRIGHI, 1996: 314), que indicou que o desafio das corporações norte-americanas aos europeus era fundamentalmente organizacional e não de ordem financeira ou

tecnológica. À medida que as corporações européias romperam com esta mística e se reestruturaram à imagem e semelhança das estadunidenses os mercados mundiais foram se estreitando cada vez mais. Arrighi (1996: 315), a partir de dados tomados de Kirby (1983), lembra que:

Ao todo, entre 1970 e 1978, o valor acumulado dos investimentos externos diretos norte-americanos mais do que duplicou (de US\$ 78 bilhões para US\$ 168 bilhões), enquanto o dos não norte-americanos (majoritariamente europeus) mais do que triplicou (de US\$ 72 bilhões para US\$ 222 bilhões), elevando de 48% para 58% a fração não norte-americana do total.

Este aumento da transnacionalização se deu no contexto de uma pressão altista de custos (seja dos insumos primários ou dos salários). Citando diversos autores Arrighi (1996: 315) indica que entre 1968/73 o aumento dos salários foi maior que o da produtividade. A isto veio somar-se o choque do petróleo no início dos anos 1970. Acompanhando a interpretação de Itoh (1990), vai destacar que a crise de início dos anos 1970 resultou de uma superacumulação de capital e não de supostos problemas nas políticas macroeconômicas. Lembra que quando a crise eclodiu o keynesianismo militar e não militar estadunidense estava a pleno vapor, tanto interna quanto externamente, criando a demanda efetiva necessária para expandir materialmente a economia. Em seguida Arrighi (1996: 316) coloca o cerne da questão:

Reconhecido isso, ainda assim convém enfatizar que, a partir de 1968, a injeção de poder aquisitivo na economia mundial, em vez de resultar no crescimento do comércio e produção mundiais, como fizera na década de 1950 e no início da seguinte, resultou numa inflação mundial de custos e numa fuga maciça de capitais para os mercados monetários *offshore*. Esse efeito ‘perverso’ da expansão governamental do poder de compra no mundo deveu-se menos à má gestão das políticas macroeconômicas do que à emergência de uma contradição fundamental entre a expansão transnacional do capital das corporações norte-americanas e os fundamentos nacionais do poder mundial dos Estados Unidos.

Trata-se então de esclarecer onde está situada a contradição entre a expansão das corporações transnacionais norte-americanas ao exterior e os fundamentos do poder norte-americano no mundo. Como a hipótese inicial é de que os EUA reorganizaram a nova ordem mundial do pós-guerra calcados no controle sobre as altas finanças, passa a ser necessário demonstrar como a expansão das transnacionais estadunidenses minou as bases desse controle.

Arrighi (1996: 316) relembra que foi o keynesianismo militar norte-americano que deu origem à fase de expansão material do pós-guerra e não a expansão das corporações transnacionais para o exterior. Esta teria sido consequência daquele. A transnacionalização

das empresas, de todo modo, foi um meio crucial e um efeito importante da busca de poder mundial do governo dos EUA. Diz ainda que a expansão das corporações, a supremacia do dólar e a superioridade nuclear foram os pilares da posição ocupada pelos EUA no cenário mundial. Mas a expansão das corporações e a posição mundial estadunidense não se deram sem conflitos de interesse. E o primeiro conflito mais evidente foi a abertura do mercado norte-americano aos produtos japoneses e a tolerância de que o mercado japonês fosse fechado para os investimentos norte-americanos nas décadas de 1950/60, por razões de segurança dos próprios EUA, em função do avanço do bloco socialista na Ásia. O governo dos EUA só passou a pressionar os japoneses quando saíram do Vietnã e se reaproximaram da China.

A contradição mais grave com a expansão das transnacionais ocorreu não onde ela era mais evidente (no Leste da Ásia), mas onde a complementaridade era mais forte (na Europa Ocidental). Com o Plano Marshall e o rearmamento, as empresas estadunidenses passaram a ser tratadas como empresas européias e a unificação em torno do Mercado Comum fez essa região mais integrada ao regime norte-americano de dominação e poder. O Mercado Comum potenciou a integração.

Entretanto, longe de serem um instrumento maleável do poder estatal, logo as transnacionais se tornaram um limite para esse poder (o limite mais fundamental). Neste sentido Arrighi (1996: 318) assevera que:

A incorporação da Europa Ocidental nas redes de poder do Estado norte-americano após a Segunda Guerra Mundial, em contraste, foi realizada pelo próprio governo norte-americano. Depois que a ação governamental preparou o terreno para a transplantação lucrativa das empresas norte-americanas, estas invadiram a Europa em grande quantidade, mas seu papel na consolidação do domínio norte-americano foi apenas o de internalizar em suas próprias tecno-estruturas os componentes fundamentais do mercado e da força de trabalho europeus. Embora o governo norte-americano tentasse manter um certo controle sobre essa transplantação das empresas do país para o solo europeu, sujeitando suas subsidiárias estrangeiras às leis de comércio dos Estados Unidos e tomando providências para regulamentar a saída do capital norte-americano, aquele processo adquiriu quase imediatamente uma dinâmica própria. O governo norte-americano, agindo sozinho ou mesmo em concerto com os governos europeus, não pôde controlá-lo. Pior que isso, quanto mais autônoma tornou-se essa dinâmica, mais foi solapada a centralidade de Washington na produção e regulação do dinheiro mundial.

Como já se disse anteriormente, Roosevelt e Morgenthau operaram a transferência do controle sobre o dinheiro mundial de Londres e Nova Iorque para Washington, mas este deslocamento do controle foi minado pela própria transnacionalização das corporações estadunidenses, repondo-o novamente em Londres e Nova Iorque.

A reação do governo norte-americano foi tentar restabelecer o controle sobre as altas finanças. E, como entre 1973/78 não houvesse alternativa ao dólar como reserva e meio de troca internacional, mesmo com a não conversibilidade, o governo pareceu estar dotado de uma liberdade sem precedentes na produção do dinheiro mundial. Arrighi (1996: 319, citando PARBONI, 1981) coloca bem a importância da alteração nos regimes de taxas de câmbio e da inconvertibilidade da moeda para o expansionismo norte-americano no período: uma vez que não havia mais o compromisso com paridades fixas ou com o padrão ouro o governo pôde se financiar com a emissão de dólares sem ter que se preocupar com o superávit comercial para financiar o déficit na balança de capital. O problema do balanço de pagamentos estava resolvido: financiava-se as importações com emissão de dólares e não com mais exportação. Por conseguinte, a depreciação resultante no dólar aumentava a competitividade dos produtos norte-americanos no exterior.

De qualquer maneira, esta emissão se tornaria uma fonte adicional de recursos que não poderiam ser totalmente controlados por governo algum. A capacidade de *seignorage* do governo norte-americano começou, entretanto, a apresentar limites já em meados de 1975. Mas, durante algum tempo ainda reforçou o poderio do Estado central uma vez que conferiu grandes vantagens competitivas às próprias empresas, desviou recursos energéticos para os EUA e garantiu liquidez às corporações se expandirem através de IED e empréstimos externos.

O caráter autocentrado da economia norte-americana lhe conferia vantagens na competição mundial pela oferta de insumos, em especial no caso do petróleo. Assim, mesmo diante do aumento dos preços de importação, pôde, por algum tempo, centrado na produção interna, suportar estes custos e seguir crescendo. Mas a liberdade de ação do governo norte-americano não era ilimitada. Arrighi (1996: 324) resume bem a situação:

(...) as políticas monetárias frouxas dos Estados Unidos durante a década de 1970, combinadas com a prática dos dois patamares de preços do petróleo cru no mercado interno e com a completa liberalização dos empréstimos e investimentos privados norte-americanos no exterior, reforçaram as tendências que impulsionavam o crescimento explosivo dos mercados monetários *offshore*. Ao darem às empresas norte-americanas novos meios e incentivos pecuniários para superar os concorrentes na apropriação das reservas energéticas mundiais e na transnacionalização dos processos de produção e de troca, essas políticas inflacionaram os lucros do petróleo e os fluxos de recursos das corporações, impulsionando a expansão dos negócios em eurodivisas.

É importante lembrar que o regime de taxas de câmbio flutuante acrescentou um novo componente de instabilidade à ação das corporações transnacionais que às impulsionou ainda mais à transnacionalização como forma de se proteger (ou seja, uma maior

diversificação geopolítica de suas ações), acrescenta-se que as variações cambiais aumentaram ainda mais os seus requerimentos de recursos de curto prazo, elevando assim o volume das transações no cassino financeiro. Neste diapasão não só as empresas viram seus riscos aumentados mas também uma série de governos, em especial os do Terceiro Mundo com economias internas altamente extrovertidas e mais débeis. Como estes países não dispusessem de divisas (à exceção dos exportadores de petróleo) para controlarem a volatilidade cambial ou minimizarem seus efeitos, participaram do mercado de eurodivisas pelo lado da demanda como forma de tentar contrabalançar os efeitos devastadores das crises financeiras. É claro que o acesso a este mercado exigia das economias tomadoras uma consideração aos princípios da austeridade.

Nos anos 1970, com a intensificação da concorrência intercapitalista aumentou a disputa por suprimentos energéticos no mundo, melhorando a posição dos países produtores de petróleo (no fim de 1973, primeiro choque, o preço quadruplicou), tornado-os os principais depositantes nos mercados de eurodivisas. A posição dos grandes consumidores, por outro lado, piorou, em especial Japão e Europa Ocidental.

Entretanto, exatamente quando os governos e bancos centrais do Grupo dos Dez tentaram introduzir algum controle sobre a atividade bancária privada, este aumento de depósitos permitiu que as instituições privadas, lideradas pelos bancos dos EUA, transferissem suas operações para ainda mais longe, para mercados monetários situados, em especial, nas antigas colônias britânicas.

Posto isso, Arrighi vai destacar que a crise sinalizadora dos anos 1970, embora colocando formas novas e mais complexas, repete em alguma medida padrões das crises sinalizadoras dos ciclos sistêmicos de acumulação anteriores. Diz o autor (ARRIGHI,1996: 324):

Como em todos esses ciclos, a rápida expansão do comércio e da produção mundiais havia intensificado as pressões competitivas sobre os principais agentes da expansão, provocando um conseqüente declínio dos lucros do capital. E, lembrando o que disse Hicks, agora, como em todas as fases de rendimentos decrescentes, a condição de os lucros altos serem restabelecidos ou preservados era que eles não fossem reinvestidos numa nova expansão do comércio e da produção.

Então, as políticas expansionistas norte-americanas alcançaram um limite. Uma vez que a reinversão dos lucros comercial e industrial faria diminuí-los é perfeitamente lógico que esta reinversão não fosse totalmente carreada para o comércio e a produção, alimentando o mercado financeiro, que por sua vez se tornava uma fonte autônoma de poder em relação a centralidade do governo norte-americano e às próprias transnacionais norte-americanas. Com

a crescente oferta de eurodivisas no mercado, os membros da confraria de bancos liderados pelos norte-americanos forçavam a baixa dos critérios para concessão de empréstimos, aumentando seu grau de exposição, podendo causar um colapso financeiro geral.

O resultado foi que, em 1978, na iminência de um confronto com a comunidade financeira cosmopolita que controlava o euromercado, o governo norte-americano optou pela acomodação levando a políticas monetárias apertadas e que estabeleceram uma nova aliança entre o poder do Estado e o capital. Esta nova aliança permitiu o crescimento econômico da era Reagan.

Todas as fases de expansão financeira, ocorridas nos finais dos ciclos sistêmicos de acumulação analisados por Arrighi (1996), demonstraram uma polarização social (decorrente de uma concentração da renda e conseqüente redução das classes médias) e outra polarização com dois tipos de concentração de capital que corriam paralelos: uma dentro das estruturas organizacionais do ciclo de acumulação que estava chegando ao fim e outra renunciando a emergência de um novo regime e ciclo de acumulação.

A era Reagan teria se destacado como o primeiro tipo de concentração em função do seguinte (Arrighi, 1996: 327):

(...) a súbita passagem de políticas monetárias extremamente frouxas para políticas extremamente rigorosas, efetuada pela Reserva Federal norte-americana sob a gestão de Paul Volker, no último ano do governo Carter, foi apenas o preâmbulo de toda uma série de medidas, destinadas não apenas a restabelecer a confiança no dólar norte-americano, mas a centralizar de novo nos Estados Unidos o dinheiro mundial sob controle privado. Para tanto, outras quatro medidas acompanharam a redução da oferta monetária norte-americana.

Vejamos estas quatro medidas:

- (i) O próprio governo dos EUA passa a competir pelo capital de circulação mundial, ao elevar as taxas de juros acima da inflação em início dos anos 1980.
- (ii) Além dos juros, a desregulamentação suplementou os incentivos para que o capital de circulação se recentralizasse nos EUA. Isto permitiu que as operações financeiras da elite nova-iorquina pudessem voltar para casa nos anos 1980, desfrutando assim a crucial vantagem da proximidade social e política do que ainda permanecia sendo o centro mais proeminente do poder mundial.
- (iii) O governo Reagan aumentou espetacularmente o endividamento do Estado. Antes maior credor mundial, agora, dados os empréstimos tomados, se transformou no maior devedor. Eis os dados apresentados por Arrighi (1996: 328, citando PHILLIPS, 1993 e KENNEDY, 1993):

Quando Reagan entrou na Casa Branca em 1981, o déficit do orçamento federal estava em US\$ 74 bilhões e o total da dívida pública era de US\$ 1 trilhão. Em 1991, o déficit orçamentário havia quadruplicado, elevando-se a mais de US\$ 300 bilhões anuais, e a dívida pública também quadruplicara, chegando a quase US\$ 4 trilhões. Como resultado, em 1992, os pagamentos líquidos de juros federais somaram US\$ 195 bilhões por ano e representaram 15% do orçamento total, havendo partido de US\$ 17 bilhões e 7% em 1973.

(iv) Este aumento estrondoso da dívida esteve associado a uma segunda escalada da Guerra Fria (programa de Iniciativa de Defesa Estratégica) e de conflitos com uma série de países inamistosos no Terceiro Mundo (Granada, em 1983; Líbia, em 1986; Panamá, em 1989; Iraque, em 1990-91). Arrighi (1996: 328) precisa bem o significado da expansão financeira:

Como em todas as expansões financeiras anteriores, portanto, a mobilização da ‘vara de condão’ que dota o dinheiro estéril do poder de procriação, sem a necessidade de ele se expor aos problemas e riscos inseparáveis da iniciativa privada – tal como Marx descreveu a ‘alienação do Estado’ através das dívidas públicas – associou-se mais uma vez a uma escalada na luta interestatal pelo poder. E foi a competição pelo capital circulante (SIC), ocasionada por essa escalada mais recente na luta interestatal pelo poder, que, mais uma vez, parafraseando Weber, criou as melhores oportunidades para o capitalismo ocidental desfrutar de mais um ‘momento maravilhoso’ de riqueza e poder sem precedentes. (grifos do autor)

Passa-se agora, então, a discutir a natureza e a extensão do triunfo dos anos 1970 e início dos 1980. E, neste sentido, duas questões aparecem como centrais.

(i) Primeira, é que há uma quebra na linha condutora que construiu a hegemonia norte-americana na economia-mundo capitalista, em que o controle sobre o dinheiro mundial situava-se em Washington e não em Londres e Nova Iorque. Houve uma nova aliança entre a busca do poder e as altas finanças e isto se deu, muito provavelmente, porque as tentativas do governo norte-americano em aumentar seu poder por outros meios estava gerando retornos rapidamente decrescentes.

Arrighi (1996) escorado em Aglietta (1979) e em Aglietta e Orléan (1982) identifica 1978 como um momento de crise de confiança em torno do dólar norte-americano, mas que tornavam a Europa Ocidental e o Japão ainda mais vulneráveis a este fenômeno devido a sua maior extroversão e menor dimensão interna das suas economias em relação a dos EUA. De qualquer maneira, esta crise de confiança revelava um limite aos privilégios de *seignorage* dos EUA.

Uma resposta a essa crise iminente do sistema de crédito mundial foi a criação do Sistema Monetário Europeu e da Unidade Monetária Européia (em 1978). A outra se processou nos EUA, em que o governo buscou um acordo com a comunidade cosmopolita

financeira, liderada pelos banqueiros dos próprios EUA que controlavam o mercado de eurodivisas.

Na verdade, a avaliação é que a transnacionalização das empresas colocava um desafio portentoso em relação ao sistema de Estados nacionais existentes, em especial quanto a eficácia de seus instrumentos políticos e de gerência do espaço nacional. A questão pode ser assim colocada (Arrighi, 1996: 330):

As tentativas do governo dos EUA de preservar o controle sobre o capital norte-americano transnacionalizado, lançando mão de meios legais e de políticas monetárias frouxas, foram ineficazes, na melhor das hipóteses, e contraproducentes, na pior. Ao mesmo tempo, a contínua dominação das empresas norte-americanas, nos ramos financeiros e não financeiros do capital transnacionalizado, deu ao governo dos Estados Unidos uma oportunidade singular de transformar o mercado de eurodivisas, com seu caráter 'auto-regulador', numa arma 'invisível' mas muito potente de sua busca interna e global de poder. Se fosse possível descobrir meios e modos de trabalhar em comum acordo com os poderes transnacionalizados do capital norte-americano, e não em conflito com eles, o governo dos Estados Unidos não poderia desejar nada melhor. (grifos do autor)

É assim que, entre 1978 e 1982 o governo norte-americano trilhou o caminho do respeito aos cânones da moeda forte, retomando uma aliança com as altas finanças.

(ii) A segunda questão central relativa ao desempenho dos anos 1970 e início dos 1980 diz respeito a expansão que esta aliança propiciou à economia norte-americana. Arrighi (1996: 334) vai então ressaltar que:

A aliança daí resultante gerou lucros que superaram as mais róseas expectativas. A recentralização do poder de compra nos EUA logrou, quase instantaneamente, o que o poderio militar do país, agindo sozinho, não conseguiria fazer. Os efeitos devastadores das políticas monetárias restritivas norte-americanas, das altas finanças, das altas taxas de juros e da desregulamentação logo colocaram os países do Terceiro Mundo de joelhos.

O aperto nas políticas monetárias norte-americanas nos anos 1980 fez reduzir a demanda por produtos oriundos do Terceiro Mundo. Arrighi (1996: 355), citando dados da ONU (1990) e de Frieden (1987), mostra que os preços reais das exportações de produtos dos países do sul declinaram cerca de 40% e o dos produtores de petróleo algo como 50%, entre 1980/88. Por outro lado, esta política monetária conduziu ao salto de 11% em 1977 para 20% em 1981 verificado na LIBOR (taxa londrina interbancária) para o euromercado. Isto ampliou o pagamento dos serviços das dívidas externas. Apenas os juros das dívidas dos países latino-americanos subiram de menos de 1/3 das suas exportações (em 1977) para quase 2/3 (em 1982).

Em outubro de 1979 Paul Volker começou a restringir a oferta de dólares, o que provocou a elevação da taxa de juros nos mercados financeiros. Citando Moffitt (1983),

Arrighi (1996: 331) vai corroborar a tese da crise de confiança no dólar como uma motivação importante desta iniciativa.

Entretanto, vários elementos teriam conduzido a política norte-americana de rompimento com as altas finanças, embutida no New Deal, a ser revertida. Era chegada a hora da revanche. E o Terceiro Mundo descolonizado, ao lado do fracasso militar e ideológico norte-americano decorrente do Vietnã e a ampliação da transnacionalização das corporações empresariais no mundo afora, teve um papel central nesse processo de debilitação do poderio norte-americano ocorrido nos anos 1970.

Vejamos então como esta questão do Terceiro Mundo adquire importância na formulação. Em Bandung, em 1955, emergiu um movimento de países não alinhados, que buscavam o direito à autodeterminação já firmado na Carta das Nações Unidas, que os EUA tiveram muita dificuldade em assimilar, tratando-o como se fosse uma cortina de fumaça comunista. Os desempenhos da economia das décadas de 1950 e 1960 exerceram uma forte pressão sobre as reservas mundiais de insumos primários e a liberdade de usá-las em proveito próprio, naquele momento, representava para o poderio mundial norte-americano um desafio muito mais sério que o próprio poderio soviético. Na verdade, o que se viu foi uma ampliação, conforme Arrighi (1966: 332-3) da:

(...) importância estratégica do Terceiro Mundo como reservatório de recursos naturais e humanos para atender às necessidades presentes e futuras das economias do Primeiro Mundo. A expansão e consolidação das atividades das empresas transnacionais norte-americanas e européias ocidentais no Terceiro Mundo criaram laços organizacionais muito efetivos e eficientes entre os insumos primários provenientes do Terceiro Mundo e o poder aquisitivo do Primeiro Mundo. Mas criaram também um poderoso interesse adquirido a mais – o interesse das próprias empresas – na preservação da máxima flexibilidade, presente e futura, na utilização dos recursos do Terceiro Mundo em prol das nações do Primeiro.

Na década de 1970, quando se acirrou a concorrência intercapitalista a derrota no Vietnã mostrou que o aparato militar estadunidense já não era mais capaz de submeter irrestritamente os povos da Terra à sua vontade. Seguiu-se um vazio de poder que permitiu a completude do processo de emancipação nacional, as guerras para reorganização das regiões circunvizinhas e a expulsão do poder de governos clientes dos EUA (Irã e Nicarágua). Além disso, a União Soviética rumava para o seu Vietnã, o Afeganistão.

Verificou-se, por assim dizer, em alguma medida, uma inversão nas relações de poder no sistema mundial em favor dos países do Segundo e Terceiro Mundo. Houve uma elevação dos preços do petróleo e de outras matérias-primas, que aliada a anterior elevação dos salários e da concorrência intercapitalista dos anos 1960, levou a uma redução nas taxas de lucro e a um escoamento do controle do poder aquisitivo mundial para os países do

Segundo e Terceiro Mundos, em especial para alguns países seletos, em função da abundância de capital. Isto reforçou a posição destes países na sua busca por poder mundial.

Então, a própria superabundância de capital na década de 1970 teria reforçado a posição de um grupo de países seletos do Segundo e Terceiro Mundos, mas estes compromissos financeiros assumidos os teriam colocado de joelhos no momento seguinte, tendo os transformado num pilar de sustentação, senão no, da nova *belle époque* dos anos 1980/90.

Cabe agora destacar a importância da Segunda Guerra Fria, na verdade uma tentativa dos EUA em contrarrestar a tendência de perda da sua hegemonia. Como já se disse anteriormente, esta iniciativa foi um dos componentes que resultou no estrondoso endividamento recente do Estado norte-americano. A outra consequência importante foi a derrocada da URSS, que tornou ainda mais central o poderio militar estadunidense. Como também já indicado, nesta fase de expansão financeira da economia-mundo parece estar se gestando um novo *loci* de poder financeiro mundial no Leste Asiático, mas, desta feita, sem o poderio militar, o qual ainda é detido pelos EUA. Então, observa-se uma nítida bifurcação destas duas fontes de poder, a militar e a financeira, como uma característica da atual crise de hegemonia.

Arrighi, Hui, Ray e Reifer (2001) identificaram um padrão existente em todas as duas transições anteriores que também se apresenta nesta última: intensificação da rivalidade entre as grandes potências, surgimento de novos *loci* de poder nas margens do raio de ação do Estado hegemônico e uma expansão financeira sistêmica centrada no Estado hegemônico. Só que agora aparecem como etapas separadas de forma menos clara, uma vez que a expansão financeira se desenvolveu mais rápida e claramente que no passado e parece se prolongar mais. Isto pode ser entendido como um sinal da intensificação da natureza capitalista do sistema entre uma transição e outra. Além disso, pode ser também o sinal de um aprofundamento da tendência de encurtamento espaço-temporal entre as transições¹⁸.

Quanto a expansão financeira, que resultou na hiperacumulação de capital, foi resultado da acumulação de capital das empresas transnacionais norte-americanas em mercados extraterritoriais como forma de escapar aos controles legais da nação de origem, conduzindo à quebra do sistema monetário internacional e norte-americano articulado a partir de Bretton Woods. A queda dos rendimentos do capital só foi revertida a partir da Segunda

¹⁸ Conforme Arrighi, Hui, Ray e Reifer (2001: 52-53, 74) a transição da hegemonia holandesa - que iniciou com as três guerras anglo-holandesas (a primeira delas entre 1652/54) e se concluiu com o fim das guerras napoleônicas (1815) - teria durado cerca de 160 anos e a britânica cerca de 77 anos (de 1873 até 1950).

Guerra Fria (cf. Fred HALLIDAY, 1986; citado por ARRIGHI, HUI, RAY e REIFER, 2001: 98). Arrighi, Hui, Ray e Reifer (2001: 98) vão destacar que:

Quando o governo dos EUA começou a competir agressivamente pelo capital circulante (SIC), para financiar uma escalada da corrida armamentista com a URSS e uma redução simultânea dos impostos domésticos, os rendimentos do capital tiveram um aumento acentuado no mundo inteiro, a expansão financeira ganhou impulso e o poder global norte-americano experimentou uma grande retomada.

O renascimento econômico do Leste Asiático se deu no bojo desse processo, durante as décadas de 1970 e 1980 e está ligado às dificuldades de, tanto Inglaterra quanto os EUA, subordinarem plenamente tal região à dominação ocidental.

À seguir o padrão das transições anteriores a atual seria completada como uma reestruturação dos poderes financeiro e militar sob a tutela de uma nova e mais forte nação hegemônica. Mas os rumos da atual transição não parecem apontar nesta direção e a razão disto parece centra-se na superação dos mecanismos de equilíbrio de poder. Arrighi, Hui, Ray e Reifer (2001: 101) colocam bem esta questão:

(...) não há dúvida de que a antiga tendência européia para produzir um equilíbrio de poder entre uma pluralidade de estruturas militares autônomas e aproximadamente iguais foi posta de lado pela tendência à concentração e à centralização das capacidades militares globais.

(...) À medida que aumentaram a escala, a sofisticação tecnológica e a intensidade de capital dos aparatos militares empenhados [na luta pelo poder entre as nações], diminuíram o número e a variedade das nações com uma possibilidade razoável de aspirar à condição de grandes potências militares. Essa tendência já estivera em ação na transição da hegemonia holandesa para a britânica. Tornou-se incomparavelmente mais marcante na transição da hegemonia britânica para a norte-americana, em decorrência da industrialização da guerra.

Esta colocação é completada com a afirmação de que EUA e URSS se distanciavam cada vez mais em relação às demais nações, transformando-se em um "duopólio do poder" em lugar do equilíbrio de poderes que mantinha em andamento a corrida armamentista. Quando os EUA - que possuíam uma capacidade financeira muito maior - desencadeou a Segunda Guerra Fria a URSS, ao tentar acompanhá-lo, entrou em colapso, levando a uma centralização ainda maior das capacidades militares e ao momento unipolar atual.

Isto sepultou de vez o princípio de soberania nacional instituído a partir de Vestfália, o qual sempre foi parcial e desconsiderado, em especial nos momentos de transição hegemônica. Mas ao fim das duas transições anteriores ele foi recomposto¹⁹. Com a

¹⁹ Seria de se perguntar se a questão da soberania nacional, presentemente, não estaria se recompondo nos marcos dos atuais blocos de cooperação regionais como uma forma de enfrentar os requerimentos postos pela

hegemonia dos EUA, dado seu poderio político-militar, a igualdade soberana passou a ser suposta como legal mas não existia de fato. As nações maiores tinham mais poderes, inclusive nos organismos internacionais.

Arrighi, Hui, Ray e Reifer (2001: 103) ressaltam que:

A consagração desses direitos especiais na Carta das Nações Unidas institucionalizou, pela primeira vez desde Vestfália, a idéia de uma autoridade e uma organização supra-estatais que restringissem juridicamente a soberania de todas as nações, com exceção das mais poderosas (...). Essas restrições jurídicas, portanto, empalideceram em comparação com as restrições factuais impostas pelas duas potências estatais proeminentes - os EUA e a URSS - a suas respectivas esferas de influência, mutuamente reconhecidas.

(...) Esse regime político-militar mundialmente abrangente e centralizado nos EUA foi suplementado e complementado pelo sistema monetário mundial, também centrado nos EUA, que fora instituído em Bretton Woods. Essas duas redes interligadas de poder, uma militar e outra financeira, permitiram que os EUA, no auge de sua hegemonia, governassem o sistema globalizado de Estados soberanos em uma medida que ultrapassava por completo não apenas os horizontes dos holandeses no século XVII, mas também o da Grã-Bretanha imperial do século XIX.

Mas, ao mesmo tempo em que os EUA surgem no cenário mundial como a única superpotência, a corrida com a URSS o privou dos recursos necessários ao gozo da supremacia militar global. Esta questão da separação entre os poderes financeiro e militar nesta transição será retomada ao final deste capítulo.

Na seqüência se tratará de expor como as relações entre o Estado e o capital promoveram uma descentralização da capacidade financeira mundial na ultrapassagem da hegemonia norte-americana, diferentemente das transições anteriores. Trata-se de arrolar alguns indícios daquilo que poderia vir a ser o novo sistema de conformação empresarial dominante a partir da crise das corporações estadunidenses. Este sistema empresarial poria as bases para uma nova expansão material da economia-mundo capitalista.

Importa, então, inicialmente lembrar mais um traço central na crise da hegemonia estadunidense: trata-se do possível definhamento do moderno sistema de Estados territoriais como *locus* primário do poder mundial, o que indica uma tendência à realocação da autoridade dos Estados nacionais (tanto para cima como para baixo). De um lado a emancipação dos povos da Ásia e da África não se deu sem restrições à sua soberania, por outro as grandes corporações passaram a internalizar os processos de produção e troca tornando-se transnacionais e ampliando o raio dos mercados financeiros mundiais.

O deslocamento da autoridade para cima teria decorrido da tendência de escalada do caos sistêmico, para a qual os EUA não teriam contribuído de maneira consciente, mas

disputa interestatal, por um lado e, por outro, pelo poderio das corporações transnacionais. Por fim, esta situação

cujo rumo já não pode ser detido isoladamente. Indicando o deslocamento em questão Arrighi (1996: 343) assinala:

Já durante o governo Reagan, e contrariando suas intenções originais, o FMI foi autorizado a funcionar no papel de 'ministério das finanças mundiais'. No governo Bush, esse papel foi reforçado e, o que é mais importante, o Conselho de Segurança da ONU foi autorizado a exercer o papel de 'ministério de policiamento mundial'. E, ao longo desses dois governos, as reuniões regulares do Grupo dos Sete tornaram esse órgão cada vez mais parecido com um comitê de administração dos assuntos comuns da burguesia mundial. (grifos do autor)

E estas instituições vêm sendo cada vez mais exigidas à medida que diminui a capacidade norte-americana de governar o sistema mundial. A crença no mercado auto-regulador levou os EUA à uma recessão e à derrota de Bush em 1992. Mas, a dimensão da atual crise de superacumulação pode estar acima da capacidade de regulação dos EUA e de seus aliados, podendo ser acompanhada de um deslocamento espacial do epicentro dos processos de acumulação de capital em escala mundial. Isto pode ser identificado a partir da substituição da antiga região (os Estados Unidos da América do Norte) por uma nova (o Leste Asiático) como centro mais dinâmico da acumulação de capital em escala mundial.

É desse dinamismo no Leste Asiático que se tratará na seqüência. Vejamos como se estaria conformando o novo sistema empresarial dominante.

2.3.2 Surgimento de um sistema empresarial mais dinâmico no leste asiático

Contrariando a visão muito disseminada de Sabel & Piore (1984), de que se estaria voltando ao domínio da produção artesanal de pequenos lotes, levada a cabo por empresas de pequeno e médio porte, Arrighi, Barr e Hisaeda (2001) indicam que a tendência atual é de uma ampliação da 'concentração sem centralização'.

Com isto absorvem a formulação de Castells & Portes (1989), segundo a qual (ARRIGHI, BARR e HISAEDA, 2001: 150):

A grande empresa, com sua estrutura vertical nacional e com a separação de suas funções de diretoria e linha de produção, já não parece ser o estágio final de uma evolução necessária para a gestão industrial racionalizada. As redes de atividades econômicas, as redes de empresas e os conjuntos coordenados de trabalhadores parecem abarcar um modelo emergente de produção e distribuição bem feitos.

Acrescentam que a tendência atual é uma revitalização subordinada das pequenas empresas e uma criação de redes informais. Como consequência apontam que (ARRIGHI, BARR e HISAEDA, 2001: 157-8):

As próprias grandes empresas, em outras palavras, têm recorrido a formação de redes, como um modo altamente eficaz de descentralizar a produção fora de seus domínios operacionais, sem reduzir - e, muitas vezes, aumentando - seu controle sobre os mercados e os recursos tecnológicos e financeiros. (...)

A estratégia das grandes empresas que operam internacionalmente, transformando as vantagens das pequenas empresas em um instrumento da consolidação e expansão de seu próprio poder, tem-se evidenciado por todo canto. Mas em parte alguma foi adotada com maior sistematicidade e sucesso do que no Leste da Ásia. Sem a ajuda de múltiplas camadas de subempreiteiros formalmente independentes, observou a Organização de Comércio Exterior do Japão (OCEJ), 'as grandes empresas japonesas afundariam' (OKINOTO e ROHELEN, 1988). As estreitas relações de cooperação entre grandes e pequenas empresas baseiam-se em arranjos informais entre as próprias matrizes, sob a forma de acordos de comércio semipermanentes e de controle acionário intergrupar, o que permite que a direção se concentre no desempenho a longo prazo, e não a curto prazo (Eccleston, 1989). A partir do início da década de 1970, a escala e o alcance desse sistema de terceirização multiestratificado aumentou rapidamente, através de seu transbordamento para um número e variedade crescentes de países do Leste da Ásia.

Arrighi (1996: 345) demonstrou o rápido crescimento do PIB per capita de Formosa, Coréia do Sul, Hong Kong e Singapura, em especial após 1970, momento da crise sinalizadora do regime de acumulação norte-americano. No caso do Japão, após 1950 há um crescimento persistente, que o fez ultrapassar o PIB per capita da Itália (em 1970), o da Alemanha (em 1985) e o do próprio núcleo orgânico²⁰ como um todo, antes de 1990.

O que se percebe é um emparelhamento do Leste Asiático com o PIB per capita do núcleo orgânico. E o milagre econômico regional só começou com a crise sinalizadora do regime norte-americano de acumulação (em 1970), com o Japão arrancando à frente.

Ikeda (1996: 69) apresenta dados sobre a participação por grupo de países no PIB mundial em que há, em 1987, um emparelhamento entre as Américas, a Europa e o Leste da Ásia com, respectivamente, 33,9%, 32,7% e 27,5% (o Sul da Ásia com 4,8% e Oceania com 1,1% representam o restante). Mas, mais importante que isto é o fato de que, tomado o ano de 1950, o Leste da Ásia apresentou um crescimento no período (de 12,2% para os 27,5%), enquanto as outras duas regiões declinaram sua participação no PIB mundial (as Américas partiram de 42,5% e a Europa de 38,7%).

²⁰ O núcleo orgânico (definido como o conjunto de países que ocupam o topo da hierarquia mundial do controle sobre o valor adicionado) durante o ciclo norte-americano foi composto pela América do Norte, a Europa Ocidental e a Austrália (Arrighi e Drangel, 1997).

Entretanto, Arrighi (1996: 346) procura ressaltar que a industrialização, ou a expansão da produção num sentido estrito, não é um bom indicador do sucesso ou fracasso de uma nação ou região na luta competitiva pelo controle do valor adicionado numa economia-mundo capitalista. Ao contrário, como demonstrou a Alemanha de antes das Guerras, uma industrialização exitosa pode se constituir num grande fracasso se não estiver acompanhada de outras condições sistêmicas históricas. Mas isto também foi o caso da expansão industrial do Japão e de suas colônias na década de 1930, que encontrou uma barreira intransponível quando começou a interferir nos interesses britânicos e norte-americanos, levando-o à Segunda Guerra.

A partir disto se pode afirmar que o sucesso da expansão econômica do Leste Asiático nos últimos 20 a 30 anos não se deve à industrialização apenas, uma vez que Arrighi (1996: 348) tem demonstrado que, desde meados da década de 1960, a diferença de grau de industrialização entre os países do centro e os da semi e periferia vem diminuindo. Por volta de 1977 a semiperiferia ultrapassou o centro em termos de PIB per capita oriundo da manufatura. Mas esse movimento se fez acompanhar de um agravamento na defasagem da renda entre as regiões, em especial no grupo de média renda.

O Leste Asiático demonstrou um desempenho diferenciado quanto a obtenção do controle sobre a renda mundial, tendo apresentado uma mobilidade ascendente nas hierarquias do valor adicionado e do capital excedente da economia-mundo capitalista, com o Japão dando o grande salto adiante na região.

De qualquer maneira, Arrighi (1996: 345) ressalta que ainda não está claro que o Japão possa ter uma liderança que estabeleça uma centralidade para um quinto ciclo sistêmico de acumulação. Entretanto, apresenta dados no sentido de corroborar o fato de que a expansão japonesa foi significativa. Lembra que se a comparação do PIB fosse em termos absolutos o desempenho verificado seria ainda melhor. Indica que a posição atingida em termos das altas finanças também foi significativa: dos 50 maiores bancos citados na Fortune, em 1970 onze já eram japoneses. Em 1990 este número aumentou para 22. Neste mesmo período a parcela japonesa do ativo total destes bancos passou de 18% (em 1970) para 48% (em 1990) (cf. dados de Ikeda, 1993; citado por Arrighi, 1996: 349). Os próprios mercados de títulos, divisas e de capitais de Tóquio, em fins dos anos 1980, já haviam se equiparado a seu congêneres nova-iorquino (cf. HELLEINER, 1992; citado por ARRIGHI, 1996: 349).

A expansão dos Quatro Tigres (Coréia do Sul, Formosa, Cingapura e Hong Kong) também se diferenciou do padrão mundial contemporâneo. Coréia e Formosa foram os únicos

a saírem do grupo de baixa renda para o de nações de média renda na economia-mundo no período. Cingapura e Hong Kong, junto com Espanha, foram os únicos a se deslocarem das camadas inferiores para as superiores dentro do grupo de média renda.

Os Quatro Tigres também foram beneficiados pela expansão financeira, em especial com a tentativa norte-americana, em concerto com os europeus, decorrente da crise da década de 1970, de controlar as altas finanças. Assim, as instituições financeiras buscaram mercados ainda mais distantes para escaparem ao controle tentado pelos Estados.

Então, o que se procurou demonstrar até aqui é que a industrialização do Leste Asiático não é suficiente para avaliar sua participação em meio à crise e expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação (CSA) norte-americano, iniciada em 1970. O avanço da região é expresso por seu incremento na hierarquia do valor adicionado e na hierarquia monetária da economia-mundo capitalista.

Embora o alto comando da economia-mundo capitalista ainda esteja na mão dos países norte-americanos e europeus ocidentais, o capitalismo do Leste Asiático já passou a ocupar a liderança na expansão material da economia-mundo²¹. Arrighi (1996: 351; citando OZAWA, 1993) salienta que:

Em 1980, o comércio pelo Pacífico começou a superar o do Atlântico em termos de valor. No fim da década, era uma vez e meia maior. Ao mesmo tempo, o comércio entre os países do lado asiático da costa do pacífico estava prestes a superar o valor do comércio por todo esse oceano.

Mas, se deve ressaltar que este deslocamento da expansão material para o Leste Asiático tem estimulado a tendência norte-americana de fomentar supra-estruturas estatais de governo mundiais (aquelas já anteriormente indicadas), que seria uma maneira de atrelar a vitalidade do capitalismo do Leste Asiático de forma a prolongar a hegemonia ocidental no mundo contemporâneo. Entretanto, isso não se dá sem contradições, pois esta mesma vitalidade se torna um grande limitador e um fator instabilizador das estruturas decadentes da hegemonia norte-americana. É como se os EUA, sob a batuta de instituições supra-estatais, pudessem (mas ao menos desejam) manter o Leste Asiático sob controle²².

²¹ Ikeda (1996: 69), apresentando dados da participação no PIB mundial por grupo de países, demonstra que dentre os membros da OCDE enquanto a participação dos EUA e Europa, entre 1950 e 1987, caiu respectivamente de 34,6% para 24,3% e 24,9% para 20,3%, a do Japão cresceu de 3,2% para 8,8%.

²² Uma das formas importantes de os EUA intervirem no sistema interestatal, manejando as estruturas em seu favor tem sido a conformação de inimigos reais ou potenciais à proeminência das nações centrais. Reifer e Sudler (1996: Cap. 2) procuraram demonstrar o papel da primeira e segunda guerras frias neste contexto, indicando também como a existência de um Saddam Husein no Iraque e de diversos outros conflitos regionais (assim como, se poderia acrescentar à análise dos autores um Osama bin Laden mais recentemente) tem sido funcionais à uma economia nacional que desde sempre se moveu, como se demonstrou aqui, com um pé fincado

Vejamos então com mais cuidado donde provém a vitalidade deste capitalismo da Ásia. É importante lembrar que tem sido uma constante das transições de um ciclo sistêmico para o outro o surgimento de um agente capitalista mais dinâmico a partir da ordem anterior. E isso se resolvia com o colapso da ordem dominante e a troca da guarda no alto comando da economia mundial capitalista. Então, o exame da vitalidade do capitalismo emergente, tomado como um aspecto integrante das contradições do antigo regime, se insere na avaliação das possibilidades de que isso venha a ocorrer.

Arrighi procura destacar que até a crise sinalizadora do CSA norte-americano de princípios dos anos 1970 o Japão se desenvolveu naquilo que Wallerstein denominou 'desenvolvimento a convite'. Até esta época o Japão foi um convidado discreto. Vejamos as palavras do autor (ARRIGHI, 1996: 355-6):

O crescimento de suas [do Japão] exportações para os EUA fora regulamentado pelo governo desde o começo, tanto que, em 1971, estimou-se que 34% do seu comércio com os EUA fossem cobertos por acordos restritivos 'voluntários' (CALLEO e ROWLAND, 1973). Igualmente importante, (...) a intensificação da luta competitiva através da escalada dos investimentos externos diretos continuou a ser até o início da década de 1970, um negócio estritamente norte-americano/europeu.

A crise de superacumulação de final da década de 1960 e início da de 1970 modificou tudo isso. O governo norte-americano parou de torcer o braço de seus parceiros europeus e clientes do Leste Asiático para que eles abrissem espaço à expansão capitalista do Japão. Em vez disso, começou a torcer o braço do governo japonês para que revalorizasse o iene e abrisse a economia japonesa ao capital e comércio estrangeiros. Enquanto a reaproximação com a China e os acordos de Paz de Paris de 1973 punham fim à guerra norte-americana na Ásia, intensificaram-se as pressões dos EUA sobre o Japão para que este redistribuísse os benefícios de sua maior expansão econômica. O governo norte-americano voltou para fechar a porta da estrebaria, mas o cavalo já havia disparado. Ou melhor, os gansos já estavam voando. A crise de superacumulação impulsionou o capital japonês por uma via de expansão transnacional que logo iria revolucionar toda a região do Leste Asiático e, quem sabe, antecipar a eventual superação do regime de acumulação norte-americano.

O fato central sobre essa expansão é que ela consistiu, primordialmente, na reprodução ampliada do sistema de subcontratação multiestratificado, típico da iniciativa empresarial japonesa.

Antes de aprofundarmos a caracterização deste sistema vamos descrever o chamado 'desenvolvimento a convite' até a década de 1970 da economia japonesa.

Após a Segunda Guerra houve um restabelecimento das relações entre o governo norte-americano e os grupos dominantes do Japão, isso permitiu que a classe capitalista

no militarismo. Assim, forjou parte de sua hegemonia e assim parece querer aprofundar sua manutenção, ou seja, vendendo proteção militar aos demais membros do centro e manejando sua colaboração frente a ameaça mais recente posta pelo chamado "eixo do mal". E isto com a credencial do mais poderoso e moderno aparato militar jamais visto pela humanidade. Resta saber se vai ter eficácia no combate ao terror. Os autores ressaltam que (REIFER e SUDLER, 1996: 36): "Mais que perseguir a liderança na segurança mundial e no controle de armas através da diplomacia, os EUA parecem conformar a manutenção de seu papel por meios militares."

japonesa externalizasse os seus custos de proteção e se especializasse na busca do lucro. Mas a retomada japonesa precisou ser completada pela destruição das estruturas imperialistas e nacionalistas internas patrocinada pelos EUA, assim como pela própria retomada da economia mundial capitaneada pelos EUA.

A Guerra da Coreia, nas palavras de Acheson, como já dito anteriormente, salvou os EUA, e isto incluiu o Japão. Quando o Plano Marshall foi estendido ao Japão (o que não estava inicialmente previsto), em função da eclosão da Guerra Fria e da Guerra da Coreia, as encomendas para o rearmamento e o enfrentamento dos conflitos impulsionaram a economia japonesa e do Leste Asiático. Arrighi (1996: 353) dá bem a idéia do significado desta ajuda:

Em 1964, somente no Japão, o governo dos EUA tinha gastado US\$ 7,2 bilhões em encomendas externas e outros gastos militares. Ao todo, no período de vinte anos entre 1950-70, a ajuda norte-americana aos japoneses somou uma média de US\$ 500 milhões por ano (Borden, 1984). A ajuda militar e econômica à Coreia do Sul e Formosa, juntas, foi ainda mais maciça. No período de 1946-78, a ajuda à Coreia do Sul somou US\$ 13 bilhões (US\$ 600 per capita), e a prestada à Formosa, US\$ 5,6 bilhões (US\$ 425 per capita) (CUMINGS, 1987).

Nos anos 1950 houve uma integração separada do Japão e de suas colônias; era como se os EUA deliberadamente se interpusessem de modo a manter o controle sobre a região. Mas na década de 1960, já sob restrições financeiras, passou a haver uma integração mútua em redes de comércio regionais, desta feita centradas no Japão, inclusive com incentivo norte-americano dado seu valor estratégico no teatro das diversas guerras norte-americanas na Ásia (Coreia, Vietnã, contenção da China).

Entre 1964/70 o anterior superávit comercial dos EUA com o Japão se transformou num déficit de US\$ 1,4 bilhão (ARRIGHI, 1996: 354) e este não teria sido a principal causa dos problemas financeiros dos EUA. Eis a avaliação de Arrighi (1996: 355):

O crescimento explosivo das exportações japonesas para o rico mercado norte-americano, bem como seu superávit comercial, foi um ingrediente crucial do grande salto do Japão nos processos de acumulação de capital em escala mundial. No entanto, não se deveu, de maneira alguma, a uma agressiva postura neomercantilista japonesa. Deveu-se, antes, à crescente necessidade do governo norte-americano de baratear suprimentos essenciais para seus objetivos de poder, tanto internamente quanto no exterior. Não fosse a maciça encomenda de meios de guerra e de subsistência de fontes japonesas, por um custo muito mais baixo do que era possível obtê-los nos EUA ou em qualquer outro lugar, a escalada simultânea dos gastos norte-americanos com o bem-estar, internamente, e com a guerra, no exterior, na década de 1960, teria sido muito mais destrutiva, em termos financeiros, do que foi. Os superávits comerciais japoneses não foram a causa dos problemas financeiros do governo norte-americano. A crescente extravagância fiscal do estado bélico-assistencialista norte-americano, sim. A classe capitalista japonesa aproveitou prontamente a oportunidade de se beneficiar das necessidades norte-americanas de economizar na obtenção de meios de guerra e de subsistência. Mas, assim fazendo, serviu aos objetivos de poder do governo dos EUA com tanta eficácia quanto qualquer outra classe capitalista do mundo livre.

Passemos agora ao sistema de subcontratação multiestratificado, típico da iniciativa empresarial japonesa, que sempre esteve na centralidade da expansão transnacional do capital japonês a partir dos anos 1970. Vejamos os aspectos fundamentais que o diferem dos demais sistemas de subcontratação:

- (i) Ele tende a reproduzir e depende de uma estrutura mais descentralizada. Conforma-se com subcontratantes primários, secundários, terciários e assim por diante, até alcançar as operações mais simples. Exemplificadamente Arrighi (1996: 356) destaca que:

Esse abastecimento das grandes empresas japonesas através de terceiros é muito maior que o empreendido por suas equivalentes norte-americanas e européias. Por exemplo, em 1973, entre os grandes fabricantes de automóveis, o valor adicionado bruto dos veículos acabados foi de 18% no Japão, 43% nas "três grandes" dos EUA e 44% na Volkswagen e na Mercedes Benz na Alemanha (ODAKA, 1985). A maior dependência de fontes externas, por sua vez, foi o mais importante fator isolado a permitir que a Toyota Motor Corporation produzisse 3,22 milhões de automóveis em 1981, com apenas 48 mil empregados, enquanto a General Motors precisou de 758 mil empregados para produzir 4,62 milhões de carros (AOKI, 1984).

- (ii) Maior estabilidade nas redes de subcontratação, permitindo uma maior cooperação horizontal e vertical entre as empresas, o que facilita o alcance das metas. Existem acordos de comércio semipermanentes e propriedade intergrupar de ações inclusive entre as próprias matrizes. Estes acordos, esta estabilidade e a existência de bancos no interior dos grupos permitem que as diretorias se dediquem ao planejamento de longo prazo e não apenas à lucratividade à curto prazo.
- (iii) O sistema japonês tem uma capacidade superior de tirar proveito dos diferenciais de salários, em que minimiza a concorrência entre pequenas e grandes empresas no mercado de trabalho. A discriminação em relação a força de trabalho feminina nas camadas superiores do sistema é um ponto forte no suprimento de reserva para a superexploração das camadas inferiores. São dois os aspectos centrais aqui: restrições às disputas por empregados e discriminação da força de trabalho feminino.
- (iv) A expansão e vitalidade do sistema de subcontratação multiestratificado seria impensável sem a oferta abundante e barata de força de trabalho do sudeste e leste asiático²³.

²³ A este respeito Ikeda (1996: 53) destaca que o IED de uma maneira geral, portanto não apenas o japonês, estava em busca da força de trabalho feminina da região, reputada como dócil e mal paga.

Com o aumento do volume e da densidade do sistema no Japão, se verificou um aumento da competição em meados de 1960, com aumento dos preços das terras e da mão-de-obra, tendo a queda nas margens de lucro sido inicialmente compensadas por aumentos de produtividade. Mas em fins da década isto já não mais era suficiente para compensar a queda das taxas de lucro. Estas pressões concorrenciais foram solucionadas com a transposição do sistema multiestratificado de subcontratação para alguns locais seletos do Leste Asiático, permitindo que o Japão superasse sua crise de superacumulação e fortalecesse sua competitividade na economia mundial como um todo.

Sobretudo com a valorização do iene em 1971 o IED japonês apresentou um crescimento explosivo, em especial com transposição fronteiriça de setores de menor valor adicionado do aparelho produtivo japonês, envolvendo basicamente indústrias de mão-de-obra intensivas, como a têxtil, a metalúrgica e a de equipamentos elétricos. O que teria motivado o início desta expansão transfronteiriça teria sido o estreitamento do mercado de trabalho japonês e a valorização do iene (cf. Yoshihara, 1978; Woronoff, 1984; Ozawa, 1985; Steven, 1990; citados em Arrighi, 1996: 359).

Arrighi (1996: 360) faz uma advertência importante quando se analisa a expansão externa das empresas japonesas, a qual resultou muito mais de uma posição de inferioridade frente às concorrentes norte-americanas e européias e aos governos anfitriões. Trata-se do seguinte:

Em termos gerais, a expansão externa das empresas japonesas foi muito menos insistente na participação majoritária e menos dependente dela do que a das empresas norte-americanas ou européias ocidentais. Assim, em 1971, a participação minoritária e as *joint ventures* responderam por cerca de 80% das subsidiárias de firmas japonesas instaladas no estrangeiro, comparados a 47% das de firmas francesas, 35% das de firmas italianas, uns 30% das de firmas belgas e alemãs, e cerca de 20% das de firmas norte-americanas, britânicas, holandesas, suecas e suíças (FRANKO, 1976).

Em outras palavras: a expansão externa das redes de comércio e produção japonesas é grosseiramente subestimada quando só se levam em conta os dados relativos aos investimentos externos diretos, porque a iniciativa japonesa investiu muito menos capital na aquisição ou na criação de instalações no exterior do que fizeram as empresas norte-americanas ou européias ocidentais. No entanto, foi precisamente a natureza *informal* e *flexível* da expansão transfronteiriça do capital japonês, na região circundante de baixa renda que impulsionou sua competitividade mundial, numa época de inflação de custos generalizada em todo o globo. As vantagens competitivas dessas estratégias e estruturas de acumulação de capital foram eclipsadas, até meados da década de 1970, pela escalada dos investimentos externos diretos norte-americanos e europeus ocidentais. (grifos do autor)

Mais adiante o autor continua (ARRIGHI, 1996: 361):

E no entanto, na década de 1980, essas 'armas dos fracos' [a participação em geral não necessariamente majoritária que caracterizou a expansão externa das empresas japonesas] revelaram-se fonte de uma vantagem competitiva fundamental na luta

permanente pelo controle dos recursos e mercados mundiais. A ascensão japonesa nas hierarquias do valor adicionado e do capital excedente da economia mundial continuou inquebrantável. Mas, até a quota japonesa dos investimentos externos diretos – que, como vimos, subestima grosseiramente a expansão transnacional das redes comerciais japonesas - mais do que triplicou entre 1979/80 e 1987/88 (ARRIGHI, IKEDA e IRWAN, 1993). Em 1989, essa expansão extraordinária culminou com a colocação do Japão no topo da lista internacional de investidores externos diretos, em termos dos fluxos de investimentos (US\$ 44,1 bilhões), superando os EUA (US\$ 31,7 bilhões) por uma boa margem (OZAWA, 1993).

Ikeda (1996: 53) lembra que a forma da expansão japonesa – que desde os anos 1960 já tinha como característica estratégica de suas corporações transnacionais (CTN's) a participação minoritária e a subcontratação internacional – trazia consigo a completa dependência das afiliadas externas em função da capacidade tecnológica, de distribuição e de marketing das CTN's. O sistema de subcontratação multiestratificada e com participação minoritária (ao menos não necessariamente majoritária) apresentava ainda outra virtuosidade sobre o sistema de integração vertical e com participação majoritária sobre as afiliadas (que caracterizava o IED estadunidense e europeu): trava-se de mobilizar os recursos financeiros do país anfitrião sem expor a CTN japonesa aos riscos potenciais de perda financeira a que estavam sujeitas as norte-americanas e européias e sem conseqüências em termos de violação direta das leis locais trabalhistas e ambientais.

O espraiamento do investimento japonês através das fronteiras circunvizinhas foi seguido de rodadas sucessivas em busca da incorporação da mão-de-obra barata da região à medida que as reservas internas iam se esgotando. Assim se deu do Japão em direção aos Quatro Tigres em fins da década de 1960 e durante a de 1970, dos Quatro Tigres para os países da ASEAN (Tailândia, Malásia, Indonésia, Filipinas e Brunei) a partir de meados da década de 1980 e, mais recentemente, da ASEAN para o Vietnã e China. Estes países todos, entretanto, continuaram a vender para os mercados mais abastados do antigo núcleo orgânico produtos que incorporam mão-de-obra barata dos países pobres.

Neste ponto há uma diferenciação fundamental com o regime de acumulação norte-americano que é destacada por Arrighi (1996: 363):

(...) esse traço estrutural constitui uma negação do antigo regime, em cujas brechas o regime emergente se formou e em cuja ineficiência tem vicejado. (...) Os investimentos em busca de mão-de-obra dos países mais ricos para os mais pobres nada têm de novo, é claro, e são também um aspecto dos investimentos externos diretos norte-americanos e europeus ocidentais, especialmente desde a crise sinalizadora do regime norte-americano. No entanto, a *informalidade* e a *flexibilidade* do sistema multiestratificado de subcontratação japonês, combinadas com a abundância de mão-de-obra parcimoniosa e industriosa da região do Leste Asiático, dotam o capital japonês e asiático oriental de uma clara vantagem na corrida global pela redução dos custos da mão-de-obra. Precisamente nesse sentido,

o regime de acumulação emergente do Leste Asiático é uma negação do antigo regime norte-americano.

O regime norte-americano tornou-se dominante expandindo a *norma de consumo* da força de trabalho dos EUA, bem como internalizando o poder aquisitivo mundial no âmbito das organizações governamentais e empresariais norte-americanas. Ele promoveu uma expansão do comércio mundial através da redistribuição desse poder aquisitivo para um grupo seleto de Estados aliados e clientes, e através da adoção, por esses mesmos Estados, da inflacionada norma de consumo dos EUA. Manteve essa expansão acelerando a transferência de insumos primários (em especial petróleo) dos países do Terceiro Mundo para os do Primeiro Mundo pelas empresas multinacionais. E atingiu seus limites na grande elevação dos custos de proteção e de produção do fim da década de 1960 e início da de 1970. (grifos do autor)

Vejamos mais de perto o que se passou no pós-crise sinalizadora da década de 1970.

Enquanto o regime de acumulação do Leste Asiático se expandiu buscando incorporar uma massa cada vez maior de força de trabalho barata a cada esgotamento do espaço ocupado anteriormente, o norte-americano suportou internamente bem a expansão de uma norma de consumo que se esgotou tão logo atingiu 10 a 15% da força de trabalho mundial. Nas palavras do próprio Arrighi (1996: 364):

Enquanto os Estados Unidos elevaram-se à posição de liderança através de uma elevação fundamental dos custos de reprodução, o regime do Leste Asiático emergiu por uma compressão fundamental desses mesmos custos.

No regime norte-americano, os custos de proteção foram um grande componente dos custos de reprodução. Aí está outro ponto forte do regime do Leste Asiático. Historicamente, como afirmamos, a mobilidade ascendente da economia japonesa na hierarquia do valor adicionado da economia mundial capitalista baseou-se numa relação de intercâmbio político, que facultou à classe capitalista japonesa externalizar os custos de proteção e se especializar na busca do lucro, abastecendo o Estado bélico-assistencialista norte-americano com produtos baratos.

Até a crise de 1987 o Japão vinha buscando uma expansão em direção aos EUA, quando então se redirecionou mais fortemente para a Ásia. Em 1985 já havia começado uma segunda rodada dessa expansão, como já dito, em direção aos países membros da ASEAN. Ao fazer tal opção o Japão se entrelaçou com velhos inimigos da época da Guerra Fria, numa densa e ampla rede comercial com interdependência mútua, diminuindo ainda mais suas necessidades de proteção.

Uma das formas de o Ocidente tentar conter a ascensão do Leste Asiático, recuperando o controle sobre o capital excedente, foi seguir a trilha de sua via de desenvolvimento. A este respeito Arrighi (1996: 369) destaca que:

Isso eles já fizeram, tanto aumentando seus próprios investimentos no Leste Asiático quanto procurando incorporar, de maneira mais minuciosa e ampla, as reservas de mão-de-obra mais próximas de casa, como os Estados Unidos e Canadá vêm tentando fazer com o Nafta. No entanto, essas tentativas provocam uma escalada maior na luta intercapitalista global, numa época em que as dádivas ocidentais

anteriores da geografia e da história transformaram-se em desvantagens, tanto em termos absolutos quanto, acima de tudo, em relação ao Leste Asiático. Na melhor das hipóteses, essa nova escalada das pressões competitivas globais minará a lucratividade e a liquidez do capital do Leste Asiático, sem favorecer as do capital norte-americano (e muito menos do europeu ocidental). Na pior, ao romper a coesão social em que passou a se apoiar a capacidade de gestão do Estado e da guerra dos centros tradicionais de poder do Ocidente, é possível que ela destrua a maior fonte residual de força desses centros.

Posto isto importa agora trabalhar melhor a questão da bifurcação entre as capacidades de gestão do Estado e da guerra e a financeira mundial. A primeira se mantendo sob o domínio dos EUA e a segunda tendendo a ser compartilhada com o Leste Asiático. Arrighi (1996: 370) formula a idéia de que uma saída para esse impasse poderia ser:

(...) [R]econhecer os limites fundamentais que a mudança do epicentro dos processos sistêmicos de acumulação de capital para o Leste Asiático vem impondo à capacidade de gestão do Estado e da guerra do Ocidente, independentemente de quão sem paralelo e precedentes pareça ser, e de fato seja, essa capacidade. Por que, em outras palavras, não deixar que o capital do Leste Asiático dite as condições em que se disporia a auxiliar o Ocidente a ficar no poder? Acaso não é esse o tipo de negociação que tem consistido o capitalismo histórico?

Quanto a avaliação das relações dos EUA com o Japão é importante dizer que desde o final da guerra do Vietnã e com a reaproximação da China começou a se inverter o tratamento benevolente para com o capital japonês. Ocorreram crescentes pressões para abertura do mercado japonês e os custos de proteção começaram a crescer até se transformarem em exigências de doações diretas durante e depois da Guerra do Golfo.

Citando Hobsbawm (1994), Arrighi, Hui, Ray e Reifer (2001: 104) vão destacar que:

A Guerra do Golfo, em 1991 - que resgatou um pouco da autoconfiança que os EUA haviam perdido na Indochina, no Irã e no Líbano -, foi inteiramente custeada por outros países. Se a Guerra demonstrou que o Japão era 'nação de terceira categoria na política' (...), demonstrou também que os EUA já não dispunham dos recursos para financiar uma guerra que terminou em alguns dias.

Aquilo que era uma parceria irrestrita passou a apresentar dissensões mais pronunciadas. Em 1989 o Japão já iniciara um aperto em sua política econômica tendo revertido a política monetária frouxa que adotava desde 1985, atraindo ainda mais os capitais japoneses investidos mundo afora, em especial nos EUA. Ao provocar a elevação das taxas internas de juros obrigou as instituições financeiras japonesas a cobrir suas posições no próprio país. Outra manifestação de confronto com os EUA foi, mesmo diante da oposição do mesmo, o alcance da segunda posição na hierarquia de voto junto ao FMI. Por fim, em 1991,

o Japão adotou firme posição contra o perdão da dívida de países como Polônia e Egito, quando os EUA indicavam o contrário (ARRIGHI, 1996: 365).

A própria questão, já referida anteriormente, da diminuição dos custos de proteção do Japão em função do entrelaçamento numa rede de comércio e finanças com os antigos inimigos regionais da Guerra Fria lhe confere maior autonomia em relação aos EUA e reforça sua posição econômica de centralidade na região.

Estes pontos revelam um ensaio de confronto do Japão em relação à posição de subordinação irrestrita frente aos interesses norte-americanos até fins da década de 1980. De qualquer maneira, a subordinação ainda parece persistir, entretanto, agora, numa situação menos desfavorável.

Ressaltados alguns pontos do afrouxamento da anterior capacidade norte-americana de domínio sobre o Japão importa então recolocar aquilo que foi identificado como uma particularidade desta transição hegemônica, em contraposição às transições anteriores, a já mencionada bifurcação entre os poderes financeiro e militar na economia-mundo capitalista. Arrighi, Hui, Ray e Reifer (2001: 104-105), recorrendo a Braudel - numa longa citação, mas que vale a pena ser reproduzida, dada a originalidade da formulação -, respondem a questão do rumo tomado pelo poder financeiro, uma vez que o militar tem se mantido sob o controle norte-americano:

O craque da Bolsa de Tóquio em 1990 não eliminou essa bifurcação. Assim como Braudel traçou um paralelo entre a crise de 1772-73 e a crise de 1929-31, podemos traçar um paralelo entre estas duas crises e a de 1990-92. Em todas as três, o centro financeiro mundial que vinha crescendo mais depressa - Londres, no fim do século XVIII, Nova Iorque, no início do século XX, e Tóquio, no fim do século XX - foi o primeiro a experimentar 'os movimentos sísmicos do sistema'. Braudel viu as crises do centro recém-surgido como parte dos sofrimentos crescentes que acabaram por levá-lo à dominação mundial. Como assinalamos numa ressalva parcial a essa visão, as substituições passadas de um centro financeiro mundial dominante por outro foram, na verdade, processos longos e arrastados, no decorrer dos quais a organização sistêmica existente desarticulou-se e foi criada uma nova organização sob a liderança do Estado em que se localizava o centro ascendente. Uma vez que, por enquanto, há poucos sinais de uma desarticulação sistêmica, e menores ainda são os da emergência de uma liderança sistêmica japonesa, as expectativas de uma ascensão de Tóquio à supremacia financeira mundial não se justificam. Não obstante, *persiste o fato de que a crise de 1990-92 tem todas as características dos problemas de um centro financeiro mundial que não desenvolveu a capacidade organizacional necessária para sustentar sua expansão fenomenal (o que muito se assemelha à de Nova Iorque de 1929), e não constitui um sinal do restabelecimento da supremacia financeira global dos EUA.* (grifei)

A crise complicou ainda mais esses problemas, ao reforçar a inclinação do capital japonês para lançar raízes mais profundas no Leste da Ásia, onde foram auferidos seus maiores lucros, e não se dispersar pela América do Norte, onde sofreu seus maiores prejuízos. Essa inclinação contribuiu para a consolidação de outros centros financeiros de importância mundial na região do Leste da Ásia, sobretudo nas Cidades-Estado de Hong Kong e Cingapura e na província de Formosa. Como resultado, a dupla pergunta retórica de Bergsten (1987) continua inequivocamente

válida. A maior potência militar do mundo é também a maior nação devedora mundial.

2.3.3 Ceticismo em relação à proeminência do capitalismo do Japão

A análise de Kurz (1997: 199-205) a respeito do milagre japonês é bastante cética quanto às possibilidades deste país vir a se tornar hegemônico na economia-mundo. Lembra que no crescimento econômico do pós-guerra já não se tratava de um país subdesenvolvido, uma vez que teria participado, como a Alemanha, da onda de modernização capitalista da segunda metade do século XIX. Ao final da II Guerra o Japão teria concentrado esforços na ofensiva civil das exportações. Enquanto o ocidente da década de 50 assistia ao *boom*, o Japão se debatia em renhidas lutas trabalhistas e distúrbios sociais internos. A pacificação social teria sido gestada num lado da cadeia produtiva de valor, o das empresas de exportação, com uma organização com pessoal reduzido (calcados em “famílias empresariais” com princípios paternalistas – cargos vitalícios e escalonamento salarial e hierárquico conforme o tempo de serviço). No outro lado da cadeia aparece uma série de microempresas fornecedoras, com relações empregatícias próximas à escravidão (salários extremamente baixos e precárias condições de trabalho). Isto corresponde a uma outra forma de descrever a subcontratação multiestratificada já mencionada nesta dissertação.

Nos anos 70 a economia japonesa ocupava um posto secundário na economia mundial. Mas o salto adiante seria assim descrito por Kurz (1997: 201-2):

Enquanto os administradores ocidentais começavam a festejar a brutalização japonesa da economia empresarial, a fim de supera-la o quanto possível em seus países, o verdadeiro milagre da economia nipônica nos anos 80, produziu-se de forma inteiramente diversa, ao soprar-se a maior bolha de sabão da história financeira. O Japão tomou a dianteira do capitalismo-cassino global que florescia nessa época graças à saturação estrutural do crescimento industrial em todo o planeta. (...) *A diferença do capital especulativo do Ocidente, que em grande parte adejava nos céus financeiros, sem ser efetivamente investido na economia, as indústrias japonesas sangraram a fonte monetária aparentemente inesgotável, no intuito de se aprovisionarem para a disputa mundial das exportações* (grifei). A alta fictícia e puramente especulativa dos títulos de propriedade serviu de alavanca para financiar os vultosos investimentos nos setores de alta tecnologia (...), floresceu assim no Japão uma automatização eletrônica da linha de montagem com a qual os demais países industrializados foram incapazes de competir.

Conclui a sentença indicando que (KURZ, 1997: 202):

(...) o desenvolvimento econômico nipônico foi somente um caso particularmente clamoroso em meio à autonomização generalizada dos mercados financeiros, a qual não deve ser compreendida a partir da psique dos especuladores, mas sim da baixa rentabilidade da própria produção industrial do globo.

Na interpretação de Kurz esta inserção na bolha financeira teria causado prejuízos significativos ao Japão, em especial a crise de 1990-92. Entre jan/90 e ago/92 a Bolsa de Tóquio sofreu uma perda significativa, que adicionada a outras perdas em diversos setores levou a um prejuízo total, em termos de capital monetário, da ordem de US\$ 2 trilhões, o que significa 30% do PIB japonês. O endividamento total da economia privada, até meados de 1995, subiu a 218% do PIB (KURZ, 1997: 218).

Buscando evitar a recessão o governo japonês desde 1990 teria injetado na economia um total de US\$ 500 bilhões, mantido uma taxa de juros quase negativa (0,5%) e diminuído os impostos. Como resultado alcançou-se um alto endividamento público (KURZ, 1997: 205):

O Estado japonês é forçado a despendar 30% de sua receita no pagamento de juros, quase o dobro dos endividadíssimos EUA. Assim como nos EUA (e de resto também na Alemanha) os fundos de seguridade social são pilhados.

Os dados apresentados até aqui, mesmo tomados numa perspectiva de curto prazo sob o ponto de vista da teoria dos sistemas mundiais, não corroboram um possível desponte nipônico na economia-mundo. Aliás, indicam o contrário.

Ikeda (1996: 67), após ressaltar os avanços tecnológicos ocorridos no Japão nos anos 80 e indicar que mais de 90% do então superávit bilateral na balança comercial com os EUA era devido a apenas quatro categorias de produtos de alta tecnologia (automóveis, computadores, videocassetes e semicondutores), conclui indicando ser enganador imaginar que as corporações estadunidenses estariam perdendo terreno em todos os setores industriais. Cita dados da revista Fortune de 1991/92 em que dentre 28 categorias de indústrias listadas as companhias norte-americanas ocupam o topo em 14 delas e as japonesas em apenas 4. Em 1993 a indústria norte-americana de semicondutores recuperou a liderança. Os acordos de colaboração entre as maiores corporações transnacionais do mundo têm se expandido continuamente nos anos recentes. As redes de pesquisa localizadas em universidades e laboratórios públicos e privados têm mantido o papel dos EUA como principal centro de pesquisa básica e inovação tecnológica do mundo, e suas corporações têm sido as maiores beneficiárias.

No que tange ao controle sobre as altas finanças os dados apresentados anteriormente indicaram que o Japão passou a deter 48% dos ativos totais dos 50 maiores bancos do mundo em 1990 (ARRIGHI, 1996: 349). Isto, entretanto, indica menos do que pode parecer a primeira vista. Chesnais (1998b), ao analisar a recente expansão financeira

mundializada, indica que um de seus traços mais marcantes é a desintermediação financeira²⁴, em que instituições financeiras não-bancárias - mais especificamente os fundos de pensão, os fundos mútuos de investimento (ou de aplicações coletivas em valores mobiliários) e as seguradoras - têm sido as principais beneficiárias. Estas instituições têm tido uma participação crescente nos ativos financeiros da economia mundial em detrimento dos bancos e das fundações. Os dados apresentados já revelavam que em 1980 os bancos abarcavam 18% e as fundações 3%, enquanto os fundos de pensão, de investimento e as seguradoras detinham 79% dos ativos financeiros totais, conferindo-lhes um poder financeiro bastante superior aos primeiros. Os números mais recentes só reforçaram esta situação. Em 1994 enquanto os bancos detinham 13% e as fundações 2%, os fundos e as seguradoras alcançavam 85% dos ativos financeiros totais (CHESNAIS, 1998a: 25).

Além disso, dados obtidos a partir da publicação Indicadores DIESP (nº 94, março/03) indicam que a rentabilidade bancária (medida pelo retorno sobre as ações) no Japão foi sempre negativa ou próxima de zero no período 1995/01. Enquanto nos EUA esta rentabilidade variou entre 13,1 e 15,3%. Para a Europa os dados disponíveis se apresentaram, em termos gerais, abaixo da rentabilidade norte-americana. Seguem os números.

Países	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
EUA	14,7	14,5	14,7	13,9	15,3	14,0	13,1	14,8
EUROPA ⁽¹⁾	n.d.	n.d.	7,6	9,8	12,5	15,8	12,2	n.d.
JAPÃO	-14,18	1,0	-18,74	-13,14	2,7	-0,37	-16,91	n.d.

Índice de rentabilidade bancária – retorno sobre as ações (em %).

OBS: (1) 50 maiores bancos europeus.

(2) **Fonte:** Indicadores DIESP, nº 94, Tabelas 6, 7, e 8.

²⁴ Sobre o processo que levou à desintermediação financeira Chesnais (1998b: 277-8) diz o seguinte:

“A fragilização dos bancos a partir da segunda metade dos anos 80 foi uma consequência direta do enfraquecimento que eles sofreram devido ao crescimento do poder dos investidores institucionais, que são os principais beneficiados da liberalização e da desregulamentação financeira. Os fundos de pensão e os fundos de aplicações coletivas têm de dez anos para cá, condições de atrair uma grande parte da poupança dos lares, que antes era captada exclusivamente pelos bancos. O processo não se limita aos países que têm fundos poderosos, mas se estende internacionalmente graças à formação do mercado de títulos mundializado pela interconexão dos mercados nacionais liberalizados. A emissão direta, feita pelas empresas, de notas de caixa (*commercial paper*) permitida pela formação dos mercados de títulos privados e a desintermediação, abocanhou uma das mais importantes atividades tradicionais dos bancos: o crédito em curto prazo às empresas, para garantir o encadeamento do ciclo do capital. Simultaneamente, os bancos perderam uma parte dos depósitos que as empresas faziam para garantir as linhas de crédito aprovadas. A clientela perdida foi sobretudo a das maiores empresas, já que são elas que têm acesso direto aos mercados de títulos. Esta nova e séria concorrência atingiu os bancos no momento em que, depois da crise da dívida do terceiro mundo, muitos deles se encontravam em processo de recuperação dos fundos de reserva e de liquidação de créditos duvidosos; no momento, também, em que a mundialização os forçava a realizar importantes despesas de investimento no exterior.”

Dito isto fica patente que a análise do controle sobre as altas finanças não pode se restringir à situação dos bancos. Farnetti (1998: 189) demonstra que os EUA ainda mantêm uma participação importante, embora decrescente, dos investidores não-bancários no total dos ativos para cinco países da OCDE pesquisados. Em 1980 os EUA detinham 65,5% dos ativos destes investidores (fundos e seguradoras), enquanto ao Japão correspondiam 10%. Em 1992 estes percentuais eram de 61% para os primeiros e de 17% para o Japão. Mesmo sendo dados de âmbito nacional e não para regiões da economia-mundo são números significativos.

Pode-se acrescentar que a década de 90 assistiu a uma recuperação econômica dos EUA que presentemente parece ter alcançado um limite. Neste ano de 2002 corporações mundialmente importantes com sede naquele país quebraram. No entanto, por outro lado, esta mesma década de 90 não tem sido alvissareira para a economia do Japão.

Dados colhidos no Informe Anual do BIS (BIS, 2002: 14, quadro II.1) indicam um crescimento de 2,5% a.a. no PIB real do período 1991-2000 para o conjunto das economias industrializadas avançadas. Este mesmo indicador, no mesmo período, para os EUA foi de 3,2%, para a zona do Euro correspondeu a 2,0% e para o Japão tão somente a 1,4%. Se se encurta ainda mais o período percebe-se que em 2001 estes mesmos indicadores foram de 1,2%, 1,5% e -0,4%. As previsões em maio eram de que o crescimento anual do PIB destas economias fecharia 2002 com 2,8%, 1,3% e -1,0%, respectivamente.

Mas os dados tomados numa perspectiva mais duradoura indicam que o desempenho dos EUA na última década (medido em termos do crescimento do PIB anual) variou menos que o dos países europeus e o do Japão. Mesmo diante de possíveis dificuldades de comparação (já que não se dispõe dos critérios metodológicos adotados), partindo-se da taxa de crescimento composto anual médio do PIB apresentada por Maddison (2001: 262, tabela B-19) os números indicam um desempenho mundial de 4,91% e 3,01% para os correspondentes períodos de 1950/73 e 1973/98. Para os EUA essa taxa foi de 3,93% e 2,99% respectivamente, contra os 3,2% da década de 1990 calculados pelo BIS. Para um conjunto de 12 países da Europa (que não compreendem exatamente os da zona do Euro apresentados no Informe do BIS) estas taxas foram de 4,65% e 2,03%, contra os 2,0% da década de 1990 informados pelo BIS. Mas para o Japão a variação foi muito maior, alcançando 9,29% e 2,97%, relativamente à 1950/73 e 1973/98, enquanto na década de 1990 o crescimento do PIB atingiu apenas 1,4% (BIS, 2002). Bastante abaixo inclusive da fase-B de Kondratieff. Se isto está a indicar uma tendência de mais longo prazo, só a história dirá.

Certo é que o sistema financeiro japonês tem passado por uma situação delicada na última década, tendo o Banco do Japão aumentado as reservas do sistema bancário em vários momentos do período analisado no Informe do BIS (2002: 67).

Analisando os efeitos da crise de 1987 Chesnais (1998b: 282) indica que no caso dos EUA, a partir de uma série de intervenções do FED, foi possível socializar as perdas do setor financeiro. Houve um estímulo à concentração bancária (contrapondo-se inclusive ao espírito da legislação dos anos 30), levando a que a situação dos bancos melhorasse já em 1992, tornando-se florescente em 1994/95 (CHESNAIS, 1998b: 284).

Quanto ao Japão, a descoberta do envolvimento da máfia com a crise financeira tornou mais difícil a socialização das perdas provocadas pela crise do setor imobiliário. Ali as consequências foram mais duradouras. Neste caso o autor vai destacar (CHESNAIS, 1998b: 285):

A crise imobiliária e a queda das bolsas foram simultâneas, dando à crise do sistema de crédito japonês um caráter mais profundo que na maior parte dos países. (...) Em 1991, as provisões dos bancos japoneses chegavam a apenas 1% do volume total de empréstimos, contra 3 a 5% na maior parte dos bancos dos países da OCDE. As estimativas do Ministério das Finanças do Japão minimizaram constantemente o montante dos créditos duvidosos ou irrecuperáveis detidos pelos bancos. Inicialmente, estimou-os em 80 bilhões de dólares, mas foi constantemente obrigado a rever e a aumentar essa cifra. Finalmente, chegaram perto de 400 bilhões de dólares. Nunca houve um acordo político completo para salvar as sociedades de crédito imobiliário e as falências se sucederam em 1995. A idéia de que seria necessário aceitar a 'socialização das perdas financeiras', mediando seus encargos pelo orçamento e pela política fiscal, era dificilmente aceita por uma grande parte da opinião pública japonesa, devido às ligações entre as sociedades de crédito imobiliário e os meios mafiosos.

Por outro lado, comparando-se as três moedas fortes da economia-mundo constata-se uma tendência de fortalecimento do Dólar frente ao Euro e ao Yen e isso mesmo com um estreitamento considerável em 2001 entre as taxas de juros de curto prazo dos EUA e do Japão e uma queda da taxa estadunidense abaixo da taxa da zona do Euro (BIS, 2002: 97).

Em dito Informe se apresenta a avaliação de que em princípios de 2001 a economia japonesa voltou a sentir uma desaceleração, entrando em sua terceira e mais profunda recessão dos últimos 10 anos (BIS, 2002: 73).

3 O ESTADO E O MODERNO SISTEMA MUNDIAL: UMA APROXIMAÇÃO INICIAL (ASPECTOS HISTÓRICOS E METODOLÓGICOS)

No presente capítulo se pretende traçar alguns elementos – a partir da abordagem efetuada pelos estudiosos da teoria dos sistemas mundiais – que permitam caracterizar o papel do estado na economia-mundo capitalista e que balizem a análise mais específica do estado periférico e semiperiférico.

Neste sentido o conceito de estado será tomado aqui a partir de um sentido maior, qual seja o contexto das relações interestatais, mas também será considerado na dimensão interna de seu espaço geográfico. Na medida do possível será tentada uma interação destas duas dimensões.

Também se tentará uma relação das abordagens históricas e teóricas, tomada a história não apenas como uma validação da teoria, mas considerada como a parideira da teoria. Neste sentido a teoria aparecerá como um meio de apreensão da história e de capacitação para uma intervenção mais consciente sobre a realidade.

Não é demais lembrar que Hopkins, Wallerstein et al. (1996: Caps. 2 e 8) esposam o entendimento de que há uma reversão, a partir de 1968/73, da tendência de fortalecimento dos aparelhos de estado, tendência esta que vinha num crescente por 500 anos e se expressava na centralização do poder frente às forças regionais, frente aos cidadãos e frente aos demais estados no sistema interestatal.

Esta reversão permitiu o ascenso da chamada era neoliberal inaugurada por Thatcher e Reagan, pondo fim ao “estado de bem-estar social”. Toda a agitação retórica dos monetaristas na ofensiva contra os keynesianos nos anos 80 pareceu refletir a exaustão do modelo ideológico do liberalismo reformista dos dois longos séculos, o qual ressaltava o progresso humano através de um estado incremental de mudanças racionais.

Na verdade, 1968/73 representou o esgotamento da estratégia liberal inaugurada com as revoluções de 1848, cujo objetivo central era cooptar as classes trabalhadoras, concedendo-lhes uma pequena parte do excedente gerado na economia-mundo capitalista. No período 1848/1914 o programa liberal propunha a domesticação dos trabalhadores nas zonas centrais por meio do sufrágio universal e do estado de bem-estar social. No período 1914/1989 o objetivo foi a domesticação do sul sob a batuta do desenvolvimentismo e da autodeterminação dos povos.

No período 1968/1989 a idéia de paulatina melhoria na situação de vida das classes trabalhadoras sofreu dano irreparável. Nas palavras do próprio Wallerstein (2002: 234-4):

Maiores concessões de direitos políticos e realocações econômicas ameaçariam o próprio sistema de acumulação. Mas o limite fora atingido antes que todos os segmentos das classes trabalhadoras tivessem sido domesticados efetivamente, transferindo-lhes uma parte pequena mas considerável dos benefícios.

A maioria das populações das zonas periféricas e semiperiféricas ainda estava excluída do funcionamento do sistema. Mas o mesmo acontecia com uma minoria muito importante da população das zonas centrais, o que se estabeleceu chamar de Terceiro Mundo interno. Além disso, as mulheres se conscientizaram de que eram permanentemente excluídas, em todas as classes e níveis, do exercício de autênticos direitos políticos e também, na maioria dos casos, de compensações econômicas equitativas.

Portanto, a partir de 1968 as classes dominantes do mundo começaram a perder a hegemonia cultural que vinham criando e fortalecendo com muita constância desde 1848. No período de 1968 a 1989 testemunhamos o incessante esfacelamento do que restava do consenso liberal.

O autor não deixa de lembrar a própria crise da esquerda tradicional que acreditava nas benesses redentoras da racionalidade científica e do desenvolvimentismo; os chamados liberal-socialistas sequer foram capazes de promover um desenvolvimento nacional razoável.

Central é o fato de que o estado liberal, aquele que prometia a promoção de mudanças graduais e contínuas, entrou em crise abrindo espaço para a ascensão conservadora de fins dos anos 1970.

Ressalte-se então que o objetivo aqui é destacar a conformação e o papel do estado no moderno sistema mundial.

3.1 O ESTADO E A ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA

Wallerstein (1999) identifica o nascedouro da economia-mundo capitalista e do Estado moderno como emergindo, ambos, na Europa do século XVI²⁵. A decomposição do regime feudal, representada pelo mútuo esgotamento dos Impérios Habsburgo (baseado na

²⁵ A este respeito Wallerstein (1999: 279) vai dizer que: “O novo sistema tem sido o único, desde então, que tem predominado: uma economia-mundo capitalista na qual os Estados do centro estariam entrelaçados numa situação de constante tensão econômica e militar, competindo pelo privilégio de explorar as áreas periféricas (e debilitar seus aparatos de Estado), e permitindo a certas entidades jogar um papel intermediário especializado como potências semiperiféricas.”

Espanha) e Valois (na França), assinalou a inviabilidade dos impérios-mundo²⁶. Neste sentido Wallerstein afirmou que (1999: 261):

(...) [A] causa central [da crise feudal] foi a inviabilidade de um sistema imperial dados os incentivos econômicos da Europa do século XVI e suas limitações estruturais, isto é, o nível relativamente baixo de produtividade e a insuficiência do marco burocrático frente a uma economia em expansão fundada em empresas de tamanho médio dispersas.

Um estrangulamento crucial foi as crescentes exigências financeiras dos aparatos de Estado imperiais e a conseguinte inflação do crédito público que conduziu às quebras imperiais de meados do século.

O Estado para Arrighi (1996), tomado de Braudel, tem um papel peculiar na passagem do feudalismo para o moderno sistema mundial²⁷. Papel este que foi se aprofundando ao longo da formação da própria economia-mundo capitalista. Trata-se de ter o mecanismo da dívida pública possibilitado a concentração/centralização dos capitais antes dispersos pela Europa, o que permitiu a conformação da economia-mundo capitalista. É como se os Impérios fossem estruturas demasiadamente fortes e, ao mesmo tempo, pesadas demais para serem suportadas, de modo a infligir prejuízos aos capitalistas ou não lhes dar garantias suficientes de que obteriam o retorno dos empréstimos efetuados.

Em Arrighi (1996) a história do moderno sistema mundial é também a da ampliação da competição interestatal pelo controle sobre o capital de circulação e da ampliação das próprias estruturas interestatais no sentido de controlar o meio social em que operava a acumulação de capital²⁸.

²⁶ Quanto a definição de impérios-mundo Wallerstein (1998c: 267-8) assevera que: “Os impérios-mundo são estruturas políticas extensas (ao menos no ápice do processo de expansão e contração que parece ser seu destino) e abarcam uma grande variedade de padrões culturais. A lógica elementar deste sistema é a obtenção de tributos dos produtores diretos (em essência rurais) que de outra maneira se auto-administrariam localmente. Ditos tributos são enviados ao centro e daí são redistribuídos a uma delgada porém importante rede de funcionários.”

²⁷ Para Braudel (cfe. WALLERSTEIN, 1991; citado por ARRIGHI, 1996: 10) a emergência e expansão do capitalismo são totalmente dependentes do poder estatal, sendo o capitalismo a antítese da economia de mercado. Posto isto Arrighi (1996: 11) vai destacar que:

“Em parte alguma, com exceção da Europa, esses componentes do capitalismo fundiram-se na poderosa mescla que impeliu as nações européias à conquista territorial do mundo e à formação de uma economia mundial capitalista poderosíssima e verdadeiramente global. Por essa perspectiva, a transição realmente importante, que precisa ser elucidada, não é a do feudalismo para o capitalismo, mas a do poder capitalista disperso para um poder concentrado. E o aspecto mais importante dessa transição é a fusão singular do Estado com o capital, que em parte alguma se realizou de maneira mais favorável ao capitalismo do que na Europa:

‘O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é o Estado (BRAUDEL, 1977)’.”

²⁸ Nas palavras do autor (ARRIGHI, 1996: 14):

“Assim, se vê que a expansão do poder capitalista nos últimos quinhentos anos esteve associada não apenas à competição interestatal pelo capital circulante (SIC), como enfatizou Weber, mas também à formação de estruturas políticas dotadas de capacidades organizacionais cada vez mais amplas e complexas para controlar o meio social e político em que se realizava a acumulação de capital em escala mundial. Nos últimos quinhentos anos, essas duas condições fundamentais da expansão capitalista foram continuamente recriadas em paralelo. Todas as vezes que os processos de acumulação de capital em escala mundial, tal como instituídos numa dada época, atingiram seus limites, seguiram-se longos períodos de luta interestatal, durante os quais o Estado que

Então, se por um lado a crise feudal evidenciou aquela impossibilidade histórica do império, por outro, em consonância com o advento de novas tecnologias militares, permitiu que os monarcas assumissem o papel de restauradores da ordem. Esta crise teria levado a um aumento da exploração sobre as classes subalternas e a conseqüentes rebeliões camponesas, fazendo com que a nobreza buscasse proteção junto aos reis e provocando alterações nas correlações de forças dentre estes últimos e os primeiros.

A crise feudal ampliou o poder dos monarcas e o que se viu desde então foi um incremento secular do poder de Estado. Ainda no século XVI, Wallerstein (1999) identificou quatro mecanismos centrais adotados para o fortalecimento do poder do Estado: a burocratização, a monopolização do uso da força, a criação de legitimidade e a homogeneização da população súdita. Veja-se sucintamente estes mecanismos.

Quanto à *burocratização*, ela constitui a instituição de um quadro funcional permanente e forte, fato não identificado em épocas anteriores na Europa, a qual, neste aspecto, estava se atualizando em relação a China da época. Esta burocracia era selecionada a partir de um sistema de venda de cargos, de forma a garantir lealdade ao rei. O crescimento da burocracia ia conformando interesses que requeriam maior arrecadação do Estado para sua manutenção. O atendimento destas exigências se dá mediante o aumento da carga tributária e esta só se torna factível a depender da posição do Estado na economia-mundo de então.

A este processo Wallerstein (1999: 194) denominou de espiral ascendente:

[As] vantagens momentâneas adquiridas pelo rei em fins da Idade Média, dada a pressão econômica sobre a nobreza, criaram os fundos que tornaram factível a compra de uma burocracia. Isto, por sua vez, tornou possível obter maiores impostos e empréstimos. Naquelas áreas da economia-mundo em que a transformação econômica transcorreu de tal maneira que lhes garantia uma parte desproporcional do excedente mundial, os Estados puderam com maior facilidade incrementar as imposições e os empréstimos, isto como simples reflexo da confiança no futuro por parte dos detentores de dinheiro. Os Estados utilizavam estes ingressos incrementados para ampliar seu poder coercitivo, o que por sua vez elevava o que se podia chamar de 'confiança no potencial coercitivo' do Estado.

Este reforço do papel coercitivo do Estado permitiu o surgimento da dívida pública, ou seja, a atuação deficitária do Estado. Na verdade (WALLERSTEIN, 1999: 194-5):

As dívidas nacionais eram desconhecidas na Antigüidade, e impossíveis na Idade Média, devido à debilidade dos governos centrais e à incerteza das sucessões. Só com o regime de Francisco I na França, no século XVI, encontramos pela primeira vez este fenômeno econômico. (...) A Coroa necessitava de dinheiro para construir seu aparato de Estado e tinha aparato de Estado suficiente para obter dinheiro.

controlava ou passou a controlar as fontes mais abundantes de excedentes de capital tendeu também a adquirir a capacidade organizacional necessária para promover, organizar e regular uma nova fase de expansão capitalista, de escala e alcance maiores do que a anterior.”

A contrapartida das burocracias venais era os exércitos mercenários. Eis que entra nisto a discussão da *monopolização da força*. Os exércitos mercenários eram recrutados na Suíça (pela França) e dentre vagabundos, membros do crescente lumpemproletariado que decorriam da degeneração do feudalismo. Este sistema de recrutamento foi responsável pelo controle da explosão social do século XVI, mas também permitiu o surgimento de um conjunto de empréstimos que financiavam o recrutamento militar em busca de um filão lucrativo.

Na verdade, os próprios gastos militares (tanto do Estado quanto dos empresários recrutadores) eram financiados mediante empréstimos tomados junto aos banqueiros. Assim o capital era fornecido por grandes banqueiros comerciantes.

Quanto ao tema da *legitimidade*, diz respeito à estabilidade dos organismos políticos. Na verdade, as massas exploradas dificilmente consideram legítimos os regimes que as usurpam, no máximo se resignam a eles, suportando-os.

Neste sentido a legitimidade é sempre parcial (WALLERSTEIN, 1999: 203):

A legitimação não concerne às massas senão que aos quadros. A questão da estabilidade política depende da medida em que o pequeno grupo de dirigentes do aparato de Estado seja capaz de convencer ao grupo mais amplo de empregados centrais e prepostos regionais de que o regime se formou e funciona sobre a base de quaisquer valores consensuais que se possa fazer crer para esses quadros e que é para o bem dos interesses desses quadros que o regime continue funcionando sem grandes obstáculos. Quando essas circunstâncias se dão podemos chamar de legítimo um regime.

A legitimidade não é uma questão resolvida de uma vez por todas, é uma questão de compromissos constantes. No século XVI a ideologia que surgiu como meio de legitimar a nova autoridade dos monarcas foi o direito divino dos reis, o sistema que temos chamado de monarquia absoluta.

O poder disperso dos tempos feudais foi substituído pelo poder não supervisionado dos monarcas absolutistas no século XVI. O que não significava um poder ilimitado, despótico ou tirano, pois haviam os compromissos que o legitimavam.

Passemos então a um outro aspecto central da constituição do Estado moderno, aquele que diz respeito à *homogeneização das populações súditas*. Wallerstein (1999: 207) assevera que:

Uma das maiores indicações de êxito, assim como um importante mecanismo no processo de centralização do poder era o grau em que a população podia ser transformada em um grupo culturalmente homogêneo. Uma vez mais o que importa são menos as massas que os quadros em seu sentido mais amplo. O rei, sua burocracia e cortesãos, os proprietários de terras rurais (grandes e pequenos), os comerciantes. No século XVI embora os Estados centrais avancem para uma homogeneidade maior em termos étnicos entre os estratos, nas áreas periféricas o movimento era precisamente na direção oposta.

É preciso ter em mente que o sucesso dos monarcas de cada Estado esteve intimamente ligado ao papel jogado pelo mesmo no seio da economia-mundo, estando tal inserção diretamente relacionada à sustentação política que obtinham seja na burguesia seja na aristocracia (divisão clássica). O Estado poderia ser agente de uma ou de outra, ou mesmo de ambas em dado momento. Nesta discussão o autor conclui que (WALLERSTEIN, 1999: 228-9):

Sem dúvida tal relação existiu [de apoio do Estado para que a burguesia comercial pudesse obter seus lucros e conservá-los], porém a questão era de grau e cronologia, tendo o inicial apoio mútuo se transformado no asfixiante controle dos anos posteriores. Não é nenhum acidente que a relação simbiótica inicial entre comerciante e rei apareça nos séculos XVII e XVIII como uma relação de oposição direta. (...) Mesmo que para a aristocracia a monarquia absoluta representasse uma espécie de última trincheira na defesa de seus privilégios, para aqueles que obtinham suas rendas mediante a maximização da eficiência econômica de sua firma o aparato do Estado resultava em ocasiões determinadas extremamente útil e, noutras, constituía um impedimento de importância.

Discutindo sobre o papel do Estado nas Províncias Unidas já nos marcos do século XVII e sua relação com as idéias mercantilistas, Wallerstein afirma que a defesa e a implantação de uma política marcadamente mais liberal indica, neste caso, uma posição privilegiada na economia-mundo. Vejamos as palavras do autor (1998a: 83):

As Províncias Unidas foram, aparentemente, a grande exceção ao predomínio da ideologia mercantilista no século XVII. Deste fato muitas pessoas têm deduzido a curiosa idéia de que o Estado Holandês era débil. Me parece que ocorria exatamente o contrário: no século XVII o Estado Holandês era o único Estado da Europa com suficiente força interna e externa para que fosse mínima sua necessidade de uma política mercantilista.

Desenvolvendo o assunto, o autor acrescenta que nos primeiros momentos de sua história, Amsterdã havia seguido práticas protecionistas, as quais no âmbito das cidades não tinham desaparecido mesmo no século XVII. Mas no âmbito mais amplo do estado a coisa não se dava assim. À medida que o século passava, setores agrícolas e industriais perdiam sua vantagem e reclamavam taxaões alfandegárias, que não ocorreram. O Estado assumiu muito mais um papel de criar as condições de êxito para a empresa privada. A criação dos monopólios das Companhias das Índias tinha o objetivo de nacionalizar aqueles mercados, unificá-los mediante um monopólio nacional e disponibilizá-lo ao empresariado.

O Estado Holandês tratava de defender os interesses de seus empresários e, ao fazê-lo, pouco se preocupava com a coerência ideológica. O liberalismo se adequava bem aos

interesses da potência hegemônica, mas quando essa hegemonia entra em crise é provável que ele não perdue (WALLERSTEIN, 1998a: 83-90).

No volume III de sua trilogia, Wallerstein (1998b: 279) expõem esta questão como uma regra de ouro da economia-mundo. Novamente lembrando o caso holandês vai afirmar que:

[A] potência líder [uma vez hegemônica] já não teme a concorrência econômica de outros Estados do centro. Portanto, tende a favorecer a máxima abertura da economia-mundo. Esta política tem sido denominada, por alguns historiadores, de império informal (quer dizer, imperialismo não-colonial e, inclusive, anticolonial)²⁹.

Ao tratar da contestação à hegemonia holandesa, Wallerstein (1998a: 156), após demonstrar o alcance de um emparelhamento no âmbito econômico entre os estados em disputa, vai discutir como o estado em meados do século XVII contribuía para a contenda. Esclarece que em 1651 Holanda era um Estado forte, mas em 1689 tanto Inglaterra como a França eram mais fortes. No fim do século XVIII Grã-Bretanha teria o Estado mais forte dentre todos. O autor então afirma, a respeito do papel do estado, que (WALLERSTEIN, 1998a: 156-7):

Em uma economia-mundo capitalista, os produtores-proprietários desejam que o Estado cumpra duas funções essenciais em benefício deles. Pretendem que os ajude a conseguir ou manter uma vantagem no mercado limitando ou ampliando a *liberdade* deste mercado a um custo menor que o lucro incrementado, independente de que a intervenção do Estado seja positiva ou negativa. Este é o interesse de um proprietário frente ao de outros proprietários. Por outro lado, os proprietários-produtores desejam que o Estado os ajude a extrair uma proporção maior do excedente que aquela que poderiam conseguir de outro modo, uma vez mais a um custo menor que o lucro incrementado resultante e independentemente, também neste caso, de que o Estado seja ativo ou passivo. Aqui, para o produtor-proprietário, o Estado forte não é necessariamente o que tem um aparato de Estado mais amplo, nem o que utiliza um processo mais arbitrário para tomar decisões. Muito freqüentemente ocorre exatamente o contrário.

Nem se precisa dizer que a força de um Estado está relacionada com o papel econômico dos produtores-proprietários desse Estado na economia-mundo; porém para que estas afirmações não sejam meras tautologias devemos partir de alguns critérios *políticos* independentes para medir esta força. (grifos do autor)

Dito isto passa-se a relacionar estes critérios políticos e depois comentá-los individualmente. O autor estabeleceu cinco critérios políticos: (i) o grau em que a política do Estado (no século XVII o mercantilismo) pode ajudar diretamente aos produtores-proprietários a competir no mercado mundial; (ii) o grau em que o Estado pode afetar a capacidade competitiva dos outros Estados (capacidade militar); (iii) o grau em que o Estado

pode levar a termo as capacidades competitivas e militares a um custo inferior aos lucros (fazenda pública); (iv) o grau em que a administração estatal permita uma rápida aplicação das decisões táticas (eficácia burocrática); e (v) o grau em que as regras políticas refletem um equilíbrio de interesses entre os produtores-proprietários de tal forma que o bloco hegemônico constitua o apoio estável de tal Estado (a política da luta de classes).

Wallerstein salienta que estes são critérios puramente políticos, pois não medem a eficiência produtiva, embora ambos (política e eficiência produtiva) se reforcem mutuamente (a eficiência produtiva é reforçada pelo Estado, quando este tem capacidade para isso, por meios alheios ao mercado). Neste sentido pode ser acrescentado que (WALLERSTEIN, 1998a: 157):

Os Estados que contam com os produtores mais eficientes têm menos necessidade de intervir ativamente no mercado mundial que os Estados que têm produtores moderadamente eficientes. Dado que a eficiência na produção está unida com a capacidade de intervenção do aparato de Estado no mercado mundial, os Estados que contam com os produtores menos eficientes são incapazes de serem fortes.

Neste sentido está traçado o comportamento dos Estados no cenário da economia mundial. Os Estados centrais não necessitam intervir muito, enquanto os periféricos não podem intervir por absoluta incapacidade. Quanto aos semiperiféricos acabam intervindo ativamente tanto por necessidade como por capacidade.

(i) A *capacidade de intervenção do Estado* moderno, para Wallerstein (1998a: 158) corresponde ao seguinte:

Eu vejo na história moderna do Estado muito mais uma ampla busca de estruturas suficientemente fortes para defender os interesses de um grupo de produtores-proprietários na economia-mundo frente a outros grupos de produtores-proprietários, assim como também, por suposto, frente aos trabalhadores.

(ii) No que respeita ao *poderio militar* de um Estado, a força que pode mobilizar diz respeito diretamente a sua capacidade de afetar a competitividade dos outros Estados e de reforçar a própria.

Neste sentido o Estado Holandês, apesar das disputas internas entre o poder central e as cidades, foi capaz de estruturar uma grande armada e manter um exército pagos principalmente com os impostos. Fato central na conquista de sua posição hegemônica temporária.

²⁹ Vide posição norte-americana no pós-segunda guerra, em que adotou uma postura favorável a descolonização na África.

Entretanto, a contração econômica do século XVII empurrou as nações centrais para uma disputa renhida. À época, o tamanho das unidades militares estava aumentando, o que requeria mais impostos para o seu financiamento. Nesta disputa Inglaterra superou a Holanda por mar, enquanto a França, pelo seu tamanho, investiu por terra, também logrando superá-la. Inglaterra e Holanda optaram por uma perspectiva militar marcadamente marítima.

A derrota francesa no campo militar tem origens que devem ser explicadas por fatores outros. O reforço de um Estado como um fim em si é uma aberração e os reis franceses caminhavam nessa direção. Mas esta derrota francesa tem relação maior com a política de financiamento do Estado. O mercantilismo inglês e o colbertismo francês caminhavam de maneira distinta neste aspecto. É o que se verá adiante.

(iii) Sobre o grau em que o Estado pode levar a termo as capacidades competitivas e militares a um custo inferior aos lucros - ou sobre a possibilidade de a *fazenda pública* suportar tal tarefa - se tem a dizer (WALLERSTEIN, 1988a: 161-163) que a guerra institucionalizada no século XVII supôs um gasto público muito maior para as potências do centro até que Holanda se visse derrotada, sem que tivesse capacidade de fazer-lhe frente. Mas como Inglaterra e França resolveram esta questão? Dos trabalhadores muito pouco podia ser tirado, restavam as classes abastadas. A questão estava em obter o dinheiro e gastá-lo bem, produtivamente para a burguesia nacional, ou seja, garantir-lhe um ganho líquido superior ao custo em que se estava incorrendo.

Os gastos militares volumosos implicavam em obter dinheiro, e de maneira rápida, o que significava tomá-lo emprestado. Inglaterra e França buscaram novas fontes neste período. O êxito de Colbert, apesar de ter saneado o Estado e duplicado os ingressos do rei, foi considerado mediano. Seus métodos foram muito diretos: aumento dos impostos diretos e equilíbrio orçamentário. E, por isso mesmo impopulares, razão pela qual não puderam durar muito. Estas diferenças vão ter efeito direto sobre a sustentação política do estado, uma vez que as oposições na França foram maiores.

Quanto aos ingleses, trataram de criar mecanismos de empréstimo público à longo prazo, resultando numa pressão fiscal sobre as classes endinheiradas menos visível e melhor distribuída no tempo. Isto inclusive geraria mais ingressos para o Estado no século XVIII.

Esta revolução financeira³⁰ data de 1689, mas foi fundada com os experimentos de 1665 que visavam à introdução do Tesouro como departamento de controle das finanças, assentando as bases para a introdução das técnicas posteriores.

- (iv) No que se refere ao grau em que a administração estatal permita uma rápida aplicação das decisões táticas, ou à *eficácia da burocracia*, o enfoque direto dos franceses também se estendeu à administração pública. Neste caso, absolutismo não é, necessariamente, sinônimo de eficiência. A via francesa foi a da centralização e da uniformidade. O que causou muitas dificuldades para Colbert. Quanto à Inglaterra, o núcleo do governo se fez mais forte com muito menos conflito e, logo, menos oposição.
- (v) Por fim, a política da *luta de classes* como base de todos os outros aspectos anteriores desta discussão sobre o Estado forte. O autor trata, neste aspecto, de tentar explicar como as pequenas variações nas estruturas de classe em França e Inglaterra fizeram a busca inglesa por um Estado forte ser mais frutífera que a francesa.

Destaca as semelhanças entre ambos estados, seja no campo econômico, seja nas estruturas de classe e sua participação na administração pública. Lembra que os dois enfrentaram, desde o século XVI até o XVIII ou XIX, um conflito político fundamental dentro das classes superiores. Este se passou entre os que se posicionavam socialmente num nível mais elevado, como resultado de estruturas sobreviventes da época feudal, e os capitalistas mais ou menos afortunados.

Após demonstrar que não havia grandes diferenças, Wallerstein vai procurar explicitar que foram exatamente as pequenas divergências entre Inglaterra e França do século XVII que permitiram à Inglaterra, já em 1763, obter uma significativa vantagem sobre a rival.

³⁰ A revolução financeira a que me refiro aqui diz respeito a introdução de técnicas mais apuradas de controle sobre as finanças do estado inglês, culminando inclusive com a fundação do Banco da Inglaterra (1694) (WALLERSTEIN, 1998a: 390). O Banco da França só seria tornado um banco Real em 1718 e ainda mediante uma manobra diversionista de John Law, que o criou inicialmente sob a forma de uma instituição privada como artifício para driblar as resistências de diversos grupos e constituir o necessário sistema de crédito público (WALLERSTEIN, 1998a: 394). Tinha que ser feito e o foi.

Houve uma outra revolução financeira, conforme Wallerstein (1998a: 145-156), mas que perpassou o período de 1500-1730, tendo antecedido a chamada revolução industrial, a qual supôs duas questões importantes para finanças privadas da economia-mundo européia: (i) a concentração das facilidades de crédito em uns poucos centros e (ii) a evolução de um sistema multilateral de pagamentos internacional.

Para Wallerstein, a Europa de início da Idade Moderna é um terreno instável politicamente desde 1500 até meados do século XVII; a partir daí se estabeleceu uma estabilidade relativa de cem anos. Nenhuma das comoções a partir deste momento pôs em juízo a organização política em si. Enquanto a economia-mundo vinha crescendo no século XVI havia espaço para a antiga aristocracia e a nova burguesia (em que pese a necessidade de ressaltar quanto ao uso destes conceitos³¹), mas à medida que adentramos nas dificuldades econômicas do século XVII este espaço foi se estreitando e as lutas no seio das classes dominantes foram se acirrando. Entretanto, chegou um momento em que o conflito político fez menção de lhes fugir do controle pela ameaça advinda da afirmação independente por parte dos estratos inferiores. Isto levou à contenção dos conflitos no seio das classes dominantes seja pelo prejuízo econômico mútuo, seja pelo risco apresentado pela classes inferiores³².

É preciso então entender como a Inglaterra conformou uma coesão social interna que a França não foi capaz de fazer. A grande diferença que ocorreu em 1660, após a Revolução Inglesa, foi o aspecto social e não político. A disputa social aberta teria chego ao seu fim³³. Mas, embora a burguesia tenha obtido o direito de cidadania, a proeminência dentro desta classe caiu em mãos das antigas famílias. A base do compromisso social foi contemplar o máximo possível a todos os membros das classes dominantes.

³¹ Wallerstein (1998a: 165-6) vai dizer que:

“A chave da luta é o fato de que, em todo momento, a maioria dos membros de cada grupo combinou sua posição social tradicional com uma brilhante atuação econômica, com o que poderiam optar por considerar-se como aristocratas ou como capitalistas, segundo seus interesses imediatos. Se se agrega a isto o constante processo histórico pelo qual o êxito no mercado se traduzia em posição social mediante a *aristocratização*, vemos como normal a existência de muitas ambigüidades e compreendemos melhor a realidade das lutas.

Em todo caso, repito uma vez mais, não houve diferenças significativas entre Inglaterra e França durante todo o período compreendido entre 1500 e 1800. (...) [D]evemos prescindir da idéia a-histórica de que a burguesia e a aristocracia eram dois grupos radicalmente diferentes, especialmente neste período. Eram dois grupos sociais, em grande medida, superpostos que assumiam diferentes contornos de acordo com a definição do estrato dominante em termos de posição social ou de classe social. As coisas mudavam muito segundo as definições que se adotassem, porém foram lutas *intestinas* no seio dos estratos dirigentes.” (grifos do autor)

³² Veja-se no que resultou este processo para a Inglaterra e a França (WALLERSTEIN, 1998a: 167-8):

“A monarquia estava em perigo em ambos os países, mais gravemente, sem dúvida, na Inglaterra. Ao final a Fronda foi derrotada na França e a monarquia restaurada na Inglaterra. É indiscutível que havia uma diferença constitucional muito importante no papel do Parlamento, que foi reforçado na Inglaterra e eliminado na França. Na Inglaterra o *absolutismo administrativo de um rei* foi contido pela onipotência legislativa de um parlamento.” (grifos do autor)

³³ A Revolução Inglesa, reforçada pela Revolução Gloriosa (1688/89), era, na interpretação de Wallerstein, o “basta” a ser dado na mobilidade social do século XVI e o compromisso de que o Estado inglês se esforçaria por fomentar o desenvolvimento econômico às custas do resto da economia-mundo. Os grupos que questionaram este compromisso, nos anos 1680, foram afastados.

A Inglaterra tratou de enquadrar o Rei pelo Parlamento e unificar os interesses, até meados do século XIX, de aristocratas e cavaleiros com os dos comerciantes e financistas no sentido de ultrapassar seus rivais franceses na corrida pela exploração das riquezas da economia-mundo européia.”

Quanto à França, não conseguiu o enquadramento do Rei e, além disso, contava com uma peculiar situação geográfica. Enquanto a Revolução Inglesa completou a unificação da Grã-Bretanha, na França não havia uma coordenação geográfica entre as forças da centralização e as da iniciativa capitalista. As forças que buscavam a centralização do poder enfrentaram uma forte resistência, não necessariamente conjunta, das zonas economicamente periféricas e das centrais (mas politicamente periféricas). Isto prolongou as lutas em França (desde as guerras de religião até a Fronda) e as tornou politicamente menos claras.

França teve muito maior dificuldade em unificar os interesses das classes dominantes internas. A solução colbertiana sob Luís XIV foi unificar a zona aduaneira, deixando recair sobre o restante (oeste, sul e zonas fronteiriças do nordeste, situados todos fora do centro) uma pressão fiscal maior. Logo, os burgueses desta região eram mais inquietos e propensos a levantes. O Rei então tratava de reforçar o Estado, no que incorria em maiores custos.

Mas e as classes baixas? Não teriam elas maiores motivações para o levante no século XVII, dadas as dificuldades econômicas? Wallerstein diz que sim, mas os levantes ocorridos foram mais moderados e menos frequentes. A fins do século XVII a revolta já não era mais possível dado o compromisso estabelecido no interior das classes dominantes em ambos os Estados. É desta época o caminho idêntico dos conceitos, na cabeça das classes dominantes, de classes trabalhadoras e classes perigosas.

Neste momento o reforço do Estado não apenas estorvava aos burgueses, mas, muito mais, os protegia. Só que o arranjo interno favoreceu muito mais a Inglaterra que a França.

Wallerstein (1998a: 385-398) aprofunda a discussão de como França e Inglaterra conformaram seus sistemas financeiros (entre 1689-1763) e como as diferenças neste âmbito conferiram à Inglaterra uma proeminência em relação à França, fortalecendo seu Estado e garantindo a ultrapassagem definitiva após 1815. Este, um aspecto central no bojo desta dissertação.

Holanda continuou, por bastante tempo, sendo um lugar seguro para o investimento financeiro na Europa (WALLERSTEIN, 1998a: 393-4):

Os bancos holandeses seguiam sendo os lugares sólidos e conservadores onde as pessoas podiam colocar seus metais preciosos e o nível de cunhagem continuou aumentando no século XVIII.

Indica também que foi importante naquele processo de consolidação financeira da Inglaterra a participação dos capitais holandeses (WALLERSTEIN, 1998a: 394):

O acordo simbiótico entre uma potência antes hegemônica e a nova estrela em ascenso proporcionou para a primeira uma *jubilación decorosa* e para a segunda um impulso crucial frente ao seu rival (a França). O modelo se repetiu mais tarde, quando no período compreendido entre 1873 e 1945 Grã-Bretanha desempenhou o papel holandês e os EUA o inglês. (grifo nosso)

Mas há uma interação entre a posição ocupada na hierarquia da economia-mundo e a força do Estado correspondente. E, neste sentido, o Estado Inglês se estava fortalecendo em relação ao Francês. Trata-se então de saber como transcorreu este processo. Antes veja-se a definição de Estado forte (WALLERSTEIN, 1998a: 398):

(...) [U]m Estado é forte na medida em que os que governam podem fazer que sua vontade prevaleça sobre a dos outros, dentro ou fora do país. (...) Um Estado verdadeiramente forte raramente precisa mostrar seu punho de ferro. Temperley assinala que se a época de Walpole foi ‘uma época de paz sem acontecimentos memoráveis’, o foi devido às proezas do passado: ‘O Tratado de Methuen com Portugal em 1703 e as cláusulas comerciais da Paz de Utrecht em 1713 foram universalmente consideradas como concessões ao comércio inglês que só poderiam ter sido arrancadas com as armas’. A força das armas não era suficiente, tinha que haver também uma administração eficaz. Plumb disse que ‘em 1714 Grã-Bretanha desfrutava do aparelho de Estado mais eficaz da Europa’.

Mas donde vinha esta eficácia? Exatamente dos compromissos sociais assumidos por Inglaterra e França em fins do século XVII. E eles não eram muito diferentes do que se tem sugerido, permitindo uma relativa estabilidade interna durante as guerras anglo-francesas de 1689 a 1763. E o século XVIII seria uma época de reconciliação entre a monarquia e a nobreza por toda a Europa, o que se configurou no apoio governamental às classes *terratenientes*.

Mas, o que acontecia na Inglaterra até fins do século XVII em termos políticos? Aquilo, segundo Wallerstein, mais parecia uma ‘república das bananas’, traições, conspirações, motins, intrigas, etc. A alteração deste estado de coisas adveio do fortalecimento do Estado inglês frente ao francês. E este fortalecimento do estado inglês passou pela conformação de uma coesão social interna, a qual não se restringiu a uma disputa no seio das camadas mais altas das classes sociais. É importante lembrar que nos conflitos mais acirrados que culminaram na Revolução Gloriosa (1688) houve importante participação das classes populares, experiência magistralmente registrada por Hill (2002).

Isto só foi possível dado que estas classes constituíram a base do denominado Exército de Novo Tipo, uma organização treinada e armada que em dado momento de meados

do século XVII se insubordinou contra os seus generais, prendendo o Rei Carlos I por sua conta e risco.³⁴

A situação ameaçava sair do controle e a disputa deixava de ser apenas entre as classes altas. À medida que parte delas teve que recorrer as chamadas classes inferiores abriu-se uma brecha de poder real com o qual tiveram que se enfrentar mesmo enquanto a disputa se dava pelo alto. Fairfax e Oliver Cromwell retomaram o controle sobre o exército, os líderes e os regimentos radicais foram provocados a um motim, tendo sido os primeiros presos e executados e os segundos esmagados em maio de 1649 (HILL, 2002: 83-84).

Além disso, a capacidade militar inglesa em conter a França após as guerras de 1689-1714, decorrentes da aliança anglo-holandesa (aqui muito mais sob o aspecto financeiro) que garantiu confiabilidade ao recém criado sistema financeiro inglês, sob o tripé do Banco da Inglaterra e das outras duas Companhias de Comércio, permitindo que este sistema se livrasse bem da South Sea Bubble (1720), conferiu uma força relativa ao Estado inglês em comparação com o francês.

Isto possibilitou que o Estado unipartidarista de Walpole superasse as divergências entre os *tories* e *whigs* que perpassaram de 1689 a 1715, afastando as divisões no seio das camadas superiores. Wallerstein (1998a: 400-1) completa assinalando que:

Não foi porque Inglaterra fora mais democrática que França, senão porque, em certo sentido, fora menos, que o Estado inglês se fortaleceu e o empresariado inglês procedeu a conquista do mundo econômico. Da noite para o dia, então o clima de violência política se transformou num clima de estabilidade política.

A conquista do mundo econômico, poderíamos dizer da economia-mundo, é importante aqui. E isto resultou, dentre outras coisas, de ações concretas do Estado inglês frente ao francês. A interação deste movimento permitiu uma reconciliação das camadas superiores na Inglaterra, tarefa só parcialmente cumprida na França do século XVIII. Mas, por que em França esta tarefa não se completou? E aí o autor retoma a questão dos hugonotes e da revogação do Edito de Nantes (1685). Esta revogação se fez possível porque boa parte da nobreza abandonou o partido protestante.

³⁴ Hill (2002: 76) assim descreve o episódio:

“(…) [O] corneta Joyce, e um pelotão de cavaleiros enviado pelo Comitê de Soldados da cavalaria seqüestrou o rei, então em poder dos comissários do Parlamento, a 3 de junho de 1647, (...). Joyce e seus homens levaram o rei da Holmby House sem nenhuma autorização legal: quando Carlos pediu que o corneta lhe mostrasse a ordem de leva-lo, Joyce limitou-se a apontar para os soldados que trazia consigo. A ordem é de todos, havia dito na véspera às sentinelas que lhes pediram seus documentos. Nenhum general jamais investiria um simples corneta no comando de quinhentos cavalarianos: mal soube o que tinha acontecido Fairfax enviou um coronel para assumir o controle das operações. No intervalo Joyce

Os protestantes na França de meados do século XVI contavam com o apoio da metade da nobreza francesa, em especial as camadas médias e baixas. Com a vitória Real de 1629 a nobreza foi abandonando o protestantismo, o que tornou possível a revogação do Edito de Nantes. A igreja protestante do século XVII, na qual estavam ligados os hugonotes, em França era eminentemente igualitária e rebelde, tendo o estado que conter a rebelião potencial das camadas médias nela representada (nobres mais pobres e camponeses mais ricos).

Por ser França um Estado demasiado grande e heterogêneo do ponto de vista econômico que permitisse a criação de uma estrutura de Estado forte não se resolveu o dilema que vinha já desde o século XVI. E os protestantes freqüentemente se rebelavam. Tentou-se conter estas rebeliões com diminuição de impostos sobre os camponeses (em 1720) e pela aculturação decorrente do ensino escolar primário nas zonas rurais. O primeiro aspecto prejudicou ainda mais as finanças do Estado francês em relação ao inglês. Quanto ao segundo não foi suficiente para aplacar o sentimento de exclusão política dos grandes agricultores em França, ao contrário do que se passava com seus correspondentes em Inglaterra, a *gentry*. Sem isto o Estado francês não se poderia fazer realmente forte.

Wallerstein (1998a: 404) conclui então indicando que:

Foi este constante incremento da força relativa do Estado inglês – mais que qualquer diferença significativa na organização da produção francesa e inglesa de 1600 a 1750 ou em seus sistemas de valores – o que explica a capacidade inglesa de deixar França para trás de forma definitiva no período compreendido entre 1750 e 1815.

3.2 ALTERAÇÃO NA POSIÇÃO OCUPADA PELO ESTADO NA HIERARQUIA DA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA

Na seqüência serão discutidas as alterações de posição dos estados na hierarquia da economia mundial e como isto se processa.

Wallerstein (1998a: cap. 5) vai ressaltar o fato de que as alterações de posição dos estados frente a divisão do trabalho no seio de uma economia-mundo se dão, em especial, em momentos de recessão ou estancamento. É como se houvesse uma distensão das amarras do sistema neste momento em que os Estados centrais estariam numa luta encarniçada entre si, que permitisse um movimento por parte de alguns países semiperiféricos em direção ao

declarou: Saibam os agitadores, uma vez mais, que nada fizemos em nosso próprio nome; o que efetuamos foi em nome do Exército como um todo.”

credenciamento para se alçar ao centro. Além disso, enquanto alguns se periferizam outros se tornam semiperiféricos.

Entretanto, é preciso destacar que estes movimentos são muito mais restritos do que se pode imaginar. A hierarquia que se cria é bastante rígida³⁵.

A ação do estado neste processo de mudança de posição é elemento crucial, embora não seja o primeiro motor. Este parece ser a inserção produtiva de dado estado no arranjo conformado pela economia-mundo em cada época, que aliado a uma dada política de estado, conformada essa pelos condicionantes da luta de classes interna (esta também dependente da peculiar inserção produtiva na divisão mundial do trabalho), resultam num credenciamento à busca de uma posição central, ou simplesmente uma melhor posição.

Neste momento algumas zonas periféricas se tornam semiperiféricas e se preparam para alçarem à posição central também, como o exemplo da América do Norte no período 1600-1750.

Existem dois elementos importantes que permeiam uma economia-mundo capitalista: (i) divisão hierárquica do trabalho (e especialmente distribuída); (ii) variabilidade da localização da atividade econômica segundo zonas geográficas concretas no sistema mundial. Esta variabilidade ocasiona um movimento ascendente ou descendente do estado, região e localidade, frente aos outros estados do sistema mundial considerado. E esta situação se mede em termos ordinais, diz Wallerstein.³⁶

No século XVII houve várias alterações na semiperiferia. Estados perderam terreno (Espanha, Portugal, a antiga espinha dorsal da Europa – Flandres, de Alemanha Ocidental e Meridional até norte da Itália) e outros melhoraram sua posição (em especial Suécia, Bradenburgo-Prússia e as colônias setentrionais da América do Norte britânicas). As primeiras eram áreas que pertenciam ao centro, as segundas estavam fora.

Uma recessão na economia-mundo é também um momento de grande rivalidade no centro, havendo então uma maior possibilidade de ascensão na hierarquia da economia-

³⁵ Ver trabalho de Arrighi e Drangel (1997) em que estudam estes movimentos e que tentam conferir *status* teórico ao conceito de semiperiferia. Ali se demonstra que as alterações de posição dos estados no âmbito da economia-mundo são bastante difíceis. Analisando a posição ocupada pelos países segundo o controle que exerciam sobre o excedente da riqueza mundialmente produzida (avaliada pelo PNB per capita), demonstraram que, no período de 1938 a 1983, a tendência foi os estados permanecerem na zona na qual eles já se encontravam. Estas zonas seriam as de núcleo orgânico ou central, semiperiférica e periférica. Dos 93 estados analisados, 74 não mudaram sua posição no período de 45 anos da amostra, permanecendo na situação que foi denominada de membros orgânicos da respectiva zona.

³⁶ Arrighi e Drangel (1997) propuseram uma metodologia e fizeram este ordenamento para o período recente no trabalho mencionado na nota anterior.

mundo capitalista. Mas esta possibilidade só é dada a alguns poucos privilegiados que reúnem as condições necessárias para a ascensão de posição.

Discutindo a hipótese de que as crises nos países centrais produzem automaticamente o auge das economias periféricas ou impulsionam a industrialização nas mesmas Cueva (1990: 183), ao tratar da industrialização na América Latina no contexto da crise da hegemonia Britânica e gestação da Norte-Americana no período de entre guerras, conclui que:

[A]s crises do capitalismo, por si sós, não fazem mais que produzir efeitos negativos nos pontos débeis do sistema, a menos que a luta de classes leve a resultados favoráveis às forças portadoras do progresso.” (ainda que esta idéia de progresso seja discutível – JM)

E seria exatamente a supremacia destas forças em México e Brasil que explicariam seu processo de industrialização no pós-guerra, muito mais do que uma avaliação economicista de que o processo de substituição de importações daria conta de explicar o fenômeno.

No México houve um crescimento real significativo entre 1934/50 (a indústria cresceu a uma taxa média anual de 7,2% a.a., cfe. CUEVA, 1990: 178) e isso se deu mais como resultado das transformações estruturais promovidas pela fase cardenista, em que se teria rompido com as relações atrasadas e se teria promovido uma das respostas mais progressistas da América Latina à crise de 1929 (teria havido um enfrentamento ao que Cueva denominou de Estado Oligárquico-Dependente).

Além disso, se observou que no México não houve uma alteração significativa na estrutura das importações no período posterior à Grande Depressão, portanto a substituição de importações não foi um fator de estímulo ao processo de industrialização.

Sobre o Brasil Cueva (1990: 180) salienta que a crise de 1929 sacramentou a ascensão de uma classe que já vinha se gestando antes e sua chegada ao poder inviabilizou o retorno da proeminência dos setores mais ligados aos interesses puramente exportadores.

Então, para Cueva (1990), o momento de crise no centro, uma vez que se tenta repassar o ônus do ajuste para a periferia, é vivido duramente nas pontas do sistema e só uma dada conformação progressista das classes internamente é que permite enfrentar de maneira positiva a situação. É claro que isto também vai depender das possibilidades postas ao estado em questão.

Retornando ao século XVII, Wallerstein (1998a: 336-7) vai destacar que, diante da crise perpassada, para os países semiperiféricos ocorreu o seguinte:

Os países do centro trataram de convertê-los em intermediários de suas relações com a periferia, em correias de transmissão do valor excedente. Em boa medida o conseguiram; porém em uma situação em que dentro do centro havia uma grande rivalidade algumas zonas puderam melhorar sua posição relativa. Este foi o caso primeiro de Suécia e mais tarde de Brandemburgo-Prússia e, em menor escala, isto foi também o que se passou nas colônias setentrionais da América do Norte britânica.

Quanto ao que se passou com as periferias no mesmo período, Wallerstein (1998a: 336) resume bem a situação:

O período compreendido entre 1600 e 1750 esteve dominado pelos esforços de Inglaterra e França, primeiro para acabar com a hegemonia holandesa e, logo, para herdar seu posto de honra. Neste longo período de relativo estancamento (quer dizer, relativo em comparação com a notável expansão econômica do séc. XVI), as áreas periféricas se ressentiram enormemente da exacerbada exploração dos produtores diretos e reduziram as vantagens das capas exploradoras nativas (quer dizer, as reduziram em comparação com as capas similares nos países do centro).

A Suécia foi um estado que, no período de 1600/1750, se alçou à condição de semiperiferia, se credenciando inclusive para disputar a posição de centro em dado momento.

Wallerstein (1998a: 301-2) assim resume a análise que efetuou sobre o caso da Suécia:

No que respeita ao reforço do aparelho de estado ao longo do séc. XVII o estado sueco se destacou entre todas as áreas alheias ao centro. Suécia criou um exército temível, conteve a rapacidade das classes *terratenientes* e as enclausurou a serviço do estado, levantou uma indústria do ferro de certa importância, organizou uma respeitável marinha mercante e impediu que Inglaterra herdasse, ao menos de forma imediata, todas as prerrogativas no Báltico de umas Províncias Unidas em declínio. Em comparação com Espanha e Portugal, para não falar de Polônia e Hungria, Suécia contava com um estado forte, em muitos aspectos quase tão forte como o francês, ainda que todavia muito mais débil que o Inglês e o das Províncias Unidas. Do ponto de vista destes dois últimos Suécia e França foram os dois grandes estados militares expansionistas do séc. XVII. Sem embargo, justo quando a força da Suécia parecia alcançar seu ponto culminante, em tempos de Carlos XII, resultou ser um 'colosso em pés de barro'.

Suécia tinha uma população muito escassa para o nível europeu e, por conseguinte, uma pequena base financeira para seu aparato de estado. Como disse Lundkwist, os recursos do império sueco 'eram insuficientes para conservar sua posição a longo prazo'. No terreno econômico Suécia se elevou até a posição em que haviam caído Espanha e Portugal: a de intermediária entre a periferia e o centro. Não só se aproveitou de sua situação estratégica no Báltico, senão que também da crescente debilidade das zonas periféricas da Europa Oriental no séc. XVII.

Veja-se mais de perto o movimento perpassado pelo estado sueco na hierarquia da economia-mundo.

Até 1599, quando Carlos IX tomou o trono, Suécia era um estado secundário, atrasado política, econômica e culturalmente. Já em 1697 tinha se convertido em uma potência militar e econômica. Antes era considerada quase como que uma colônia alemã.

Quando adveio a recessão econômica do séc. XVII, Gustavo Adolfo (1611-1632) tratou de reforçar o estado e dirigir uma transformação econômica. Aumentou impostos,

arrendou-os, impôs o pagamento em dinheiro e instituiu os pedágios sobre a Prússia. Criou diversos monopólios: sobre o sal e os cereais e, os que tiveram certo êxito, sobre o cobre e o ferro. Ajustou-se plenamente ao mercantilismo em voga. Até meados do séc. XVII o cobre era o principal produto da Suécia.

O que chama atenção nos esforços de Gustavo Adolfo não foi sua incapacidade de superar o empresários holandeses mas seu êxito em criar uma força militar e industrial na Suécia. No âmbito militar ele criou um modelo que perduraria até a revolução francesa, introduzindo o adestramento, a disciplina e a ofensividade, mas essencialmente a nacionalização como base da força militar. Os mercenários ficavam relegados a um plano inferior. O exército era formado pelo povo e seu aprovisionamento e pagamentos eram regulares. Além disso, as armas e munições foram padronizadas e se deu importância à artilharia. Foi criada uma indústria armamentista, garantindo a auto-suficiência. Quanto ao financiamento deste exército, tiveram importante papel as licenças prussianas no bojo da Guerra dos Trinta Anos. A cobrança de direitos em diversos portos (Brandemburgo, Curlândia e Danzig - atual Gdansk) cobriu 20% dos custos da Guerra para Suécia. Em 1635 estes direitos foram substituídos por *portazzos* em Livônia.

Isto permitiu que Suécia se credenciasse a obter parte do excedente transferido da Europa do Leste para o Nordeste, utilizando-o para transformar-se num estado semiperiférico.

Mas paralelo a este esforço militar vinha o industrial. E aqui o ferro passa a substituir o cobre ao longo do séc. XVII, tanto na artilharia como nos objetos de uso doméstico. Em 1644 já se podia obter canhões de ferro a 1/3 do custo dos de bronze (WALLERSTEIN, 1998a: 289, nota 289).

Diferentemente do cobre as jazidas de ferro estavam espalhadas por toda a Europa. Mas o que garantiu vantagem à Suécia foi uma questão de sorte: a pureza do ferro sueco, dada a tecnologia existente, conferiu-lhe grande vantagem nos sécs. XVII e XVIII.

Por conta da ação estatal se logrou interromper o processo em que Suécia era um grande exportador de ferro maleável para Alemanha, transformando-o em um produtor que o fundia em barras e o re-exportava a um preço muito maior. Só entre 1600-1650 a quantidade de ferro em barra exportada se equiparou com a de ferro maleável. Se pôs assim em marcha a indústria siderúrgica, a qual exigia grande aporte de capital, fornecido em sua maior parte pelo rei. Empresários estrangeiros, em especial holandeses, se interessaram pelo negócio e tiveram sua participação ampliada. A relação com o estado era de simbiose muito mais que conflitante.

Como fosse o estado o principal consumidor do ferro - para a indústria armamentista - tratou de incentivar sua produção. Quanto a presença dos empresários estrangeiros com grandes fábricas não se lhes opôs resistência. Pelo contrário, foram incentivados com monopólio do processo de refino, de siderurgia de matérias-primas baratas e produtos semimanufaturados. Além disso, foram abastecidos com força-de-trabalho barata recrutada na periferia do reino. Quanto aos pequenos fabricantes foram deixados numa relação de total dependência para com os comerciantes estrangeiros.

Um instrumento utilizado para nacionalizar os capitais dos estrangeiros foi pela via da concessão de títulos de nobreza, expediente que funcionou senão na primeira mas já na segunda geração (WALLERSTEIN, 1998a: 292, nota 217).

Neste processo rumo a uma condição semiperiférica o uso consciente do aparelho de Estado foi central (WALLERSTEIN, 1998a: 292):

[O] estado sueco tinha três semimonopólios na economia-mundo européia do séc. XVII: o cobre, o ferro de primeira qualidade e o alcatrão. Relacionando-se primeiro com a potência hegemônica e aproveitando-se logo da rivalidade entre os estados do centro, o aparato de estado sueco levou a cabo uma política mercantilista comparável com as de Inglaterra e França nessa época. Suécia foi, de certo modo, a OPEP de seu tempo. Utilizou os três monopólios para conseguir uma posição negociadora sólida, sem a qual a expansão político-militar havia sido impossível. A expansão político-militar tornou possível, por sua vez, o desenvolvimento das indústrias de transformação.

Mais adiante Wallerstein (1998a: 293) acrescenta:

[A]té a década de 1650 a única forma de descrever a política sueca no Báltico é dizer que era uma política consciente de imperialismo econômico. Junto com a expansão político-comercial houve um aumento no tamanho e na importância do comércio marítimo e da frota mercante da Suécia no Báltico.

Mas estruturar um aparato de estado forte supunha enquadrar a nobreza. Isto foi possível graças a estrutura de classes da Suécia à época e seu papel na divisão mundial do trabalho e no sistema interestatal.

A forma de obter recursos rápidos para a coroa foi alienar as terras da mesma e permitir que a nobreza também assim o procedesse em troca de um serviço militar ou civil. Isto acabou ampliando a monetização da economia sueca, mas a alta nobreza ampliou seu poder político-econômico por conta da Lei de Matrícula da Nobreza, de 1626, que conferia a 126 famílias o direito de voto. O campesinato também foi organizado como estamento em 1617, sob três formas básicas: o das terras da coroa, das terras dos nobres e os contribuintes ou dos alodios (propriedade livre das cargas senhoriais). Os das terras da nobreza eram os que estavam em piores condições: podiam ser desalojados facilmente, estavam sob jurisdição do

senhor e tinham que trabalhar trinta dias para o mesmo, além de não terem sido incluídos no quadro dos estamentos quando foram criados. Como em 1654 as terras controladas pela nobreza passassem de 21,4% para 63%, os camponeses temerosos da volta da servidão reagiram contra a nobreza, reclamando a redução de seus privilégios.

Como fosse um país pobre em recursos naturais (que se estavam esgotando) e com população pequena (a meados do séc. XVII, um milhão de suecos e meio milhão de finlandeses e outros povos) a situação da fazenda pública se viu apertada durante todo o séc. XVII frente aos gastos militares e de sustentação da política mercantilista. Operaram-se então uma série de reduktion, que eram, na verdade, o retorno da terra controlada pelos nobres para a coroa. Este movimento levou a nobreza a buscar cargos no governo.

Mas o estado sueco, além das licenças prussianas, também possuía como fontes de ingresso o recebimento de subsídios franceses, entre 1637 a 1679. Ditas licenças duraram até 1635. França tinha interesse em promover Suécia a rival de holandeses e ingleses, em especial no comércio com o Báltico.

A grande reduktion foi efetuada em 1680, no reinado de Carlos XI, por conta do estancamento geral, da cessão cada vez maior de ingressos à nobreza e do fim dos subsídios franceses. Esta medida foi tomada, além do mais, com o apoio da alta aristocracia.

Este movimento de 1680, além do incremento geral dos ingressos estatais, firmou uma base para o financiamento do exército sob um modo conhecido como sistema de asignaciones (1682), segundo o qual as propriedades foram divididas em grupos cujas rendas serviam para pagar os soldados que ali se alojariam. A propriedade deveria garantir uma renda conforme a graduação militar.

Ao confrontar-se com uma Rússia tentando se integrar à economia-mundo europeia numa condição de semiperiferia sob Pedro I (ou Pedro o Grande), nos marcos da Guerra do Norte, Suécia viu seu avanço rumo ao centro ser barrado (WALLERSTEIN, 1998a: 303-308).

Pedro I fundou em 1703 São Petesburgo, que seria o porto da Rússia no Báltico. A partir daí se defrontaria com Suécia na disputa pela proeminência na região.

A grande Guerra do Norte³⁷ que iniciou em 1700, com o ataque do rei da Polônia – Saxônia à Livônia, contou logo com a participação da Rússia. Suécia, visando a desgastar os

³⁷ Veja-se como Wallerstein (1998a: 307-8) interpretou o episódio da Guerra do Norte sob o ponto de vista da Suécia:

russos tentou prolongar ao máximo o conflito. Em 1709 a logística russa aliada ao inverno levou à derrota polaca em Ucrânia. Isto pôs fim também ao imperialismo político de Carlos XII da Suécia, uma vez que o estado não comportava mais o financiamento de um Império. Em 1721 Suécia perdia Livônia, Estônia, Ingria e Carélia (a maior parte do Báltico Oriental) para Rússia e cedia possessões na Alemanha para a Rússia. Dado que era sua posição monopolista no Báltico que lhe garantia sua força, se viu relegada a uma potência de segunda linha frente à Rússia.

Isto teve consequências internas para Suécia. A burguesia sueca se dividiu em dois partidos entre 1718 e 1772. Havia um partido pró-França, mercantilista e inflacionista (os ‘sombremos’) e outro pró-Inglaterra, livre-cambista e deflacionista (denominados de ‘os gorros’, numa alusão aos homens antiquados que dormem de gorro). Os primeiros seriam ligados aos interesses da exportação, da fabricação de ferro e da indústria têxtil. Os segundos representavam o setor importador, pequenos comerciantes e industriais.

As possibilidades de alterações de posição dentro do sistema interestatal dependem, como se viu até aqui, de uma conjunção de condicionantes que envolvem economia, política, posição geográfica, e outros. Mas há algo que parece sobredeterminar este movimento: o fato de dado estado conter em seu território um conjunto de atividades produtivas que lhe permita controlar parte significativa do excedente de valor gerado na cadeia mercantil correspondente.

Estas atividades seriam as tecnologicamente mais avançadas e que confeririam uma condição de estado de centro. As menos avançadas, situadas nos estados periféricos, permitiriam um controle muito restrito do excedente gerado.

Na teoria dos sistemas mundiais, sob o capitalismo, os agentes econômicos (classes sociais para Marx) tentam transferir a competição de si próprios para os outros agentes e esta transferência se dá entre os nós das cadeias mercantis de valores. As atividades típicas do centro são as que transferem a competição para as de periferia, que passam a receber a pressão da competição.

“A Guerra do Norte foi para a Suécia o que a Guerra de Sucessão Espanhola foi para a Espanha: uma tentativa de acabar com as restrições estruturais que lhes havia imposto a economia-mundo. Os esforços de uma e outra fracassaram, porém impediram que se sucedessem coisas piores.

Enquanto não estava claro quem era o vencedor na competição entre França e Inglaterra, quer dizer até 1763, Suécia (como Espanha) pôde utilizar sua margem de manobra para conseguir um papel maior do que o que podia abarcar. O momento de ajustar contas veio mais tarde para Suécia, entre 1763 e 1815, quando Inglaterra recorreu a ela devido a longa resistência da França. Suécia foi um estado forte na medida em que sua economia o permitiu.”

Ao discorrer sobre os ganhos proporcionados pelas atividades típicas de centro ou de periferia Arrighi & Drangel (1997: 149) afirmam que:

[A]s recompensas agregadas em atividades periféricas tenderão a se aproximar dos níveis de remuneração que são apenas marginalmente mais altos do que aqueles que os fatores de produção nelas envolvidos alcançariam coletivamente fora da divisão mundial do trabalho. Em contraste, as recompensas agregadas em atividades típicas do núcleo orgânico tenderão a incorporar a maioria, se não todos, dos benefícios globais da divisão mundial do trabalho.

Dentro de um mesmo território coexistem atividades de centro e de periferia. A concentração de um maior número de dado tipo de atividade em determinado território indica se o estado correspondente é de centro ou de periferia. Em havendo alguma equanimidade na distribuição das atividades o estado seria tido como semiperiférico.³⁸

As cadeias mercantis, para Wallerstein (2001a), abrigam em seu interior múltiplas atividades produtivas sendo que o conjunto das transações intermediárias que ocorrem ao longo das mesmas acabam por conformar a maior parte das transações que ocorrem na economia sob o capitalismo histórico. Assim, o mercado capitalista típico não é o do comprador e vendedor finais (estes são mercados pequenos e locais), sendo que a disputa entre o comprador e o vendedor se dá no sentido de obter uma parte do lucro que os processos de trabalho produziram ao longo da cadeia mercantil.

As relações de força, neste sentido, são uma constante: seja a militar, seja a decorrente de posição monopolística (as quais não são excludentes). E este é um fenômeno que nasceu com o sistema mundial capitalista (WALLERSTEIN, 2001a: 28):

A integração vertical, assim como o monopólio horizontal, não foi um fato raro. Conhecemos bem os casos mais espetaculares: as companhias privilegiadas dos séculos XVI ao XVII, os grandes comerciantes do século XIX, as corporações transnacionais do século XX – estruturas globais que buscavam abranger tantos elos de uma cadeia mercantil quanto possível. Exemplos menores de integração vertical, que cobriam poucos elos (às vezes, dois) de uma cadeia, foram ainda mais comuns. Parece razoável argumentar que, no capitalismo histórico, a norma nas cadeias

³⁸ Em Wallerstein as relações que estruturam o sistema interestatal de acordo com as atividades contidas em dado território estão intimamente ligadas às cadeias mercantis de valores. Arrighi & Drangel (1997: 140) assim sintetizam a questão:

“Essas relações, entretanto, não ligam economias nacionais ou regionais (...) mas atividades econômicas estruturadas em cadeias de mercadorias que atravessam fronteiras nacionais. As atividades do núcleo orgânico são aquelas que controlam uma grande parte do excedente total produzido dentro da cadeia de mercadorias, enquanto que atividades periféricas são aquelas que controlam pouco ou nada desse excedente.

Todos os estados incluem, dentro de suas fronteiras, tanto atividades do núcleo orgânico como periféricas. (...)

A legitimidade e estabilidade desse sistema altamente desigual e polarizador são reforçadas pela existência de países semiperiféricos, definidos como aqueles que incluem, dentro de suas fronteiras, uma combinação mais ou menos igual de atividades de núcleo orgânico e periféricas.”

mercantis foi a integração vertical, e não conexões de mercado em que vendedor e comprador fossem de fato distintos e antagônicos.

O valor gerado nas cadeias mercantis, das quais as de maior importância sempre atravessaram vários estados, flui no sentido do centro. E a explicação dada pela teoria dos sistemas mundiais para isso decorre da troca desigual.³⁹ Vejamos como Wallerstein (2001a: 29-30) entende o funcionamento da troca desigual:

A partir de qualquer diferencial real no mercado, por causa da escassez (temporária) de um processo de produção complexo ou por uma eventual escassez artificial criada *manu militari*, as mercadorias se deslocam através das regiões de tal modo que a região dotada do artigo menos escasso vende seus bens para outra região a um preço que incorpore mais insumo real (custo) do que um bem de preço igual que se desloque na direção oposta. Parte do lucro total (ou do excedente) produzido numa área transfere-se então para outra. É a relação que se estabelece entre centro e periferia. Podemos chamar a área perdedora de periferia e a área ganhadora de centro, nomes que na verdade refletem a estrutura geográfica dos fluxos econômicos.

3.3 O ESTADO NA PERIFERIA

Tendo presente que o estado capitalista tem como função essencial a garantia das condições gerais da reprodução capitalista⁴⁰, a qual é expressa concretamente nas diversas funções estatais, Evers (1989: 76) salienta que duas características mais amplas são comuns ao estado periférico: a reprodução capitalista periférica é dependente em relação ao mercado mundial e a formação social na periferia é estruturalmente heterogênea.

Veja-se mais de perto estas duas condições constitutivas básicas do estado na periferia capitalista e como elas influem nas formas estatais correspondentes. Antes porém é importante salientar que em Evers (1989) elas aparecem como algo típico da periferia, enquanto que para a teoria dos sistemas mundiais se trata mais de uma questão de grau, de intensidade, tanto da dependência do ciclo de reprodução do capital em relação ao mercado mundial quanto da heterogeneidade estrutural da formação social. Ou seja, são características

³⁹ Em Marx a base para o que se vem chamando de troca desigual estaria na relação social genética da sociedade capitalista: entre o capitalista e proletário, no fetiche do capital. Trata-se da exploração da força de trabalho pelo capitalista em que aparece como uma relação de troca (o pagamento do trabalho em salário) aquilo que na verdade não tem qualquer relação de equivalência plena (se trata do pagamento do custo de reprodução da força de trabalho). Como a troca em si pressupõe uma equivalência, o próprio conceito de troca desigual é uma impropriedade, uma vez que troca não há, mas sim exploração. Poderia se argumentar que se trata então de um fenômeno da circulação e não da produção, mas mesmo lá não há troca e sim uma transferência de valor, se quisermos ser rigorosos com o uso das categorias.

⁴⁰ Uma das condições importantes para a reprodução capitalista é a mercantilização da vida social, que passaria essencialmente pela transformação dos meios de produção e da força de trabalho em mercadoria.

que perpassam todo o sistema interestatal da economia-mundo capitalista, mas que se exacerbam à medida que se vai do centro para a periferia. Tese, esta última, com a qual me identifico.

Evers (1989: 79) ao discorrer sobre a relação entre soberania nacional e a constituição de um sistema produtivo interno suficientemente integrado indica que na periferia, exatamente pela ausência de uma integração maior, o estado tem dificuldade em fazer valer sua soberania para fora havendo uma incongruência entre as esferas política e econômica. Na periferia o contexto econômico suplantara o espaço do estado nacional.⁴¹

Na discussão sobre como se apresenta o estado frente a uma situação de heterogeneidade estrutural da formação social mais ampliada, como acontece na periferia, Evers (1989: 91) procura argumentar, traçando um paralelo entre os âmbitos político e econômico na sociedade burguesa, que é típico, é característico da mesma:

[A] desvinculação entre a coerção extraeconômica e o processo de produção e apropriação, conseqüentemente o desdobramento de uma sociedade em sua esfera econômica e política, e finalmente a materialização em separado do político na forma do estado. Em tudo isto o elemento central é a subsunção de todas as relações sociais, incluindo as relações de trabalho, sob a forma de intercâmbio de mercadorias equivalentes.

O que é característico da periferia é que estas formas de intercâmbio de equivalentes não tenham se generalizado, derivando daí a existência de diversas formas não capitalistas de produção e intercâmbio. Disto resultaria uma sociedade fragmentada, estruturalmente heterogênea, com relações de produção capitalistas desenvolvidas em formas díspares, se refletindo, no âmbito da produção, em relações de trabalho não plenamente constituídas como trabalho livre assalariado.

⁴¹ Sobre esta questão da unidade entre o econômico e o político Evers (1989: 83) salienta que:

“[P]artes essenciais da economia local se relacionam com uma evolução das forças produtivas, um processo de acumulação, uma concorrência que não se verifica localmente, senão que nas metrópoles. Por mais que estes tenham sua expressão interna, sua racionalidade histórica e econômica se cimenta externamente. Se se quer salvar a unidade do político com o econômico se aferrando a estruturas visíveis, apenas analisando-se a dinâmica destas últimas esta unidade soçobrará inevitavelmente.

(...)

Dito de outra maneira: em situações periféricas a função organizadora do marco estatal nacional se mantém para o âmbito político, porém se perde, em grande medida, para o âmbito econômico. Sob o princípio da soberania a esfera política adquire uma vantagem notável sobre a esfera econômica quanto a seu grau de autonomia. Traduzindo em termos das teorias estrutural-funcionalistas: as estruturas econômicas em um país periférico só constituem um subsistema, cuja dinâmica interna é secundária e derivada em relação a externa; a vida política, ao contrário, encontra tanta autonomia dentro do marco nacional que pode ser analisada como um sistema próprio, em relação ao qual seus condicionantes externos aparecem como secundários.”

Sob o ponto de vista esposado por Evers (1989) a existência da mercadoria força de trabalho é decisiva para a constituição burguesa do estado. Como na periferia esta mercantilização não se generaliza se abre uma brecha na base produtiva real de toda igualdade e liberdade sobre a qual o estado teria que se erguer na forma burguesa da generalidade abstrata.

Esta fragmentação do contexto social leva a formação de uma estrutura de classes inacabada e difusa que se reflete sobre os agentes sociais. Sobre isso Evers (1989: 92) assevera que:

[A] pesar destas estruturas capitalistas não plenamente desenvolvidas o estado da periferia capitalista segue, no fundamental, o princípio formal geral do estado burguês, isto é, constituir-se como instância separada do político e como materialização do interesse aparentemente comum fora e ao lado da sociedade.

Importa ressaltar, novamente com o autor, a relação entre dependência econômica e heterogeneidade estrutural na conformação social periférica e a dissonância entre forma do estado e sua base material (EVERS, 1989: 92):

Assim como comprovamos uma discordância na forma externa do estado periférico entre seu princípio formal de estado nacional soberano e a realidade de uma economia dependente do mercado mundial, no que respeita à forma interna do estado encontramos uma discrepância também entre o princípio político formal e a realidade socioeconômica: a forma de generalidade abstrata não concorda com a heterogeneidade estrutural de suas raízes sociais.

O autor lembra que o conceito abstrato de estado burguês pressupõe logicamente um modo de produção capitalista plenamente desenvolvido, o qual inexistente na periferia. Mas o conceito pode nortear a discussão, tomando-se em conta as situações histórico-concretas. Neste caso (EVERS, 1989: 94):

É inevitável que nestas condições a forma política e a realidade social se obstaculizem mutuamente. Um estado constituído a imagem de uma generalidade abstrata não pode ser o mais apto para fazer justiça à complexa diversidade de uma formação social heterogênea, nem pode ser essa a atmosfera mais idônea para que se fortaleça a forma abstrata do estado. Temos que indagar sobre as circunstâncias históricas e as necessidades funcionais específicas do capitalismo subdesenvolvido que exigem e produzem essa discrepância entre a economia e a política.

Importa lembrar que é na esfera política onde o grau de desenvolvimento das formas burguesas se encontra mais avançado, seja pelo contato do contexto reprodutivo com o mercado mundial, seja pela autonomia da esfera política em relação à econômica. Esta característica permeia a conformação do estado periférico.

Evers (1989: 95) adota uma classificação das funções do estado posta por Altvater e Läßle para indicar como elas se manifestam no estado periférico, quais sejam:

(i) garantia da inserção no mercado mundial; (ii) imposição das regras gerais de mercado; (iii) garantia da disponibilidade da força de trabalho e (iv) garantia das condições gerais materiais de produção. Veja-se uma a uma.

Tendo a periferia uma relação de maior dependência frente ao mercado mundial no que respeita ao ciclo de reprodução do capital a função de *(i) garantir a inserção junto ao mercado mundial* acaba por resultar numa garantia dos interesses do capital estrangeiro no espaço nacional periférico, uma vez que é a penetração do capital estrangeiro no espaço interno periférico que dá início a uma reprodução tida como capitalista no seio destas sociedades. A questão que pesa mais exatamente é o fato de que o capitalismo nesta região foi plantado de fora, não tendo sido gerado a partir de dentro.

Neste sentido Evers (1989: 102) salienta que:

O surgimento do estado soberano na periferia capitalista não corresponde, pois, ao processo de uma acumulação que cobra impulso no marco nacional que originariamente produz e fundamenta esta forma. [N]a mesma gênese histórica da emancipação das antigas colônias está inscrita a contradição de que sua independência política formal serviu para os fins de uma dependência econômica material.

Mas, posto isso, é preciso considerar que as estruturas internas acabam obrigando as exigências externas do mercado mundial a submeter-se a um processo de adaptação a um ambiente local.

Na verdade a reprodução dependente em relação ao mercado mundial significa uma inserção peculiar na divisão mundial do trabalho em que os recursos internos são disponibilizados aos interesses metropolitanos. E os interesses globais de uma exploração em longo prazo e racional das periferias podem entrar em conflito com os interesses do ganho imediato dos capitais individuais diretamente envolvidos no processo de exploração.

E, neste caso, Evers (1989: 103) ressalta que:

O estado da periferia capitalista só pode cumprir com sua função primária de garantir a inserção funcional do espaço econômico local ao mercado mundial se, em alguma medida, também o protege de influências tendencialmente destrutivas do mercado mundial.

Além desta questão, aparece presente nas condições internas as conseqüências da expansão capitalista do mercado mundial e da inserção da periferia neste mercado, complexificando internamente as conformações das classes.⁴²

Neste sentido as classes e frações locais passam a ter um peso crescente. E neste conjunto se encontram as classes dominadas havendo necessidade de o estado periférico traçar políticas que, ao menos na aparência, as incluam de alguma forma nos ganhos decorrentes da peculiar inserção no mercado mundial. O autor indica que esta ampliação do leque constitutivo das classes tende a empurrar o estado para uma posição mais autônoma em relação as próprias classes, como se estivesse acima dos interesses das diversas frações em disputa.

Por outro lado, a mediação posta pelo estado entre uma sociedade parcial externa que não é controlada politicamente por ele e a sociedade que há no seu interior, a qual é controlada politicamente mas donde ele não recebe as orientações socioeconômicas básicas, acaba por conformar uma dinâmica específica ao conflito entre os interesses próprios das estruturas socioeconômicas locais e sua função primária de servir aos desígnios de uma divisão mundial do trabalho.

E estes conflitos de interesses decorrentes da disputa entre as frações burguesas externas e internas acabam por conformar as políticas estatais, as quais resultam por favorecer uma ou outra posição. Estas disputas constituem o miolo da dinâmica socioeconômica da sociedade periférica. E o campo externo sempre dispõe de mais meios de luta. De qualquer maneira, o crescimento da burguesia interna acaba por fazer o estado impor cada vez mais barreiras ao capital externo, ou ao menos conforma as bases que permitem tal iniciativa.

No que respeita à função de *(ii) impor as regras gerais de mercado* a questão central diz respeito à mercantilização da vida na economia periférica e como o estado contribui para isso. Neste sentido Evers (1989: 112) coloca que :

Uma das funções essenciais do estado burguês consiste em prover o marco geral para que todos os bens sociais adotem onde for possível a forma de mercadorias e todas as relações sociais se desenvolvam na forma de intercâmbio de equivalentes entre proprietários de mercadorias.

⁴²Veja-se com Evers (1989: 105) em que medida se dá esta complexificação: “Já não se trata apenas de articular os interesses globais a longo prazo com os interesses particulares imediatos do capital metropolitano. Os componentes locais das classes dominantes deixam de ser meras prolongações das burguesias metropolitanas e começam a constituir-se numa base de acumulação própria com capital produtivo nacional. As classes dominantes se abrem em um leque de frações diferentes; surgem classes médias urbanas a partir do comércio, a administração e o artesanato. A função originária de adaptar o aparato produtivo às exigências externas se converte assim em uma tarefa cada vez mais complexa de articulação social entre seus diferentes agentes sociais.”

Relacionando a função da garantia da inserção no mercado mundial com a da imposição das regras gerais de mercado Evers (1989: 113) afirma que:

[A] garantia da inserção no mercado mundial se refere a dinâmica capitalista global como eixo histórico determinante da expansão das relações capitalistas de produção; a imposição de regras gerais de mercado, em troca, se refere à articulação e concreção desta dinâmica no seio da sociedade periférica.

No que tange à contradição entre esta forma do estado burguês e sua função na periferia, Evers (1989: 115) assinala que:

[A]mbas se sintetizam na dinâmica do desenvolvimento capitalista. A contradição existe como necessária e essencial só no que se refere ao movimento concreto do estado forçado a adaptar-se a realidade atual de uma formação social heterogênea. A forma corresponde a tendência histórica à um capitalismo mais desenvolvido, a função à tarefa atual de desenvolvimento.

Na teoria dos sistemas mundiais a forma posta ao estado periférico que, em certa medida, se adianta a realidade material que lhe corresponde é funcional para a estrutura hierárquica em que se baseia a economia-mundo pois se trata de um estado forte o bastante para garantir a imposição das regras gerais de mercado internamente e, ao mesmo tempo, fraco o suficiente para não impedir o fluxo do excedente gerado em direção ao centro do sistema. Logo, a tarefa posta na direção do desenvolvimento, tida como uma tendência histórica por Evers, é uma falsa proposição pois enquanto existir o atual sistema mundial sempre haverão estados periféricos.

Mas Evers (1989: 118) é certo ao destacar que as contradições do estado periférico aparecem mais claramente ao não conseguir se mostrar acima dos interesses das classes em pugna internamente. É neste sentido que:

[S]ua maneira de regular a sociedade não pode tomar a aparência de expressar um interesse geral abstrato acima dos interesses particulares, como corresponderia a sua forma de estado burguês, senão que deve ter a fachada de uma política concreta em favor ou em prejuízo de interesses sociais determinados.

Prosseguindo nesta questão (EVERS, 1989: 117):

[S]ua função de mediador social entre os diferentes componentes heterogêneos da sociedade condena o estado à incoerência inerente de um intervencionismo permanente e contraditório. Pelo caráter ambivalente da correspondente sociedade em situação de transição duradouramente obstaculizada, se reúnem nele as obrigações intervencionistas da acumulação originária com as do capitalismo monopolista. Enquanto por um lado o poder estatal apareça como parceiro de qualquer sociedade velha que anda emaranhada com uma nova, a superposição de unidades produtivas ultramodernas procria em esferas determinadas o monopólio, provocando assim a intromissão estatal.

Quanto à discussão da dinâmica da contradição entre forma e função há uma autonomia relativa no que respeita à concorrência pelo domínio do aparelho do estado e pelo alcance de políticas estatais benéficas. A luta pela obtenção dos favores estatais não é uma luta entre iguais. Os setores hegemônicos detêm uma vantagem quase impossível de superar em função do grande diferencial de seu potencial econômico e das relações privilegiadas que mantêm com a metrópole. Assim a concorrência econômica passa à esfera política e a aparência de ‘pairar sobre os interesses das classes em si’, como o garantidor de um interesse geral, se esvai... Neste sentido Evers (1989:122) coloca que: “como estado constituído pretende ser o capitalista geral ideal, como estado atuante se revela como comitê político de certas frações do capital”.

Evers finaliza o exame desta função tratando das conseqüências para os limites de ação do estado. Aqui o autor defende a seguinte tese sobre a questão da autonomia estatal (EVERS, 1989: 127):

A parcialidade inevitável de qualquer medida estatal sugere a conclusão de que a autonomia relativa do estado frente a estes interesses particulares não pode ser grande coisa. Na realidade ocorre o contrário, da impossibilidade de uma política autenticamente geral resulta uma ampliação do potencial da autonomia estatal.

Mais adiante lembra que diferentemente da sociedade do centro, (EVERS, 1989: 128):

[E]m formações estruturalmente heterogêneas o leque de condições materiais comuns se estreita, tendendo à zero: ao divergir completamente a composição tecnológica e os mecanismos de reprodução do capital nos diferentes segmentos da economia periférica resulta impossível encontrar um denominador comum aos interesses de todas as frações (importantes) das classes dominantes. Não há maneira de estabelecer quais são as condições gerais que o estado deve garantir; pode haver só para alguma parte, nunca para o conjunto da economia. Os interesses dos setores hegemônicos não podem ser os interesses da generalidade.

Apenas o interesse comum da garantia estatal da propriedade privada segue atuando. Mas este só unifica quando há uma ameaça revolucionária evidente.

Como o salário em geral pago na periferia é de baixo nível há a exigência da *(iii) intervenção do estado para que a mercadoria força de trabalho esteja disponível*. No que respeita ao fato de este nível salarial tornar mais evidente a relação de exploração e requerer, portanto, uma intervenção mais aprofundada do estado, Evers (1989: 132-3) ressalta que:

[A]s relações de trabalho em sua maioria nos países do terceiro mundo estão já organizadas de acordo com o sistema de trabalho assalariado livre, ainda que com um valor tão baixo que não pode parecer um equivalente (pela contraprestação em

trabalho fornecido - JM). Para poder acumular, os capitais que compõem esta média de indústrias pequenas e médias, setores exportadores tradicionais, de construção e serviços menos sofisticados se vêem obrigados a cortar onde for possível a parte variável de seu capital.

Nestas condições o trabalho já não aparece como pago em sua totalidade e se evidencia seu caráter de exploração. O mecanismo econômico é de pouca confiança para garantir por si só a disponibilidade de força de trabalho nestas condições; ocorrem recorrentes crises sociais e revoltas (greves), graça uma má disciplina de trabalho e o absenteísmo por enfermidade, desinteresse e rebeldia latentes.

A pressão incessante que pesa sobre as condições reprodutivas das massas trabalhadoras não se mantém apenas com a força muda econômica; necessita também do respaldo sempre visível da força explícita do estado que assegura com meios mais repressivos ou mais integradores a subordinação do trabalhador à relação social do capital também nestas condições abertamente exploradoras.

Dentre as formas de o estado assegurar a disponibilidade da força de trabalho, além da combinação de medidas integradoras e repressivas, se inclui a fixação do valor da força de trabalho. Assim, Evers (1989: 135) corretamente lembra que:

Os mecanismos de concorrência não bastam em vista da heterogeneidade das condições produtivas para estabelecer um trabalho médio necessário como base de uma medida geral de seu valor, da qual podiam se derivar as diferenças salariais nos diferentes ramos produtivos segundo seu grau de complexidade. O livre jogo da lei da oferta e da demanda podia por em perigo a existência física dos trabalhadores em alguns setores, a capacidade de acumulação em outros.

No que tange às *(iv) condições materiais do processo de produção* nem todas são garantidas pelos mesmos capitais que participam da concorrência, eis que têm que ser fornecidas por uma instância não concorrente, o estado. Existem meios de produção cuja característica os qualificam como de consumo social, não possuem um valor de troca, mas um valor de uso necessário.

Sobre a situação do estado periférico como garantidor das condições materiais do processo de produção (EVERS, 1989: 139):

Ao não haver um grau de desenvolvimento das forças produtivas mais ou menos geral do qual poderiam se depreender critérios objetivos para a ação estatal, a decisão concreta resulta à mercê das influências e pressões competidoras de interesses particulares, disputa que se transforma necessariamente em luta política e na qual os setores hegemônicos voltam a ter uma vantagem difícil de superar.

Assim o conjunto dos bens fornecidos pelo estado às expensas do conjunto social pode direcionar-se consideravelmente para obras que só beneficiem a uns poucos capitais privados e que por conseguinte deveriam ser tarefa deles (a chamada privatização do estado).

Por outro lado, a condição de dependência da reprodução do capital em relação ao mercado mundial (EVERS, 1989: 143):

[A]bre a possibilidade para que o estado periférico em suas atividades econômicas antecipe certas fases de desenvolvimento e introduza novas condições de produção por conta própria, antes mesmo que alguma força social existente no país o exija já como necessidade sentida. Assim se criam indústrias e se incorporam tecnologias que se adiantam aos interesses de acumulação do momento, precisamente com a finalidade de criá-los.

Postas as funções do estado na periferia há ainda a discutir os meios pelos quais a ação estatal na região se expressa, os quais seriam, por um lado, *o dinheiro* e *o direito* e, por outro, *a ideologia* e *a violência*; todos visam a garantir o enquadramento dos indivíduos na lógica da sociedade capitalista. Neste sentido Evers (1989: 147) os relaciona em dois conjuntos complementares:

[O]s meios reguladores da circulação (dinheiro e direito) podem resultar insuficientes para garantir que os indivíduos se comportem de acordo com as regras de mercado. Fazem falta então meios de dominação direta que se dirijam diretamente aos indivíduos para reenquadrar seu comportamento nos cânones das relações capitalistas mercantis. Estes meios, que transcendem e garantem a esfera do intercâmbio, podem estar dirigidos à consciência dos indivíduos, tratando de modificar sua percepção da realidade por meio da ideologia, ou finalmente podem orientar-se diretamente à sua atração tratando de impô-la por meio da violência.

No que tange ao *dinheiro*, este só pode ser expressão das relações sociais quando estas já assumiram a forma de um intercâmbio de equivalentes expresso em um equivalente geral. As políticas públicas nas periferias que atinam à moeda não conseguem abranger a todos na mesma amplitude daquelas que são praticadas no centro seja pela menor monetização da economia, seja porque, mesmo onde há ampla circulação monetária, a discrepância das forças produtivas resulta em efeitos mais diferenciados nos alcances destas políticas.

Assim, a fragilidade e o desenvolvimento deformado das forças produtivas leva o estado a ter que intervir diretamente no âmbito da produção, uma vez que no âmbito da circulação esta intervenção resta de efeito insuficiente.

Além da função de mediador das relações sociais, o dinheiro enquanto recurso financeiro é o fundamento e a premissa de quase todos os instrumentos e estratégias de ação estatal. Seja no papel de compensador das crises, provedor das condições gerais de produção (tanto materiais, como as necessárias a garantir as regras de mercado e para reprodução da força de trabalho) ou estando o estado atuando sob os meios direito, ideologia e violência, os quais também envolvem custos em dinheiro.

A forma de o estado obter recursos financeiros é através da apropriação de parte do fundo social de acumulação via imposição tributária. A outra maneira é o recurso ao endividamento público, seja externo ou interno. Mas, neste caso o que se está a fazer é

postergar o problema. No primeiro se aprofunda a dependência externa. Outra opção para aumento dos ingressos seria a desvalorização da moeda local, mas que tem limites impostos pelo próprio volume da produção interna e por tratados e sistemas de cotas internacionais. Por fim, a outra forma de obter recursos é a própria emissão de moeda local, que resulta fatalmente em um processo inflacionário que pode desajustar a produção e, ao fim e ao cabo, não resultar em aumento de recursos.

Num contexto de dificuldade de obtenção de recursos, caracterizado por uma marcada fragilidade das forças produtivas, em que a gestão sobre o dinheiro não atinge a todos de maneira razoavelmente uniforme, a *questão da austeridade* passa a fazer parte de um discurso recorrente na periferia. Sob a ótica de Evers (1989: 150) a redução resultante em certas funções estatais:

[C]omeça pelas condições gerais de reprodução da força trabalhadora e pelo apoio compensatório aos setores mais débeis da burguesia, agudizando a heterogeneidade estrutural da sociedade nacional e acentuando seu caráter de classe. O descumprimento de funções estatais significa retransferir a crise para a sociedade, a qual ao produzi-la já deu provas de ser incapaz de evitá-la por si só e deixar a solução precisamente em mãos daqueles mecanismos que originaram a crise.

Sob o aspecto da mediação das relações sociais o *direito* na periferia, dadas as disparidades existentes no estado periférico, acaba não conseguindo cumprir com suas funções clássicas. Neste sentido Evers (1989: 150) destaca que:

O princípio formal do estado burguês se revela assim como que oco e inoperante exatamente em sua expressão mais típica e deificada, o direito comum e abstratamente igual. Ao produzir efeitos tão abstratamente parciais e materialmente desiguais, a lei perde sua capacidade de dissimular o interesse de classe que se expressa na ação estatal.

O direito só opera seu efeito plenamente com mediador das relações sociais quando se desenrola entre proprietários abstratamente livres e iguais de mercadorias.

O recurso aplicado no meio de ação estatal denominado *direito* só se justifica socialmente se influir no comportamento do indivíduo. Mas Evers (1989: 151) salienta que: “O problema das sociedades heterogêneas reside precisamente em que qualquer lei geral leva uma maior ou menor carga de impossibilidade de realização”.

Neste sentido a lei não consegue expressar os fatos reais como algo comum a todos e acaba não dissimulando o caráter de classe da sociedade e do estado.

Uma vez que o dinheiro e o direito se tornam inoperantes o estado precisa lançar mão de meios que atinjam diretamente o comportamento social dos indivíduos: ideologia e violência.

A *ideologia* aparece então como uma forma de garantir a aparência de igualdade, uma vez que na reprodução capitalista na periferia a desigualdade fica patente. Entretanto, mesmo a produção ideológica já não é suficiente para garantir a subserviência: a exigência do cumprimento das promessas, por si só, acaba solapando o papel da ideologia. Neste sentido Evers (1989: 154) afirma que:

[O]s produtores de ideologia não escapam a um dilema: quanto mais sugerem que o sistema burguês está intacto e é proveitoso, tanto mais prementes se fazem as demandas por uma liberdade e igualdade reais. (...) Os protestos contra o *status quo* não surgem tanto em função de que as massas se tenham dado conta da ilusão das promessas do sistema burguês senão que, ao contrário, por tomá-las ao pé da letra.

Sob o capitalismo periférico a aparência de generalidade das normas é muito mais difícil, o que resulta numa legitimidade sempre parcial, difusa e precária. A própria intervenção direta do estado, mesmo frente a um contexto reprodutivo fragmentado, não-homogêneo, acaba explicitando a finalidade concreta das ações, indicando seu caráter de não-generalidade e, portanto, de classe.

Sobre os elementos de legitimação da dominação burguesa Evers (1989: 156) salienta que:

[A] dominação burguesa tem que se legitimar pelo papel histórico da burguesia como protagonista da revolução anti-feudal e do desenvolvimento das forças produtivas e por sua posição como personificação dos meios de produção sociais. Aparece legitimada à medida em que consegue garantir um processo de reprodução social fluída e que inclui a garantia de que a força de trabalho pode se vender por seu valor real no mercado.

Essa legitimação não se conforma adequadamente na periferia fundamentalmente em função de que a sociedade local está submetida aos interesses estrangeiros. Ou melhor, a burguesia local tem muita dificuldade em se legitimar como dominadora e isso se deve à sua débil participação no contexto reprodutivo local.

No contexto periférico o objetivo central que aparece como legitimador do interesse geral é a promessa de superação do subdesenvolvimento. Os portadores dessa promessa até se legitimam nacionalmente. O processo de superação do subdesenvolvimento se converte em objeto de interesse nacional e em fundamento de legitimidade material.

Por fim, em função da fragmentação dos fundamentos da sociedade é impossível que haja um sistema ideológico coerente na periferia.

O maior recurso à *violência* seria na verdade uma expressão da debilidade funcional do estado periférico.⁴³ E esta debilidade funcional decorre da própria materialidade,

⁴³ Neste sentido Evers (1989: 163) destaca que:

como já se disse, sobre a qual se assenta este estado, o qual se distancia das formas correspondentes às assumidas no centro. Isto não é gratuito e se deve ao seguinte (EVERS, 1989: 197):

O mesmo processo de produção e reprodução capitalista exige e produz o proprietário de mercadoria livre e igual. Com isso, também produz a tendência para um cidadão com igualdade perante a lei. Todas as construções institucionais que interferem com esta tendência são, pois, fontes de contradições. Ao garantir o estado o sistema capitalista, faz também com que continuem surgindo as demandas de emancipação política.

Um estado que em seus meios de ação rompe sistematicamente a esfera de circulação renuncia com isso a aparência de neutralidade social. Põe-se então na necessidade de justificar materialmente cada uma de suas medidas; quando não pode fazê-lo, sua capacidade de se fazer obedecer depende exclusivamente de sua capacidade coativa. Qualquer rachadura no aparato repressivo ameaça então a existência mesma do sistema.

O sistema capitalista na periferia apresenta mais um problema crônico: a impossibilidade de uma integração duradoura ao sistema da classe trabalhadora em particular e das classes dominadas em geral. Também em decorrência disto a violência passa a ser estrutural na periferia. Nos momentos em que as contradições mais se agudizam se faz necessário o recurso ao regime ditatorial. Quando as organizações das classes dominadas estão em condições de difícil operação o regime democrático pode ser adotado, mas sempre de forma restrita e, mesmo assim, com a permanente ameaça do aparelho repressor que se mantém intocado por um bom tempo após a abertura dos regimes.

É perfeitamente aceitável então a discussão do alcance da democracia que se estabelece na periferia. Ela jamais poderá ser do tipo da que acontece no centro, uma vez que diz respeito a uma estrutura social heterogênea e muito mais excludente.

“Enquanto os meios regulatórios da circulação – dinheiro e direito - tratam de modificar os parâmetros do comportamento social e de atacar com isso as causas das crises (caindo sistematicamente fora de seu alcance as causas últimas implicadas na esfera da produção) e enquanto o meio da ideologia modifique, ainda que não a realidade, ao menos a sua percepção, a repressão não tenciona remediar as causas dos conflitos – opera exclusivamente sobre suas conseqüências ao obrigar aos agentes sociais a se comportarem como se as crises não existissem, independentemente de sua continuidade. Quer dizer que a repressão tem a vantagem, em comparação com todos os demais, de ser o meio mais eficaz e direto para fazer desaparecer os sintomas das crises.”

4 A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E A LUTA PELA HEGEMONIA NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA.

No presente capítulo são apontados alguns elementos que dizem respeito às finanças e que influem de maneira importante na disputa por uma melhor posição no sistema interestatal da economia-mundo capitalista. Discute-se também a recente “democratização” no Brasil e como ela esteve relacionada com a continuidade e aprofundamento de nossa condição periférica. A questão não é de uma democracia sem adjetivações, mas de qual democracia se quer.

Após já extensamente demonstrada a importância da atuação do estado na disputa por uma melhor posição na hierarquia da economia-mundo (histórica e teoricamente), pretendo discutir o conteúdo da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a impropriedade de se conferir estatuto legal a um único pensamento em termos de teoria econômica. A LRF diminui o raio de manobra das políticas econômicas e nos impossibilita de qualquer disputa pela hegemonia: é a renúncia total. Ao fazer isso as elites estão a engessar a ação do estado, dificultando as possibilidades de disputa por uma posição hierárquica superior na estrutura da economia-mundo (ou dificultando aquilo que a vertente keynesiana tem denominado de uma busca pelo desenvolvimento nacional).

Esta questão passa por uma discussão, em linhas gerais, das políticas acordadas com o FMI para obtenção dos recursos necessários ao fechamento das contas do balanço de pagamentos, de como estas políticas apontavam para um debilitamento maior dos estados periféricos em prol do reforço da posição norte-americana, culminando na adoção no Brasil da chamada LRF (cujo objetivo é a manutenção do equilíbrio orçamentário a qualquer custo, portanto a rendição à política de hegemonia do centro). Aliás, Paraguai (Lei nº 1535/99) e Peru (Lei nº 27245/99) também editaram leis com conteúdo semelhante. Por fim, discute-se a democracia possível de ser construída nestas condições.

Como será indicado, a dupla FMI/BIRD tem cumprido um papel de fortalecimento da posição do estado norte-americano na economia-mundo, é um instrumento de sua disputa pela manutenção da hegemonia. Algo, aliás, que já havia sido apontado no capítulo 2, mas que abrangia também outras instituições de caráter supranacional (ARRIGHI, 1996: 343):

Já durante o governo Reagan, e contrariando suas intenções originais, o FMI foi autorizado a funcionar no papel de 'ministério das finanças mundiais'. No governo

Bush, esse papel foi reforçado e, o que é mais importante, o Conselho de Segurança da ONU foi autorizado a exercer o papel de 'ministério de policiamento mundial'. E, ao longo desses dois governos, as reuniões regulares do Grupo dos Sete tornaram esse órgão cada vez mais parecido com um comitê de administração dos assuntos comuns da burguesia mundial. (grifos do autor)

4.1 O NEOLIBERALISMO E AS INSTITUIÇÕES DE BRETTON WOODS

Sob a batuta da dupla Reagan-Thatcher, desde o início dos anos 1980 o pensamento econômico dominante mundialmente passou do abandono das políticas keynesianas à adoção de uma moda liberalizante conhecida como neoliberalismo, numa alusão a uma onda semelhante perpassada mundialmente na década de 1920, a qual mergulhara o mundo na crise de 1929.

Tentando reverter o enfraquecimento de sua moeda nacional frente a concorrência que a Europa e o Japão lhes apresentava os Estados Unidos optaram por operar uma elevação da sua taxa de juros, aumentando abruptamente os serviços das dívidas externas contraídas pelos países periféricos, contratadas que estavam a taxas de juros flutuantes. Tal movimento operou uma sangria de capital de circulação em direção ao centro, mas teve como contrapartida a crise da dívida, que estourou inicialmente no México em 1982.

Como tivesse ocorrido uma sucessão de quebras o FMI - após uma década de participação inexpressiva, já que era a banca privada quem estava a abastecer a oferta de créditos até então - foi chamado a operar o condicionamento dos países devedores. Afinal, os credores não estavam conseguindo proceder a uma coordenação unificada que lhes permitisse cumprir um papel de credor único frente às nações soberanas dada a diversidade dos interesses envolvidos.

Esta onda neoliberal constituía na adoção de políticas na periferia que lhes permitissem, basicamente, pagar os encargos da dívida externa. E este objetivo, num contexto de restrição a novos financiamentos, só poderia ser alcançado com um superávit na balança comercial, que significava, uma vez que havia restrições ao déficit público, uma diminuição do mercado interno. Acontece que os superávits comerciais acabavam por gerar uma expansão monetária interna, agravando o problema inflacionário e levando a tentativa de políticas que buscavam enxugar a base monetária, sob o diagnóstico de que o problema

inflacionário era essencialmente de cunho monetário. O resultado final interno era recessivo e, a médio e longo prazo, contraproducente a própria continuidade do pagamento da dívida⁴⁴.

Hinkelammert (1989: 18) denomina este mecanismo de “automatismo da dívida”, que a torna impagável. Cita o dado de que entre 1982 e 1986 a América Latina tinha pago tão somente a metade dos juros devidos, enquanto a América Central nada conseguiu pagar (a parte não paga era capitalizada).

Toussaint (2003) apresenta dados que cobrem um período maior e confirmam a tese do “automatismo da dívida”. Entre 1982 e 2000 a América Latina pagou a título do serviço da dívida US\$ 1,452 trilhão, mais de quatro vezes o estoque total de sua dívida que se elevava a US\$ 333,2 bilhões em 1982. Embora a América Latina já tenha pago este serviço, a dívida só fez crescer: de US\$ 257.374 milhões em 1980, saltou para US\$ 789.398 milhões em 2002. Um incremento de 206,71%.

Este mecanismo, que opera o “automatismo da dívida”, se alimenta da impossibilidade mesma de seu pagamento. Ao mesmo tempo que se torna impagável, a dívida confere aos prestamistas um poder de controle sobre as políticas econômicas dos prestatários.

A condição real para o pagamento da dívida seria o aceite de um saldo comercial negativo por parte do país prestamista, igual ao saldo positivo da América Latina. Mas nada existe que obrigue o emprestador a aceitá-lo e freqüentemente não o aceita no montante necessário, levando à impossibilidade do pagamento da dívida.

Isto permite impor um condicionamento ao devedor, o qual é patrocinado pelo FMI/BIRD e que se traduz em direcionar a economia à produção de produtos exportáveis, geradores de divisas. Só que esta política resulta numa produção excessiva de bens, levando a uma deterioração dos termos de intercâmbio, o que provoca um maior esforço de produção para tentar pagar a dívida.

Vejam os como as instituições advindas do Acordo de Bretton Woods operaram o condicionamento dos países periféricos a partir da crise da dívida da década de 1980, para

⁴⁴ Traçando uma discussão quanto ao conteúdo do ‘modelo fundomonetarista’ e sua compreensão, Lichtensztein e Baer (1987: 108-9) vão destacar que isto precisa ser colocado sob uma perspectiva da lógica do poder mundial e não sob uma ótica dos critérios macroeconômicos convencionais:

“A partir dos esforços renovadores que, nesse sentido, representam os enfoques estruturalistas e da dependência da América Latina, diversos autores anglo-saxões reconheceram ultimamente a necessidade de adotar enfoques analíticos mais heterodoxos para compreender o papel do FMI como expressão de uma estrutura de poder controlada pelos grandes países industrializados. Esse espírito crítico surge igualmente em posições acadêmicas neo-estruturalistas que, com rigor quantitativo, trataram de demonstrar que tais políticas na sua linha tradicional propendem à recessão (antes que à expansão econômica), atacam a inflação (mais do que a atenuam) e contribuem regressivamente para a distribuição da renda e o emprego (por oposição aos seus postulados de maior equidade)”.

mais adiante percebermos como esta longa construção de políticas econômicas desembocou nas linhas gerais dominantes sob o Consenso de Washington.

Diga-se, antes de tudo, que estas instituições são um instrumento do exercício da hegemonia estadunidense sobre o sistema interestatal da economia-mundo capitalista. Tanto é assim que as propostas de Keynes, em contraposição as de White (que representava o governo norte-americano), foram todas, em essência, derrotadas no convênio constitutivo das entidades.

Esta posição é partilhada com Lichtensztein e Baer (1987: 34), que afirmam categoricamente:

[O] sistema monetário internacional se reorganizou em Bretton Woods baseado no poder econômico, financeiro e político dos Estados Unidos, estendendo internacionalmente a hegemonia de sua moeda e de suas políticas. Neste sentido, pode-se afirmar que o FMI e o Banco Mundial – mais que reguladores do sistema de relações internacionais – foram inicialmente forjados como instrumentos dessa dominação norte-americana. A grande diferença do passado inglês é que essa hegemonia conseguiu legitimar-se em instituições e mecanismos multilaterais que se definiram, se proclamaram e até hoje se projetam como de cooperação mundial.

Mais adiante os autores acrescentam (LICHTENSZTEJN E BAER, 1987: 37):

O FMI deixou bem para trás, se é que alguma vez a exerceu efetivamente, sua função de protagonista e regulador do sistema monetário internacional. Em compensação, mantém firme sua atuação de vigilância e condicionamento das políticas econômicas dos países deficitários e, especialmente, dos subdesenvolvidos. [A]rticulado com as visões globais do grande capital financeiro internacional, o FMI tem insistido em suas propostas recessivas, aguçado as condições instáveis e especulativas do sistema monetário, e continua defendendo as desigualdades da estrutura econômica internacional.

A partir da crise mais aguda de 1982 o FMI passa a ser o instrumento de intervenção do centro sobre os países periféricos. É o período caracterizado por Lichtensztein e Baer (1987) como de auge das políticas de condicionamento e das mudanças estruturais propostas pela dupla FMI/BIRD. O início da década de 1990 é marcado pela reunião destas políticas sob o chamado Consenso de Washington.

Como indicado no capítulo 2 desta dissertação, a crise dos anos 70 levou a uma alteração na linha condutora que construiu a hegemonia norte-americana na economia mundial. Houve uma perda progressiva de controle do estado sobre as altas finanças, tendo chegado um momento (1978) em que se instaurou uma crise de confiança em torno do dólar estadunidense em decorrência do expansionismo monetário anterior.

Por um lado, foram criados o Sistema Monetário Europeu e a Unidade Monetária Européia (1978), por outro, os EUA buscaram um acordo com a comunidade cosmopolita

financeira liderada pelos banqueiros dos próprios EUA que controlavam o mercado de eurodivisas.

A idéia do governo norte-americano era poder transformar o mercado de eurodivisas, no qual atuavam as grandes empresas e bancos estadunidenses, numa arma importante na sua busca global de poder (ARRIGHI, 1996: 330).

Nesta situação as políticas econômicas passaram a considerar a necessidade do respeito aos ditames da moeda forte, resultando, nas palavras de Arrighi (1996: 334), em que:

A recentralização do poder de compra nos EUA logrou, quase instantaneamente, o que o poderio militar do país, agindo sozinho, não conseguiria fazer. Os efeitos devastadores das políticas monetárias restritivas norte-americanas, das altas finanças, das altas taxas de juros e da desregulamentação logo colocaram os países do Terceiro Mundo de joelhos.

O efeito resultante do aperto nas políticas monetárias norte-americanas nos anos 1980 foi a redução na demanda por produtos oriundos do Terceiro Mundo. Arrighi (1996: 355), citando dados da ONU (1990) e de Frieden (1987), mostra que os preços reais das exportações de produtos dos países do sul declinaram cerca de 40% e o dos produtores de petróleo algo como 50%, entre 1980/88. Por outro lado, esta política monetária conduziu ao salto de 11% em 1977 para 20% em 1981 verificado na LIBOR (taxa londrina interbancária) para o euromercado. Isto ampliou o pagamento dos serviços das dívidas externas. Apenas os juros das dívidas dos países latino-americanos subiram de menos de 1/3 das suas exportações (em 1977) para quase 2/3 (em 1982).

Mesmo com as políticas monetárias restritivas nos EUA a fase expansiva do crédito internacional foi até 1982 (LICHTENSZTEJN e BAER, 1987). Da segunda metade da década de 1970 até 1982 a expansão do crédito internacional, em sua maior parte proveniente dos bancos privados, acabou por criar uma situação em que as dívidas contraídas já não tinham qualquer relação com a capacidade de pagamento do devedor e novas dívidas financiavam os serviços das antigas⁴⁵.

Entretanto, a crise mexicana de 1982 pôs um basta neste círculo, impingindo cortes nos novos créditos e uma nova situação de condicionalidade às políticas econômicas dos devedores, em especial à América Latina. Estas novas condicionalidades não se limitavam a meras políticas de ajuste macroeconômico e de contenção inflacionária, mas

⁴⁵ Sobre o estancamento no fluxo dos recursos Lichtensztein e Baer (1987: 124) afirmam que:

“A dívida externa transformada crescentemente em um capital fictício exigia, como tal, a certa altura, confirmar o seu valor como fluxo atualizado de juros. Como ocorre de certa maneira com as ações das empresas, não é então o pagamento do principal o que está essencialmente em jogo, mas a capacidade de pagamento de suas rendas. A contração do crédito internacional em 1982 veio justamente fechar as vias de uma capitalização automática dos juros e abrir o capítulo de sua realização ou pagamento efetivo.”

impunham conformações no ‘campo estrutural’ permitindo uma valorização do capital transnacional no âmbito produtivo local, capital este do qual em última instância fazia parte também o capital financeiro emprestado anteriormente.

O termo “mudança estrutural” aqui assume um significado totalmente diferente daquele embutido no pensamento cepalino, o qual propugnava por políticas de desenvolvimento para a América Latina a partir das necessidades locais, contrariamente ao imposto pela dupla FMI/BIRD, cujo ponto de vista assumido representa os interesses da banca mundial. As reformas de base (reforma agrária, desenvolvimento industrial com ampla participação do estado e do capital nacional, integração regional e nacional, com visão a partir da situação nacional) desfrutavam de amplo apoio popular, vide as grandes marchas promovidas no Brasil.

As reformas atuais também contemplam manifestações, mas, desta feita, de repúdio. São reformas que prejudicam os de baixo e sem um conteúdo nacional claro, até porque, como já se salientou, a dupla FMI/BIRD têm imposto políticas de condicionalidade que visam a garantir as melhores situações de operação do sistema mundial em prol dos estados do centro.

O termo “ajuste estrutural” ou “mudança estrutural” fazia parte do debate em torno da problemática do desenvolvimento dos anos 50 e 60. Hinkelammert (1989) salienta que a partir de 1982, quando os bancos comerciais decidem começar a cobrar a dívida Latino-americana, passou a ser necessária uma alteração profunda nas estruturas da economia do Continente. Nas condições postas pelas estruturas de desenvolvimento criadas este pagamento não seria possível. Daí o FMI e o BIRD passam a falar em “mudança estrutural”, se apropriam de um termo que era caro às esquerdas no Continente, que tinha uma conotação de desenvolvimento econômico e social então.

Nos termos de Hinkelammert (1989: 27):

Reinterpretaram essa mudança de estruturas. Tratava-se de uma mudança que adiava as tarefas do desenvolvimento do continente em função de uma radicalização do capitalismo para substituir o capitalismo intervencionista e organizado das décadas de 50 e 60 por um capitalismo desnudo e anti-social.

Mais adiante acrescenta que (HINKELAMMERT, 1989: 28):

Ajuste estrutural significa agora: transformação da América Latina em função de um capitalismo extremo capaz de transferir para os países do centro um máximo de excedentes. A denominação “ajuste estrutural” se refere a esta política, que põe a transformação do capitalismo em direção ao mercado total a serviço da transferência de um excedente máximo para os centros do mundo capitalista.

Operar este “ajuste” significava voltar a economia latino-americana à produção de exportáveis, deslocando o eixo do mercado interno.

É neste quadro da crise de 1982 que o FMI retoma um papel importante nas renegociações da dívida externa, mas numa situação de aplicação mais ampliada das suas condicionalidades em que a crise abarcou o conjunto da América Latina e da África. Não se pretendia inicialmente fazer qualquer concessão em termos da dívida contratada, em franco contraste com situação semelhante vivida no passado.

Neste sentido vale lembrar com Batista Jr. os termos em que o Brasil negociou sua dívida em fins do século XIX e como as dívidas de guerra dos aliados foram tratadas. Diz o autor (BATISTA JR., 1994: 113-4) numa citação longa, mas que vale reproduzir:

O Brasil obteve de seus bancos credores, em 1898, um *funding loan* com 63 anos para amortização e 13 anos de carência. Na década de 20, os Estados Unidos e a Inglaterra, embora com algum atraso, acabariam consolidando as dívidas de guerra interaliadas nos mesmos prazos do referido *funding* brasileiro e com taxas de juros fortemente subsidiadas. Ambos os governos se mostrariam adicionalmente muito flexíveis ao outorgarem reduções drásticas do principal, as quais atingiriam, em alguns casos, a 80% do estoque da dívida (Itália) e nunca foram menores que 35% (Iugoslávia).

(...)

Em 1946, os Estados Unidos reagiram ainda mais prontamente que ao final da I Guerra Mundial. Das dívidas contraídas pela Inglaterra e pela União Soviética sob o Programa ‘Lend-lease’ cobrariam apenas 5% e 10% do seu valor, ou seja, perdoariam US\$ 20,5 bilhões no primeiro caso e US\$ 10 bilhões no segundo. Somadas, tais cifras equivaleriam a cerca de 15% do PIB norte-americano na ocasião, ou seja, corresponderiam, em valores atuais, à impressionante cifra de US\$ 750 bilhões.

Em 1953, os Estados Unidos acabariam mais uma vez por não reivindicar reparações da Alemanha novamente derrotada. Interessados na recuperação da República Federal, no contexto da guerra fria, Washington reduziria em 2/3 a dívida alemã de pré-guerra e concederia mais 35 anos de prazo de amortização, a juros favorecidos, do saldo remanescente de 1/3. Isso não obstante tratar-se de dívida que havia sido objeto de moratória unilateral, ao ter a Alemanha suspenso seu pagamento vinte anos antes.

A reemergência do FMI no papel de negociador obedeceu muito mais ao contexto conjuntural de natureza política (dada a dificuldade de os credores operarem de maneira unificada a negociação da dívida) e às próprias mudanças nos mercados internacionais de capitais (as dificuldades de os devedores honrarem com os compromissos).

Os emprestadores funcionaram como um credor coletivo mas, dada a multiplicidade dos interesses envolvidos, não conseguiram operar como um negociador coletivo. É difícil imaginar um banco privado ou um conjunto de bancos privados impondo a condução das políticas econômicas diretamente a uma nação de porte médio sem causar

dificuldades de monta ao grupo para a condução/implementação dessas políticas⁴⁶. Nesta conjuntura o FMI operou uma reunião dos credores e o disciplinamento de um grupo de descontentes e conformou sobre os devedores as novas políticas de condicionalidades.

Estes condicionamentos foram centrados no combate ao financiamento externo líquido negativo com o agravamento da depressão econômica e no preparo das condições para a “mudança estrutural”. Neste momento passou a haver um foco maior nos objetivos finais, com o Fundo fazendo uma série de concessões quanto aos meios utilizados. Neste sentido é que se entende a afirmação de Lichtensztein e Baer (1987: 136):

[A] aparente contradição entre muitas das políticas cambiais e de comércio exterior atualmente na América Latina e os princípios tradicionalmente propugnados pelo FMI desaparece à luz da prioridade concedida a todos aqueles mecanismos capazes de favorecer o objetivo básico das políticas de ajuste: a realização ou cobrança efetiva da dívida externa por parte dos bancos internacionais.

Mas, além disso, há as políticas de “mudança estrutural” (no sentido antes ressalvado), agora propugnadas pelo FMI e Banco Mundial. E elas atacavam em três direções inter-relacionadas: (i) estratégias de crescimento com base nas exportações, subordinando todas as políticas econômicas; (ii) revisão das restrições internas aos investimentos estrangeiros, ampliando a abertura da economia, a remessa de lucros e a atuação em setores antes cativos ao capital nacional; (iii) diminuição da presença estatal nas atividades produtivas, abrindo espaço ao investimento privado.

A ação do FMI acaba tendo, então, uma conotação de fundo político, uma vez que implica numa condução de política de desenvolvimento oposta ao que os países devedores pretendiam empreender num contexto de democracia. Além disso, acaba por sustentar os regimes políticos que aprofundam o grau de dependência econômica, política e social e a grande exclusão. Por fim, à medida que setores dominantes locais não se contrapõem, contentando-se em serem sócios menores, ao patrocinarem tais políticas contribuem para obscurecer o papel efetivo do FMI/BIRD e dos capitais financeiros internacionais neste processo, findando por vincular, no limite, a pretensa democracia na América Latina a um regime excludente e incapaz de resolver as carências essenciais da sua população.

Vejamos em linhas bastante amplas as políticas firmadas no âmbito do chamado Consenso de Washington e poderemos então ter uma perspectiva histórica de como estas políticas são um corolário do receituário adotado pelo FMI/BIRD desde a crise de 1982.

⁴⁶ O governador do FMI pela Alemanha teria declarado em 1982 que (Lichtensztein e Baer, 1987: 127): “O FMI é a nossa única esperança. O FMI é a única instituição que pode emprestar dinheiro e colocar condições para fazê-lo. Nenhum governo pode realizar isso e tampouco nenhum banco.”

Antes porém, é importante lembrar que em decorrência da política do dólar forte adotada no início dos anos 1980 os Estados Unidos passaram a apresentar recorrentes déficits comerciais, década em que a economia japonesa apresentou um desempenho econômico invejável.

A proposição do Plano Brady (fins de 1988), que previa uma consolidação da dívida antiga e sua substituição por uma nova a longo prazo e reduzida em até 35% (cfe. Batista Jr. a redução efetiva teria ficado em não mais que 20%), num momento em que os principais credores da América Latina já haviam recomposto suas reservas e diminuído o grau de exposição em relação aos devedores da região, representou uma guinada em direção aos interesses dos setores exportadores do centro uma vez que o Banco Mundial⁴⁷ passou a endossar o condicionamento dos empréstimos à prévia adoção de políticas unilaterais de abertura comercial⁴⁸.

A linha mestra do Consenso de Washington era a de garantir o maior fluxo mundial possível de capitais mediante a supremacia absoluta do mercado auto-regulável, tanto interna quanto externamente, e isto seria promovido mediante duas providências centrais: a debilitação do estado (que se expressou também como uma significativa diminuição do seu tamanho) e uma ampla abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco. Trata-se aqui, antes de mais nada, de debilitar a atuação do estado periférico.

Segundo o Consenso o equilíbrio das contas públicas era necessário ao combate à inflação. Neste pressuposto inicial está a origem da justificativa à edição da “lei de responsabilidade fiscal”.

A crítica keynesiana ao conteúdo da lei tem sido fundada no fato de se ter incluído neste equilíbrio as despesas com investimento estatal. Argumenta-se que isto é uma impropriedade pois os investimentos são importantes não só sob o aspecto dinamizador do desempenho econômico como também acabam por conformar as condições gerais de operação da economia periférica (como já visto com Evers no capítulo anterior o Estado tem

⁴⁷ Para uma visão mais ampla do papel do Banco ver tese de doutorado de Coelho (2002).

⁴⁸ Como resultado da abertura comercial operada ocorreu uma inversão nos fluxos do intercâmbio, cujos resultados em linhas gerais são bem colocados por Batista Jr. (1994: 118): “Entre 1989 e 1992, os Estados Unidos evoluíram, no seu comércio de mercadorias com os países sul-americanos e o México, de um déficit de US\$ 11,2 bilhões para um saldo da mesma ordem de grandeza, resultado conseguido, praticamente, dentro de um mesmo nível de intercâmbio global. O Brasil é um dos poucos a manter saldo positivo, embora apreciavelmente reduzido de US\$ 3,6 bilhões para US\$ 1,5 bilhões; o México passaria de um superávit de US\$ 2,2 bilhões para um saldo negativo de US\$ 11,6 bilhões.” Como se sabe, com a sobrevalorização do Real o Brasil passaria, mais tarde, a incorrer também em déficits comerciais crônicos.

que investir naquelas mercadorias que são um valor de uso necessário), contribuindo para sua existência mesma enquanto estado nacional.

Além deste aspecto, há a questão posta por Assis (2002) no que respeita à inclusão do investimento público no conceito de necessidades de financiamento do setor público (NFSP), o qual é utilizado para aferir o déficit público, sistemática adotada após os acordos firmados com o FMI já em meados dos anos 80. O autor vai ressaltar que se trata de um erro teórico, mas que não foi cometido por acaso; neste sentido (ASSIS, 2002: 130):

Do ponto de vista macroeconômico, isso é um contra-senso: o investimento de uma estatal financiado por empréstimos tem um impacto mínimo sobre as reservas bancárias, pois meramente converte poupança financeira em investimento. Por outro lado, em termos macroeconômicos, o investimento de uma estatal, financiado por empréstimos, em nada difere do investimento privado equivalente. Na realidade, a pressão para reduzir esses investimentos-déficits nada mais é que uma pressão espúria pela privatização.

Mesmo reconhecendo a importância deste aspecto da discussão, o cerne da crítica tem que se situar no fato de que esta legislação é parte da estratégia de desviar o debate da asfixia que a dívida externa exerce sobre a América Latina e que só faz aprofundar sua situação periférica na economia-mundo. Os dados de Toussaint (2003) já apresentados, assim como o desempenho recente da região em termos econômicos assinalados pela CEPAL (2002: 09), são elucidativos. A taxa de crescimento do PIB *per capita* na última meia década (1998/2002) foi negativa na região, ficando em $-0,3\%$ a.a.

Quanto à privatização do estado, a qual foi defendida como uma forma de alcançar no curto prazo um equilíbrio fiscal, evitando recorrer a medidas inflacionárias ou tributárias, representava, na verdade, a abertura de um campo lucrativo para o setor privado. A privatização, além de não representar investimento novo, também significa a diminuição da possibilidade de o estado lançar mão de mais um instrumento de política industrial.

No que tange à abertura comercial a tendência, como realmente se processou em vários países, foi de uma fragilização da indústria nacional (onde esta existia), tendo resultado na transferência sobre a propriedade de alguns capitais e na centralização de outros (no processo de fusão e aquisição). Por outro lado, os produtos primários de exportação, onde a América Latina poderia ter alguma vantagem natural (nos marcos da teoria das vantagens comparativas), são fortemente subsidiados no centro, motivo pelo qual os ganhos tendem a ser menores.

Quanto à entrada de capitais de risco, ou do investimento externo direto, é importante lembrar que se tomado a taxas de juros fixos os empréstimos são sempre mais vantajosos (sob o ponto de vista do balanço de pagamentos), já que o IED implicará em uma

pressão permanente, mais adiante, pela remessa de lucros para a matriz, isto sem falar na importação, royalties, etc.

No que tange à política cambial e monetária o Consenso de Washington indicava a aplicação de taxas realistas que estimulassem as exportações, mas admitia, no contexto de planos de estabilização, a âncora cambial mesmo sob o risco de sobrevalorização. Esta foi uma exceção que se tornou regra e ajudou a manter a precária estabilidade da moeda na região, uma espécie de reedição localizada do padrão dólar-ouro. Ao mesmo tempo isto viabilizou aquela estratégia de, uma vez diminuído o grau de exposição do capital bancário ao endividamento Latino-Americano, favorecer o capital produtivo no centro uma vez que garantiu à região o poder de gasto necessário para importar. Na verdade, se trata aqui de um mesmo capital, dadas as participações societárias cruzadas, o que muda é a órbita privilegiada de acumulação.

Mas o combate à inflação a qualquer custo e o foco na estabilidade da economia não poderiam ter sido vistos como um fim em si. Teriam que ser adotados como um ponto a partir do qual se conformariam as condições para uma melhora de posição na hierarquia do sistema interestatal. Isto significaria a não capitulação aos cânones do livre-mercado e das altas finanças, em detrimento de políticas de crescimento econômico e de combate ao desemprego.

Ouriques (1997: 97) reproduz importante passagem de Galbraith (1996) em que este insuspeito autor indica o significado da necessidade do combate à inflação, explicitando que ela interessa ao mundo financeiro em geral:

Todos que emprestam dinheiro desejam recebê-lo de volta com mais ou menos o mesmo poder de compra. A inflação compromete diretamente esse desejo... Evitar a inflação tem uma posição independente como um teste decisivo da qualidade da gestão financeira. A inflação lança uma longa sombra sobre essa gestão, mostrando que ela é imperfeita. Um diretor competente de um banco central é aquele que minimiza a inflação. Ele – esse não é um domínio de mulheres – não está sujeito a nenhum teste similar no que se refere ao desemprego.

Como se sabe, as alterações observadas no poder de compra da moeda causam modificações também na distribuição da riqueza gerada numa sociedade. Algo aliás que Keynes (1978) já havia ressaltado no entre-guerras: na verdade, em condições de ausência de correção monetária dos contratos firmados, se opera uma transferência de renda dos credores para os devedores.

Tanto inflação quanto deflação altas causam desarranjos na economia que devem ser combatidos para o bem da sociedade capitalista. Entretanto, uma vez alcançada a estabilização, refeitos os cálculos e operado o novo arranjo distributivo e produtivo é

essencial caminhar na busca do “desenvolvimento nacional” como condição para a manutenção da própria estabilidade.

Aqui o termo estabilidade não se resume apenas à economia, mas diz respeito à coesão social do estado e a busca do “desenvolvimento nacional” tem papel essencial nisto uma vez que reduz o desemprego. Keynes (1978: 24) é muito claro quanto a este aspecto:

Uma grande calmia deflacionária deve ser primeiro superada, antes que possa haver o menor perigo de uma política de desenvolvimento conduzir à inflação. Evocar o demônio da inflação como uma objeção à despesa de capital, nestes tempos [Keynes está a se referir a um momento de taxas altas de desemprego e de capacidade ociosa – JM], é como advertir dos perigos da excessiva corpulência a um paciente que se está extinguindo de magreza.

Uma vez que vingaram as políticas preconizadas no Consenso de Washington, não apenas no Brasil como em toda a América Latina, observou-se taxas de crescimento do PIB per capita negativas na última meia década (1998/2002) na região, a qual ficou em $-0,3\%$ a.a. (CEPAL, 2002:09). No Brasil este desempenho ficou em $0,3\%$ a.a., enquanto a taxa de desemprego recente está batendo à casa dos 20% .

É assim que a política adotada fez colocar o movimento sindical de joelhos, desnacionalizou parte importante do setor produtivo (tanto privado como estatal) na região e não conformou uma coesão social que permitisse sair da posição periférica ocupada na economia-mundo capitalista.

Como em outros países da América Latina, no Brasil foi editada uma legislação que aprofunda a renúncia de nossas elites àquele embate por uma melhor posição no sistema interestatal. Por aqui esta opção foi se conformando ideologicamente, *pari passu* a adoção das medidas preconizadas no Consenso de Washington.

E a mudança do diagnóstico de nosso principal problema por parte de um economista-ministro como Bresser Pereira é ilustrativa desta questão. Ministro nos governos Sarney e FHC, Bresser, após quase 10 anos defendendo que a dívida externa era o principal dos nossos males, era o imbróglio central a ser resolvido para a obtenção do necessário ajuste fiscal, passou a defender (já no governo FHC) que o problema, em essência, era a ineficiência estatal, a qual seria combatida pela via do arrocho salarial sobre os funcionários públicos e as reformas no estado. A questão da dívida perdeu a centralidade no debate (OURIQUES, 1987: 96-102).

É neste contexto que se conforma a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual será objeto de discussão na seqüência.

4.2 SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, que firmou normas para as finanças públicas, foi definida, constando inclusive no próprio texto legal, como tendo estabelecido os parâmetros aceitáveis para uma gestão fiscal responsável. Daí ficar conhecida como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Dela se depreende que a gestão fiscal responsável deve passar necessariamente pela busca do equilíbrio das contas públicas (cfe. mencionado no § 1º do seu artigo 1º). Diversos dispositivos apontam para a obrigatoriedade de planejamento e transparência na gestão dos recursos públicos, o que realmente é extremamente necessário para uma gestão responsável.

No entanto, confundir gestão fiscal responsável com o equilíbrio das contas públicas é, no mínimo, uma insensatez que remete à crença popular de que a economia como um todo tem que operar como se fosse uma economia doméstica (no melhor estilo Miriam Leitão), em que numa casa não se pode gastar mais do que se ganha em termos de renda doméstica.

Desconsidera-se o fato de o ciclo econômico ser uma característica da economia e ainda toda a lição histórica do pós-guerras em que a ação do estado, através do gasto público, deficitário, liberou a liquidez necessária ao *boom* da economia mundial que se assistiu na seqüência, com o keynesianismo triunfante.

Entretanto, como demonstrado no Capítulo 2, esta retomada dos anos 1950 se deu em condições especiais de estruturação de um mundo em reconstrução, com forte controle da nação hegemônica sobre as altas finanças e com ampla atuação do estado. Mas, numa situação em que não se recompõem um novo ciclo sistêmico de acumulação mundial, mesmo com a economia em recessão e com o subemprego graçando, déficits públicos recorrentes acabam não sendo suficientes para mover a economia nacional, como está a demonstrar o caso do Japão dos anos 1990. Parece mais apropriado falar, com Wallerstein, que não é a nação que se desenvolve, mas a região e a economia-mundo.

Com a crise mundial dos anos 70 e o descontrole subsequente sobre as altas finanças o liberalismo econômico renovado sob o nome de neoliberalismo volta a tona nos anos 80, capitaneado, tanto lá como cá, pela nação hegemônica e seus parceiros. As instituições resultantes do acordo de Bretton Woods, como demonstrado, são instrumento dos

Estados Unidos na proteção às altas finanças mundiais que são, em última instância quem se beneficiam do seu déficit público e da conta corrente do balanço de pagamentos.

Vem então a pergunta: como pode o déficit em si ser um mal se a maior economia do mundo recorre constantemente a ele? Para nos restringirmos apenas ao período mais recente, no caso dos EUA foi assim desde 1985 até 1994, sendo que o último ano de 2002 voltou a apresentar um resultado primário fiscal negativo do governo (tabela 30 do Economic Outlook, nº 73 – OECD, 2003).

O que a nação hegemônica está a demonstrar é que faz um uso pragmático do déficit, conforme avalie ser mais conveniente aos seus interesses pela disputa da proeminência na economia-mundo. Não parece haver aqui outro padrão de comportamento.

Saliente-se, inclusive, que o déficit primário ocorreu fundamentalmente em gestões do Partido Republicano (em tese o mais conservador e defensor da austeridade) e agora que retomou o poder incorre novamente nesta política, no entanto, sob o Partido Democrático (tido como o mais progressista) o governo apresentou superávits orçamentários.

Assis (2002: 138) lembra que já desde o Tratado de Maastricht a União Européia adotou como limite de déficit nominal 3% do PIB e para a dívida pública o comprometimento de até 60% do PIB. Ou seja, não se fala em equilíbrio orçamentário no centro.

Enquanto isto, no Brasil, se está a engessar a atuação do estado ao limitar o raio de manobra das políticas econômicas com a edição de uma LRF, não bastassem as já existentes limitações estruturais. Assis (2002: 133) resume bem a situação:

A sacralização da idéia de que o déficit público sempre deve ser evitado, independentemente das condições da economia, no Brasil tem suas expressões máximas nos acordos com o FMI e na Lei de Responsabilidade Fiscal – um desses extraordinários expedientes de manipulação da opinião pública. Dando-se a uma lei de contração fiscal-financeira o pomposo nome de lei de responsabilidade fiscal, a imensa maioria do público, que nada entende de sistema fiscal nem de finanças públicas mas quer responsabilidade de gestão dos governantes, acha que tem diante de si, efetivamente, uma lei de responsabilidade, e que os problemas de administração fiscal ficam por isso resolvidos.

Para uma idéia do pragmatismo que opera na gestão das políticas públicas no centro e como elas estão a serviço da busca pela hegemonia mundial - em contraposição a visão ideológica de que há sempre uma coerência teórica em relação a determinada corrente do pensamento econômico - vale citar as declarações do ministro francês das finanças reproduzidas em artigo de Gilson Schwartz (Folha de São Paulo, de 20/10/02, B-2), as quais, de resto, demonstram bem o que está em jogo:

Dez dias antes das declarações de Prodi (Presidente da Comissão Européia que teria criticado as rígidas regras do Tratado de Maastricht quanto a limitações do déficit e do montante da dívida pública em relação ao PIB - JM), Francis Mer declarava,

também ao jornal 'Le Monde', que 'decidimos que há outras prioridades para a França' acima do equilíbrio orçamentário. E quais prioridades são essas, fortes a ponto de levar o ministro das Finanças a ignorar solenemente a reverência à 'responsabilidade fiscal' que ganhou tantos adeptos fanáticos ao sul do Equador? 'Nós decidimos que há outras prioridades, por exemplo aumentar as despesas militares', declarou com toda a transparência o ministro. Se a França e a Inglaterra não derem o exemplo, afirma, 'jamais nossa Europa terá credibilidade no plano militar'. Para dar conta dessa prioridade, o jeito é empurrar para 2004 o programa de ajuste fiscal que deveria começar agora. Com relação ao déficit público, a França fará apenas 'o que for possível', resumiu o comandante das finanças francesas. Enquanto isso, os franceses comemoram a francofonia com amplo destaque para o mundo árabe que faz parte dessa família. Num momento em que o governo Bush leva ao extremo sua aposta na polarização contra setores populares do mundo árabe, o respeito francês (e, de resto, alemão) à 'responsabilidade fiscal' tem firmeza apenas enquanto não colocar em risco as prioridades estratégicas do Estado francês e de suas pretensões a contestar o império americano.

A LRF, na busca do propalado equilíbrio orçamentário, estabeleceu limites às despesas com pessoal dos diversos entes federados em relação às respectivas receitas correntes líquidas (50% na União e 60% nos demais membros da federação, cfe. Art. 19, incisos I ao III).

Como foi indicado no Capítulo 3, a conformação de uma burocracia que permita ao estado operar em condições de se garantir financeira e militarmente é elemento essencial para o fortalecimento do mesmo e para credenciá-lo na luta por uma posição melhor na hierarquia do sistema interestatal.

Acontece que o simples contingenciamento das despesas com pessoal, de resto uma rubrica das mais importantes do orçamento, por si só tem resultado, antes de mais nada, na liberação de recursos para cobrir despesas com pagamento da dívida, ao mesmo tempo em que tenderá a diminuir a efetividade do atendimento do estado seja quanto as suas funções sociais (educação, saúde, previdência e assistência), seja quanto as relacionadas às finanças e às armas. Ou, se quisermos nos ater à classificação adotada por Evers, as funções de garantir a inserção do estado no mercado mundial, a imposição das regras gerais de mercado, a garantia da disponibilidade da força de trabalho e das condições materiais gerais de reprodução, sem uma burocracia suficientemente qualificada e em número adequado sofrerão um óbice maior a sua efetivação.

Isto obviamente se insere na cantilena neoliberal dos anos 1980/90 de redução do tamanho do estado, mas que na periferia implica em restrições ampliadas a quaisquer tentativas de galgar uma melhor posição na economia-mundo. China e os Tigres Asiáticos têm, pelo contrário, apelado para uma forte e marcada atuação do estado, conseguindo uma inserção melhor nas cadeias mercantis das quais participam.

Outra questão importante da LRF foi o estabelecimento de uma limitação dos montantes da dívida pública e das operações de crédito dos entes federados (Seção II do Capítulo VI – Da Dívida e do Endividamento), impedindo-os de obter empréstimos além da capacidade de pagamento, medida que obviamente visa resguardar a integridade do sistema de crédito.

Isso torna o estado prisioneiro do capital e evita que se tenha que proceder a cálculos mais complicados de risco ou os diminui consideravelmente. Acrescente-se que a punição estabelecida às instituições financeiras que firmarem empréstimos sem atentarem para o fato de os entes demandantes estarem cumprindo os limites de endividamento estabelecidos (cfe. firmado no artigo 33 e §§) uma vez que restringe a competição pela oferta de fundos, evitando o rebaixamento dos custos dos empréstimos, portanto, da taxa de juros, indica, novamente, uma preocupação com a integridade mais ampla da operação do sistema de crédito como um todo.

Já foi dito anteriormente que o *funding* acordado com o Brasil em 1898 o foi em condições bastante diferentes em relação aos acordos firmados nas recentes décadas de 1980/90. Naquele momento se tratava de renegociar uma dívida de uma nação soberana que havia sido contraída na época do Império. Desta feita se estava a negociar uma dívida contraída pelo regime ditatorial, o qual teve ampla participação estadunidense para sua instalação, podendo ser seriamente questionada a legitimidade da obtenção dos empréstimos em relação aos interesses da nação.

Com a transição acordada pelo alto nada disso se fez. E mais, comprometeu-se a abertura dita democrática com a continuidade dos pagamentos da dívida externa. É como se o centro fizesse uma concessão em relação ao regime político adotado aqui, desde que os compromissos com o pagamento da dívida fossem honrados.

A questão posta a seguir é demonstrar que a democracia, por si só, não conforma a coesão social necessária para o salto adiante na hierarquia do sistema interestatal.

A capitulação das elites diante do sistema financeiro internacional está a embretar as possibilidades do estado brasileiro de buscar uma melhora na posição ocupada na hierarquia do sistema interestatal da economia-mundo. Não basta um regime político tido como mais avançado, é preciso garantir também condições materiais melhores, o que só é possível mediante a cessação da superexploração que se efetua na periferia, cujo excedente, pelo mecanismo da troca desigual, é carregado para o centro. A outra forma é o próprio mecanismo de endividamento externo.

Diante destas questões, vejamos como ficam as possibilidades de uma democracia na periferia.

4.3 SOBRE AS POSSIBILIDADES DE UMA DEMOCRACIA AMPLA NA PERIFERIA

Como foi indicado no Capítulo 3, os estados periféricos se inserem na economia-mundo numa ponta da cadeia mercantil em que fazem as vezes de detentores da posição menos avançada tecnologicamente e submetidos a uma pressão competitiva maior, portanto com baixa composição orgânica do capital (nos termos de Marx) e pouco controle sobre o excedente de valor gerado.

Isto resulta num fluxo do valor gerado em direção do centro e o mecanismo que opera, conforme a teoria dos sistemas mundiais, é o da troca desigual, em que numa operação com duas mercadorias de preços iguais, a da periferia incorporaria um custo maior e, portanto, seria transferido para o centro um valor que estaria sendo trocado por uma mercadoria de menor custo e mesmo preço.

Poderíamos falar num outro conceito que opera na periferia, caro a Ruy Mauro Marini, o de superexploração, o qual poderia ser utilizado para explicar também como as classes superiores se articulam com a economia mundial. A superexploração seria a forma de inserção da periferia na economia-mundo.

Cueva (1988), embora ressalve críticas de natureza teórica ao conceito, reconhece sua veracidade histórica. As ressalvas, resumidamente, se situariam no âmbito da pretensa sustentação da superexploração vinculada a extração da mais-valia absoluta, quando o capitalismo, inclusive na periferia, tende a um aumento da produtividade social do trabalho pelo desenvolvimento das forças produtivas. Seria então difícil sustentar teoricamente conceitos como “pagamento permanente da força de trabalho abaixo do seu valor”, “prolongamento permanente da jornada de trabalho”, que seriam formas de obtenção de mais-valia absoluta.

Posto isto o autor destaca que (CUEVA, 1988: 53):

[O] fato de que algo não apareça com nitidez no plano teórico não demonstra sua inexistência no plano histórico; da mesma forma que a dependência, a superexploração pode se dar dentro de uma constelação histórico-concreta sem que necessariamente reflita uma legalidade teórica inexorável.

E para defender a realidade histórica da superexploração se socorre em matérias jornalísticas publicadas na Folha de São Paulo (de 16/06/87, p. A-11) em que se fala de investidores japoneses interessados em aplicarem no México dada a proximidade com o mercado estadunidense, mas em especial porque o salário mínimo mexicano era de US\$ 3,00/dia, considerado um trabalho praticamente gratuito. No Brasil este mesmo salário era de US\$ 1,40/dia, enquanto na Argentina era de US\$ 4,67/dia, no Equador era de US\$ 3,47 e em Colômbia era de US\$ 2,80 em 1987.

O autor vai lembrar que esta situação já se prolonga em demasia para ser considerada uma mera conjuntura. Atualmente o salário mínimo no Brasil está em US\$ 2,77/dia⁴⁹, ainda não tendo alcançado o valor considerado como praticamente gratuito pelos japoneses investidores no México de 1987.

O grande mérito de Cueva nestas colocações é trazer a discussão para o plano histórico. A história é, em definitivo, quem resolve tudo. Ao meu ver a discussão teórica posta em torno da categoria de mais-valia está demarcada por um contexto que supõe um estágio ideal do capitalismo em que a proletarização seria plena, aquela em que o trabalhador estaria totalmente despojado de quaisquer propriedades dos meios de produção, não lhe restando qualquer alternativa de reprodução a não ser que pela venda da única mercadoria que lhe sobra, sua força de trabalho. Assim Cueva parece partilhar da idéia de que o capitalismo tenderia àquela forma conceitual ideal espelhada pelo centro.

Quando se volta para a história se percebe que esta plena proletarização não existe e acontece de ser em maior grau nos países do centro do sistema mundo. À medida que se caminha para a periferia o grau de proletarização tende a diminuir, no mesmo sentido o grau de exploração tende a aumentar pois o fundo social dos salários necessários à reprodução da força de trabalho pode ser diminuído em função de que essa reprodução ou não se dá totalmente via mercado ou o trabalhador tem formas alternativas de renda decorrentes do trabalho familiar que passam apenas parcialmente pelo mercado. Dados de Tabak (1996: 89) indicam que o trabalho assalariado como porção da força de trabalho mundial caiu nos últimos 40 anos de 51% para abaixo de 40%.

Wallerstein (2001a: 36-37) argumenta que a expansão da economia-mundo capitalista se deu recorrentemente em função de uma busca por força de trabalho não proletária. E, uma vez efetuada a incorporação das novas áreas, tentava-se não incentivar a plena proletarização dados os maiores custos envolvidos na mesma. As políticas públicas

sempre incentivavam as unidades domiciliares a se engajarem em algum trabalho assalariado mas, ao mesmo tempo, impunham restrições de movimento ou separação forçada dos membros das unidades, diminuindo assim a possibilidade de plena proletarização.

Nesta formulação a condição semiproletária expressa então uma possibilidade de maior exploração da força de trabalho que a situação de proletarização, a qual, como já salientado, aparece em maior grau no centro do sistema.

Assim, se pode dizer que a superexploração tem um caráter estrutural no sistema da economia-mundo capitalista e como ela é disposta/organizada hierarquicamente, enquanto este sistema existir, a superexploração existirá na periferia (em maior grau).

Marini (2000: 160), ao se contrapor às críticas de que seu conceito de superexploração só levaria em conta a mais-valia absoluta, estabelece a seguinte definição:

[A] superexploração se define mais pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade e tende normalmente a expressar-se no fato de que a força de trabalho se remunere por baixo de seu valor real.

De qualquer maneira, conceitualmente a superexploração se conformaria através de três mecanismos, a saber: a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho. Estes mecanismos acabam levando a uma remuneração do trabalho abaixo de seu valor, o que configura uma superexploração do mesmo.

Neste contexto, Cueva (1988) levanta uma questão que é central. Diz respeito ao questionamento de se na América Latina se reúnem as condições para um pacto semelhante ao que se deu na Europa Ocidental, onde a razão capitalista e a razão democrática pareceram estar plenamente reconciliadas.

Responde afirmando que nosso povo tem ocupado o lado obscuro da terra, em que a dependência e o subdesenvolvimento têm sido os traços marcantes até hoje. E o imperialismo e as classes dominantes locais não estão dispostos a reduzir a extração do excedente a níveis que permitam estabelecer um certo bem-estar generalizado à nossa população. A postura do centro frente a discussão do problema da dívida externa é reveladora neste sentido.

⁴⁹ Tomou-se por base a informação contida no jornal Zero Hora de 23/07/2003, p. 22, em que consta o valor do dólar comercial para venda a R\$ 2,883 no dia anterior e o salário mínimo nacional em R\$240,00.

Não bastasse isso, aqui entra a questão da superexploração como algo estrutural ao sistema mundo capitalista e que acaba remetendo à questão da qualificação da democracia possível por aqui.

Uma vez que os padrões de consumo do centro se espalhados para a população planetária significariam o fim do planeta, a degradação ambiental total, não bastassem os limites postos pela estrutura econômica do sistema, há ainda o limite material ambiental concreto aqui assinalado. Segundo dados de Wallerstein (1996: 242) cerca de apenas um terço da população mundial se tem beneficiado deste padrão estabelecido no centro do sistema. Uma situação que vem sendo desafiada seja pelo mal-funcionamento do ecossistema, pela intensificação dos fluxos migratórios, pelas demandas persistentes dos não-privilegiados em serem incluídos naqueles benefícios e pelo crescimento da população mundial.

Aquela idéia de democracia ligada ao progresso econômico, a justiça social e a independência nacional, que constituem uma afronta ao conceito puro de democracia e que vinha sendo defendida pela produção das ciências sociais latino-americanas, passou a ser execrada. As adjetivações e os condicionamentos se tornaram não só indesejáveis como proibidos, o que tornou a concepção de democracia uma expressão tão abstrata quanto vazia nesta discussão.

O que Cueva (1988) está a defender, corretamente no meu entender, é que em nome deste conceito de democracia desprovido de qualificativos o capitalismo tem produzido atrocidades dos mais variados matizes. Com isto não quer dizer que se despreze a democracia, mas que ela deva ser considerada junto com as contradições, problemas e correlações de forças do mundo real.

A questão é então trazer o debate para o plano da realidade e não situar a discussão em torno de uma democracia pura, inexistente, em separado dos problemas e conteúdos da vida real. Considerar, portanto, a democracia como uma categoria exclusivamente política, que remete a certo tipo de relação entre estado e sociedade civil, caracterizada fundamentalmente pela liberdade de expressão, o pluralismo, a realização periódica de eleições e o respeito ao corpo legal que a rege, embora sendo regras positivas, não podem ser consideradas como se funcionassem de maneira indeterminada, independentes da sua inserção em certas estruturas mais complexas que acabam por imprimir uma ou outra orientação.

E aí entra a questão do comportamento de certas democracias consideradas as mais perfeitas, como é o caso das dos países centrais.

Cueva (1988) destaca a invasão de Granada, por Reagan, em outubro de 1983, a qual contou com amplo apoio dos dois maiores partidos e da opinião pública estadunidense e não se fez em desrespeito ao sistema legal interno. Não bastasse isso, o próprio Parlamento Europeu apoiou tal agressão à Granada. Quando da questão das Malvinas os EUA e o Parlamento Europeu apoiaram a Inglaterra.

Ambos atos de agressão foram amplamente aplaudidos pela opinião pública interna. O autor vaticina que (Cueva, 1988: 13):

[C]omo habitante do Terceiro Mundo não vê graça alguma em que países imperialistas decidam democraticamente agredir-nos, e não vê a título do quê estaria ademais obrigado a admirar uma forma que, neste caso, serve de veículo a tão abomináveis conteúdos. (grifei)

E lembra que a situação de Granada não é exceção, se perguntando que países pobres não foram já agredidos. Ressalta o embargo econômico à Nicarágua, também apoiado pelo Parlamento Europeu, isso sem falar no financiamento aos contras.

Mais recentemente não deixam de abundar exemplos: na América Latina o financiamento ao combate ao narcotráfico na Colômbia e o apoio aberto ao golpe militar tentado na Venezuela contra Chaves e os Bolivarianos; mundo afora a I e II Guerras do Golfo contra o Iraque de Saddam Hussein.

Não é possível falar em democracia nos EUA sem qualificativos, se trata de uma democracia imperialista. Aliás, como falar em democracia na presença de um sistema eleitoral que permite uma fraude escancarada como foi a eleição do atual presidente George W. Bush?

Cueva (1988: 21) destaca ainda que uma conjuntura de crise do capitalismo em seu conjunto exige uma reconcentração do poder político e econômico, o que Reagan e Thatcher tentaram operar, no plano econômico, com a chamada onda neoliberal e, no político, com um pacote que incluía a democratização dos países latino-americanos, por um lado, com a Segunda Guerra Fria no campo militar, por outro. Mas isso tudo sempre acompanhado do pagamento da dívida externa.

O pacote da chamada onda neoliberal na América Latina veio acompanhado da democracia. É claro que havia tensões internas que forçavam nesta direção, mas a contrapartida foi sempre o pagamento continuado dos compromissos com o exterior. Enquanto esta democracia não era confiável e os bancos credores não diminuíram seus graus de exposição à dívida houve um período de restrições à remessa de capitais para a periferia.

À medida que os pacotes com as políticas econômicas do FMI/BIRD foram adotados, em especial quanto à liberalização da conta de capitais do balanço de pagamentos e

quanto às privatizações, com a massa de recursos financeiros circulando mundialmente começou a ocorrer um novo aporte de recursos permitindo uma temporária e curta estabilização econômica.

O resultado destas políticas, como já indicado anteriormente, conforme dados da CEPAL (2002: 09), levou a que a América Latina observasse um crescimento negativo do PIB per capita na última meia década (1998/2002), correspondendo a $-0,3\%$ a.a., permitindo denominá-la como a “meia década perdida”. Dados do mesmo informe revelam que no Brasil este desempenho foi de $0,3\%$ a.a. no mesmo período.

Mas a questão que permanece em aberto é como uma democracia em que a taxa de desemprego alcança quase 20%, como a do Brasil recente, pretende resolver as carências materiais de uma população submetida a uma alta taxa de exploração uma vez que se insere de maneira periférica na economia-mundo capitalista.

Se a opção das forças progressistas for pela busca de uma melhor posição na economia-mundo capitalista, ou seja, tentar galgar uma posição mais elevada na hierarquia do sistema interestatal é necessário um estado forte que atue em conjunto com a burguesia nacional de maneira a internalizar os ramos das cadeias mercantis mais importantes exatamente na sua porção mais avançada possível tecnologicamente de forma a garantir uma condição material melhor que acabará permitindo a conformação de uma democracia mais igualitária.

Resta saber o que sobrou da dita burguesia nacional após a abertura econômica perpetrada nas duas últimas décadas e se o regime de acumulação em gestação na economia-mundo contempla algo que possa conferir uma vantagem decorrente da posição geográfica ocupada mundialmente pelo país.

Suécia no século XVII, como se viu no capítulo 3 desta dissertação, controlava parte do Báltico, a região comercial mais importante da economia-mundo de então. A condição produtiva era conformada pela importância do cobre e do ferro. A condição financeira foi em parte suprida pela ajuda francesa. Em decorrência da disputa desta última com Holanda e Grã-Bretanha, Suécia obtinha subsídios da França como aliada. No âmbito militar Suécia criou um modelo que relegava os mercenários a um segundo plano e era fundado essencialmente na formação por gente do povo e com aprovisionamento e pagamentos regulares. No campo do ajuste interno das classes a nobreza e o campesinato não só foram contidos como colocados a serviço do estado.

Como no caso da Suécia, com o cobre e o ferro no séc. XVII, talvez a biodiversidade possa ser um patrimônio que confira alguma vantagem ao Brasil na disputa. Também como naquele caso, esta é uma condição necessária, mas não suficiente. Há todo um conjunto de relações internas e externas, como se resumiu acima, que precisam ser conformadas, mas que passam, com certeza, por um estado forte.

Elenquei anteriormente, de maneira introdutória, alguns elementos que dizem respeito a condição de operação do estado no seu aspecto financeiro (e nisto entra também a LRF) que precisariam ser equacionados para que o país pudesse melhorar sua posição no sistema interestatal.

No que respeita aos aspectos comercial e produtivo estamos longe da posição de centro. Estamos afastados dos grandes centros do comércio mundial e, uma vez encerrada a onda de privatizações, o fluxo de investimentos externos diretos tem diminuído consideravelmente. Estes aspectos da produção material são importantes para o fortalecimento do estado e para conformar uma coesão social que permita um salto adiante em relação a posição atual.

A democracia neste contexto tem um papel importante para as forças de esquerda que têm almejado pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária, em suma, menos hierarquizada em termos políticos e econômicos.

5 À GUIA DE CONCLUSÃO.

Buscando entender as conseqüências e o significado da adoção de uma legislação orçamentário-financeira restritiva na periferia da economia-mundo capitalista, se traçou no Capítulo 2 desta dissertação um panorama recente desta economia-mundo, em que se procurou indicar que desde a instauração da crise de hegemonia norte-americana de fins dos anos 1960 início dos 1970, o sistema passa a enfrentar todos os problemas de uma fase de transição, decorrentes de uma certa desorganização que aquele declínio inevitavelmente provoca.

Este momento, que inaugura também a fase de expansão financeira, que sucedeu a fase de expansão material que caracterizou a acumulação capitalista desde o fim da 2ª Guerra, traz consigo um crescente comprometimento do Estado em termos de expansão da dívida pública. E isto se passa tanto no centro como na periferia.

Tanto é assim que, como se indicou no mesmo Capítulo 2, em 1992 os pagamentos líquidos de juros federais nos EUA somaram US\$ 195 bilhões por ano, representando 15% do orçamento total. No Japão este comprometimento era maior. Kurz (1997: 205, também já citado) indica que o Estado japonês é forçado a despender 30% de sua receita no pagamento de juros e isto correspondia a quase o dobro dos EUA.

O tema do equilíbrio financeiro do Estado no centro sempre esteve subordinado à questão maior da disputa pela hegemonia na economia-mundo. No Capítulo 3 foi demonstrado que a forma como Inglaterra e França equacionaram em pleno século 18 os problemas atinentes as suas finanças teve desdobramentos importantes na disputa pela hegemonia. Enquanto a Inglaterra optou pelo reforço do mecanismo da dívida pública, a França lançou mão de um financiamento mais centrado na tributação direta. Ao diluir o financiamento do erário no tempo, a Inglaterra tencionou menos a coesão social interna. Ao se tornar hegemônica na economia-mundo, ela pôde obter através de suas colônias, os recursos necessários para fazer frente aos compromissos assumidos no passado, tendo, em seguida, se tornado financiadora do mundo.

Presentemente, o Tratado de Maastricht está a corroborar a hipótese de que no centro o tema do equilíbrio financeiro do Estado está em segundo plano em relação à questão da hegemonia na economia-mundo. Tanto é assim que quando foram estabelecidas as bases para a unificação européia não se falou em equilíbrio, mas num teto para o déficit.

As recentes declarações do ministro das finanças da França, citadas no

Capítulo 4, apontando como prioridade de Estado o aumento das despesas militares, são um exemplo contundente da disputa que se trava no centro e da secundarização da questão da responsabilidade fiscal (que tem sido sinônimo, tanto na semiperiferia quanto na periferia, de equilíbrio orçamentário-financeiro do Estado) diante da questão da hegemonia.

Aliás, numa conjuntura em que o capital de circulação adquiriu um volume e uma mobilidade aparentemente sem precedentes e em que se acirra a disputa pela hegemonia na economia-mundo capitalista e, por conseqüência, pelos meios de financiá-la, o Estado passa a ser um *locus* privilegiado de acumulação de capital pelo mecanismo da dívida pública. Embora também se endividem as empresas e as pessoas.

Esta acirrada contenda pela hegemonia na economia-mundo, que tem como pano de fundo as finanças como fonte principal dos altos lucros, configura, por outro lado, uma corrida entre os Estados pelo capital de circulação de maneira a financiar esta disputa, que em geral transpassa da órbita produtiva civil para a dos gastos militares. Esta concorrência interestatal pelo capital de circulação é mais um fator a aumentar o poder das altas finanças, neste caso, através da dívida pública.

Se, nos dizeres de Braudel, a dívida pública nos primórdios do capitalismo foi o mecanismo que operou a centralização dos capitais antes dispersos, tendo o capitalismo sido exitoso quando se identificou com o Estado, ou melhor, quando o capitalismo é o Estado, atualmente ela continua sendo um mecanismo de centralização dos capitais mas com um *modus operandi* diferenciado no centro em relação ao que acontece na periferia. Enquanto lá ela é um meio utilizado na disputa pela hegemonia e, para manter-no no núcleo orgânico, como é o caso dos países que junto com os EUA forma o G-7, aqui ela aprofunda a condição subordinada ocupada pela periferia na conformação do arranjo interestatal da economia mundial.

O princípio da responsabilidade fiscal, transformado em lei que aponta para o equilíbrio orçamentário-financeiro dos Estados periféricos e semi-periféricos, tem um papel importante na manutenção da posição ocupada por estas regiões no arranjo interestatal da economia-mundo.

Como foi ressaltado ao longo desta dissertação, a ação estatal pode ser decisiva na localização, no interior de um determinado território, dos elos mais lucrativos das cadeias produtivas das mercadorias, cadeias produtivas que como sabemos, são mundiais. Ao fazê-lo, o Estado está promovendo uma maior apropriação do excedente gerado na economia-mundo. Ora, um estado debilitado em decorrência do esforço efetuado para o cumprimento dos

serviços da dívida pública tem dificuldades maiores em cumprir esta tarefa. Este Estado sequer consegue garantir condições mínimas essenciais à vida digna de sua população, como saúde e educação de qualidade. Se acrescentarmos a este quadro o desemprego resultante igualmente das políticas de ajuste macroeconômico acordadas com o FMI para garantir a continuidade do pagamento da dívida tem-se a conformação de uma situação em que se faz impossível a construção de uma coesão social interna mínima. Um dos resultados da diminuição da coesão social é o reforço do aparelho repressivo de Estado, o aparecimento de milícias paramilitares e a incapacidade de se garantir o respeito à cidadania.

Neste trabalho, procurou-se mostrar que a questão da coesão social é central para a busca de uma melhor posição na economia-mundo capitalista. E defendeu-se a posição de que na crise de hegemonia, apesar das dificuldades existentes, se abrem espaços para a ascensão no sistema interestatal. E este movimento em direção ao centro sempre dependeu de uma atuação marcada do Estado diante de uma série de condicionantes postos pela economia-mundo por um lado e da coesão social interna por outro.

Se os Estados do centro podem ter uma atuação menos intervencionista, os de periferia, por absoluta incapacidade, não podem intervir. Já os estados da semiperiferia intervêm por necessidade e por capacidade. Conclui-se, portanto, que a manutenção da condição semiperiférica está a exigir que o Estado adote uma política francamente intervencionista. Exatamente o contrário das políticas econômicas que, na década de 90, a lógica da acumulação financeira tem recomendado e mesmo imposto, e que comumente passou a ser chamado de neoliberalismo. Acrescente-se que a condição posta pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que tem no equilíbrio orçamentário-financeiro seu pilar-mestre, dificulta ou praticamente impede a utilização do gasto público como um instrumento contracíclico. O Estado brasileiro, situado numa condição semiperiférica⁵⁰ tem algo mais a fazer na economia-mundo capitalista. E isto não apenas por capacidade mas por necessidade. WALLERSTEIN já havia salientado que o Estado é mais ativo exatamente quando dispõe de uma força moderada, ou seja, quando está na semiperiferia.

Como ficou demonstrado no caso Norte-americano, o grande impulso à expansão mundial das CTN's (Corporações Transnacionais) estadunidenses nas décadas de 1950/60 se deveu à pronta ação estatal, com o Plano Marshall e às ajudas militares ao Japão e Leste Asiático, visando conter a expansão comunista na região. A ampliação da liquidez mundial

⁵⁰ Durante o período de 1938-1983, analisado por Arrighi & Drangel (1997: 197), como consta no Quadro 1 a, o Brasil sempre permaneceu na semiperiferia.

decorrente desta política de guerra do Estado Norte-americano garantiu a expansão das CTN's ao exterior e o próprio domínio estadunidense sobre a economia-mundo.

Além disso, os retornos crescentes daí decorrentes possibilitaram uma melhora nas condições materiais de vida naquele Estado, operando a consolidação de uma coesão social interna, o que reforçava as possibilidades de seu avanço mundial.

Mas a idéia do equilíbrio das finanças públicas como um pressuposto do crescimento econômico na América Latina resultou naquilo que a CEPAL (2002) tem caracterizado como a meia década perdida, com um desempenho do PIB per capita de $-0,3\%$ a.a. entre 1998/2002. O Brasil escapou um pouco à regra, tendo ficado em $0,3\%$ a.a. no mesmo período.

Este crescimento lento, que abarca também a economia mundial, é decorrente de uma dificuldade cada vez maior de o capital se valorizar na órbita produtiva, resultando num excesso de capitais que fluem para a órbita financeira caracterizando a fase de expansão financeira. Num dos pontos centrais desta órbita financeira estão os Estados que, por estarem sempre em disputa por uma melhor posição na hierarquia da economia-mundo, acabam lançando mão do mecanismo da dívida pública como uma forma de captar mais capital de circulação e financiar sua ascensão diante dos demais. Dada a maior fragilidade da base produtiva na semiperiferia e periferia e, portanto, a maior dificuldade em oferecer garantias quanto ao pagamento dos empréstimos tomados, se entende o porquê da exigência do chamado equilíbrio financeiro como fim de toda a política estatal desenvolvimentista nestas regiões.

No passado, foram necessárias guerras mundiais de 30 anos para por fim às fases de expansão financeira e repor a proeminência da expansão produtiva. Atualmente a disputa pela hegemonia no centro não se tem dado mediante conflitos bélicos abertos, até porque os EUA têm a supremacia reconhecida neste campo. Mas o sul tem aparecido como uma ameaça a ser considerada, sendo para este quadrante que se tem apontado a mira dos canhões.

Voltando para a situação brasileira, seria de se perguntar que tipo de coesão social seria possível obter numa sociedade cuja economia sofreu um longo processo de exposição à concorrência dos capitais estrangeiros, tendo havido uma ampla desnacionalização da economia local, seja pelo processo de privatização, seja pelas fusões e incorporações de empresas antes pertencentes a nacionais.

Parece ter restado poucos setores dominantes verdadeiramente nacionais que pudessem ser aliados táticos das classes populares e que pudessem integrar a construção de um projeto de nação que disputasse maior espaço no cenário mundial.

E mesmo que isso fosse possível, ainda restaria a enorme tarefa de trazer para dentro do território nacional as atividades mais lucrativas, seja das cadeias de mercadorias já desenvolvidas ou em desenvolvimento, biotecnologia e engenharia genética, por exemplo. Além da capacidade técnica que podemos alcançar e dos recursos naturais aqui existentes, seria necessário dispor de força política e mesmo militar para competir com os outros estados, principalmente, os do centro, que tudo farão para monopolizar estas mesmas atividades.

Como uma condição *sine qua non*, se coloca o equacionamento da espinhosa questão da dívida a ser equacionada, que depende de fatores que não estão sob domínio total dos devedores, em especial quando se conformou uma situação, decorrente das políticas de abertura comercial e desregulamentação financeira aplicadas nos anos 90, em que há um agravamento da dependência financeira em relação ao fluxo de capitais de curto prazo.

Um enfrentamento desta dependência estaria a requerer do Estado a capacidade de impor perdas a alguns setores e grupos internos e externos, o que por outro lado mina a chamada coesão social.

A situação é delicada e aparece com se fosse a administração de uma crise permanente. Na verdade o Brasil, mesmo sendo um Estado semiperiférico com algum raio de manobra, por ser parte constitutiva do sistema mundo, tem que caminhar com ele. E é assim que verdadeiramente funciona. As restrições postas pelas estruturas do sistema social existente sobredeterminam o rumo a seguir.

Mas a novidade nestes cerca de 500 anos de existência da economia-mundo capitalista é a possibilidade concreta de seu desaparecimento enquanto sistema social. E isto pode abrir um leque de oportunidades. Segundo Wallerstein, este é o momento das utopias, já que por volta de 2025/2045 esta economia-mundo capitalista como a conhecemos deixará de existir. Coloca-se então, a oportunidade para a conformação de um mundo menos desigual materialmente e mais democrático politicamente. Para tanto, entre outras tantas condições, é necessário que o atual governo do Brasil se empenhe em recuperar a capacidade de intervenção do Estado, e simultaneamente propicie a construção de uma coesão social mínima, que lhe dê sustentação na busca de uma melhor posição na hierarquia interestatal, mas que também constitua uma liderança regional capaz de impor alguma resistência à exploração advinda do centro do sistema. Nada disso será vantajoso, se as ações do estado não

estiverem subordinadas ou orientadas pelas forças políticas que efetivamente desejam e lutam por um novo sistema socialmente mais justo e democrático.

As leituras que fiz durante o mestrado e que não estão totalmente incorporadas a este trabalho me permitem levantar uma outra hipótese quanto ao fim do sistema social em que hoje vivemos, que não se insere na abordagem traçada por Wallerstien & Hopkins (1996) ao discutirem as tensões cada vez maiores que incidem sobre o que eles identificaram como os eixos estruturantes do sistema, ou melhor, os vetores institucionais (o sistema interestatal, a produção mundial, a força de trabalho mundial, o bem-estar humano mundial, a coesão dos estados e as estruturas do conhecimento). Mas esta hipótese coincide com a indicação de Arrighi em relação ao encurtamento dos tempos históricos: quanto maiores os espaços e densidades sistêmicas, mais curtos os ciclos sistêmicos de acumulação. Da mesma forma, mais cedo começam as fases de expansão financeira, as quais indicam o fim de um regime de acumulação.

Marx havia estudado o ciclo do capital no Livro II de “O Capital” e indicou que quanto maior a riqueza material tanto maior a riqueza expressa em dinheiro. É assim que à medida que a economia-mundo capitalista abarca todo o globo e cresce em densidade, ou seja, cresce em dimensão linear e em volume, maior é a tendência ao aumento das fases de expansão financeira em relação às etapas de expansão material. Portanto, tanto menor em extensão a fase que verdadeiramente acresce riqueza no sistema e que permite um aumento da inclusão social, ainda que parcial.

Então, se houve um período histórico em que o capital se acumulava predominantemente na órbita mercantil (séculos XIV ao XVIII de Braudel), noutro momento esta acumulação passou a ser fundamentalmente na órbita produtiva (a do capital industrial do século XIX de Marx), não seria lícito nos perguntar se a crise de 1968/73, a crise de hegemonia norte-americana, não estaria inaugurando uma fase de acumulação financeira, aquela em que a acumulação se dá em maior medida na órbita do capital financeiro. Isto significa que a ampliação do volume e densidade sistêmicos, além de diminuir o tempo do ciclo sistêmico de acumulação, tende a aumentar a duração da fase de expansão financeira em relação a de expansão material dentro do próprio ciclo. Daí a hipótese que formulo de que estaríamos vivenciando um período histórico de acumulação financeira, ou melhor, de acumulação na órbita predominantemente financeira. E nisto não está presente nenhuma desconsideração ao fato de que é na órbita produtiva que se gera valor, mas uma evidenciação de que as forças produtivas já alcançaram um tal grau de desenvolvimento que as relações

sociais de produção já não mais comportam uma produção material da existência humana sujeita à geração de mais-valia apropriada por um conjunto cada vez menor de pessoas no globo.

É como se aquela mesma situação que ao final do século XVIII promovida pela expansão do capital mercantil equanimizou os lucros na órbita mercantil em meados do século XX fosse repetida, mas com a expansão do capital industrial tendo o mesmo efeito. Restou então como esfera de ganho privilegiada a financeira, a verdadeira casa do capital como disse Braudel, à medida que o modo de produção capitalista passou a abarcar toda a superfície do globo terrestre em início do século XX.

Ao falarmos no período histórico de dominância da acumulação na órbita financeira cabe então investigar suas conseqüências sobre o sistema social hoje existente. Trataríamos então de estudar o século XXI (que teria começado em 1968/73) como o século do capital financeiro, o da derrocada deste sistema social denominado economia-mundo capitalista.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, G. (1996). **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP.
- ARRIGHI, G. et al. (2001). Geopolítica e altas finanças. In: ARRIGHI, G.; SILVER, B. J. et al. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. UFRJ.
- ARRIGHI, G., BARR, K.; HISAEDA, S. (2001). A transformação da empresa capitalista. In: ARRIGHI, G.; SILVER, B. J. et al. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora da UFRJ.
- ARRIGHI, G.; DRANGEL, J. (1997). A estratificação da economia mundial: considerações sobre a zona semiperiférica. In: ARRIGHI, G. et al. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes. p. 137-206. (Coleção Zero à Esquerda).
- ASSIS, J. Carlos de. (2002). **Trabalho como Direito: fundamentos para uma política de promoção do pleno emprego no Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto.
- BATISTA JR., Paulo Nogueira. (1994). O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: LIMA SOBRINHO, Barbosa et al. **Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- BIS (Banco de Pagos Internacionales). (2002). **72º Informe Anual**. Disponível em: <http://www.bis.org>. Acesso em: 10 out. 2002
- BRAUDEL, F. (1996). **Civilização material, Economia e Capitalismo, séculos XV–XVIII: os jogos das trocas**. São Paulo: Martins Fontes. v. II.
- BRAUDEL, F. (1997). **Civilização material, Economia e Capitalismo, séculos XV–XVIII. As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível**. São Paulo: Martins Fontes. v. I.
- CEPAL (2002). **Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe**. Disponível em: <http://www.cepal.org>. Acesso em: 10 ago. 2002.
- CHESNAIS, F. (1998a). Introdução geral. In: CHESNAIS, F. (Coord.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã. (Primeira ed. em francês em 1996).
- CHESNAIS, F. (1998b). Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica. In: CHESNAIS, F. (Coord.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã. (Primeira ed. em francês em 1996).
- COELHO, Jaime César. (2002). **Economia, poder e influência externa: o Grupo Banco Mundial e os programas de ajustes estruturais na América Latina, nas décadas de oitenta e**

noventa. Campinas, SP : [s. n.]. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

CUEVA, Agustín. (1988). **Las democracias restringidas de America Latina**: elementos para uma reflexión crítica. Quito: Letra Viva/Planeta del Ecuador.

CUEVA, Agustín. (1990). **El desarrollo del Capitalismo en América Latina**. DF/México: Siglo XXI Ed. (Primera edición, 1977).

EVERS, Tilman. (1989). **El estado en la periferia capitalista**. DF/México: Siglo XXI Ed. (Primera edición en alemão, 1977).

FARNETTI, R. (1998). O papel dos fundos de pensão e de investimentos coletivos anglo-saxônicos no desenvolvimento das finanças globalizadas. In: CHESNAIS, F. (Coord.) **A mundialização financeira**: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã. (Primeira ed. em francês em 1996).

HILL, Christopher. (2002). **O mundo de ponta-cabeça**: idéias radicais durante a revolução inglesa de 1640. 4. reimp. São Paulo: Companhia das Letras.

HINKELAMMERT, Franz J. (1989). **A dívida externa da América Latina**: o automatismo da dívida. Petrópolis, RJ: Vozes.

HOBSON, J. A. (1981). **Estudio del imperialismo**. Madrid: Alianza Ed. (Primera edición en 1902).

HOPKINS, T. K.; Wallerstein, I. et al. (1996). **The age of transition**: trajectory of the World-System, 1945–2025. London & New Jersey: Zed Books; Australia: Pluto Press.

IKEDA, S. (1996). World production. In: HOPKINS, T. K.; WALLERSTEIN, I. et al. **The age of transition**: trajectory of the world-system, 1945–2025. London & New Jersey: Zed Books; Australia: Pluto Press.

INDICADORES DIESP. (2003), n. 94, São Paulo/FUNDAP. Disponível em: www.fundap.sp.gov.br . Acesso em: 01 jul. 2003.

KEYNES, John Mainard. (1978). **Las consecuencias económicas de La Paz**. Buenos Aires: Editorial Albatros.

KEYNES, John Maynard. (1978). **Inflação e deflação**. São Paulo: Abril Cultural. (Os Pensadores).

KURZ, Robert. (1997). **Os últimos combates**. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes.

LÊNIN, V. I. (1977). O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo (ensaio popular). In: _____. **Obras escolhidas**. Lisboa: Edições Avante. v. 1. (Primeira publicação em 1917).

LICHTENSZTEJN, Samuel; Baer, Mônica. (1987). **Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial**: estratégias e políticas do poder financeiro. São Paulo: Ed. Brasiliense.

- MADDISON, A. (2001). **The world economy: a millennial perspective**. Paris: OCDE.
- MAGDOFF, H.; SWEEZY, P. M. (1988). **Estancamiento y explosión financiera en Estados Unidos**. México, Madrid, Bogotá: Siglo XXI Ed.
- MANDEL, E. (1985). **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural. 2. ed. (Os Economistas).
- MARINI, Ruy M. (2000). **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO.
- MARX, Karl. (1985). **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Difel. v. 3, v. 5.
- OECD. (2003). **Economic outlook**. n. 73. Disponível em: <http://www.oecd.org>. Acesso em: 15 dez. 2002.
- OURIQUES, Nildo D. (1997). A sedução revolucionária e o Plano Real. In: OURIQUES, Nildo D.; RAMPINELLI, Waldir J. (Org.) **No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC**. São Paulo: Xamã.
- REIFER, T.; SUDLER, J. (1996) The interstate system (Cap. 2). In: HOPKINS, T. K.; WALLERSTEIN, I. et al. **The age of transition: trajectory of the world-system, 1945–2025**. London & New Jersey: Zed Books; Australia: Pluto Press.
- SCHWARTZ, Gilson. Militarismo europeu atropela ortodoxia econômica. **Folha de São Paulo**, 20 out. 2002, B-2.
- TABAK, F. (1996). The world labor fource. In: HOPKINS, T. K.; WALLERSTEIN, I. et al. **The age of transition: trajectory of the World-System, 1945–2025**. London & New Jersey: Zed Books; Australia: Pluto Press.
- TOUSSAINT, Eric (2003). **Las crisis de la deuda externa de América Latina en los siglos XIX y XX^e**.
- WALLERSTEIN, I. (1996). The global possibilities, 1990-2025. In: HOPKINS, T. K.; WALLERSTEIN, I. et al. **The age of transition: trajectory of the world-system, 1945–2025**. London & New Jersey: Zed Books; Australia: Pluto Press.
- WALLERSTEIN, Immanuel. (2001a). **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto. (Edição em inglês, 1995).
- WALLERSTEIN, Immanuel. (2001b). ¿Superpotencia? **La Jornada**, Cidade do México, 10 nov. 2001. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/>. Acesso em: 27 nov. 2001.
- WALLERSTEIN, Immanuel (2002). **Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo**. Petrópolis/RJ: Vozes. (Edição em inglês, 1995).
- WALLERSTEIN, Immanuel. (2002). O declínio do império americano. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 jul. 2002. Disponível em: <http://www.uol.com.br/fsp/>>. Acesso em 02/12/02.

WALLERSTEIN, Immanuel. (1996) *The Global Picture, 1945–90*. In: HOPKINS, T. K.; WALLERSTEIN, I. et al. **The age of transition: trajectory of the world-system, 1945–2025**. London & New Jersey: Zed Books; Australia: Pluto Press.

WALLERSTEIN, Immanuel. (1999). **El moderno sistema mundial I: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI**. México D.F.: Siglo XXI editores S/A. (primera edición en inglés, 1974).

WALLERSTEIN, Immanuel. (1998a). **El moderno sistema mundial II: el mercantilismo y la consolidación de la economía-mundo europea, 1600-1750**. DF/México: Siglo XXI Ed. S/A. (Primera edición en inglés, 1980).

WALLERSTEIN, Immanuel. (1998b). **El moderno sistema mundial III: la segunda era de gran expansión de la economía-mundo capitalista, 1730-1850**. DF/México: Siglo XXI Ed. S/A. (Primera edición en inglés, 1989).

WALLERSTEIN, Immanuel. (1998c). **Impensar as Ciências Sociais**. DF/México: Siglo XXI Ed. S/A. (Primera edición en inglés, 1991).

Ficha Catalográfica elaborada por
Sílvia Maria Berté Volpato CRB 14/408

339
M383n
/

Martins, Josué.
A responsabilidade fiscal, o equilíbrio orçamentário-
financeiro do estado e a luta pela hegemonia na economia-
mundo capitalista

Josué Martins. – Florianópolis, 2003.

133f.

Orientador : Nildo Domingos Ouriques.

Dissertação (Mestrado em Economia) –
Programa de Pós-Graduação em Economia,
Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

1. Economia-mundo. 2. Relações interestatais. 3.
Capitalismo. I. Ouriques, Nildo Domingos. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. III. Título.